

LAÍSSA MUNIZ DA SILVA

O AMBIENTE DE ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

ASSIS

2011

LAÍSSA MUNIZ DA SILVA

O AMBIENTE DE ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof^o. Dr^o. Jorge Luís Ferreira Abrão
Co- Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera da Rocha Resende

ASSIS
2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586 Silva, Laissa Muniz da
O ambiente de abrigamento de crianças vítimas de
violência / Laissa Muniz da Silva. - Assis-SP, 2011.
127 f.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luis Ferreira Abrão.
Co-orientador: Prof.^a Dr.^a Vera da Rocha Resende.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual
Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de
Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia.

1. Ambiente. 2. Abrigamento. 3. Crianças. 4.
Violência. I. Abrão, Jorge Luis Ferreira, orient.
II. Resende, Vera da Rocha, co-orientador. III.
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita
Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia IV. Título.

618.92 CDD 21.ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Laíssa Muniz da Silva

O ambiente de abrigamento de crianças vítimas de violência

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientador: Prof^o. Dr^o. Jorge Luís Ferreira Abrão
Co- Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera da Rocha Resende

Aprovada em: 01/08/2011

Banca Examinadora

Prof^o. Dr^o. Jorge Luís Ferreira Abrão - Orientador

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a. Vera da Rocha Resende - Co-Orientadora

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a Olga Ceciliato Mattioli

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a. Dr^a Viviana Carola Velasco Martinez

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, Marcos e Célia,
que com amor e paciência, me
conduziram até aqui.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida, Senhor dos meus passos e Pai querido, que tem me feito andar descansada nos seus caminhos, certa do seu amor, e convicta do seu cuidado eterno. Foi Ele quem abriu esta porta, e a Ele seja toda glória e honra por ter me capacitado a chegar até o fim.

Ao Prof.º Dr. Jorge Luis Ferreira Abrão que com disposição me aconselhou e orientou, acudindo dúvidas e inquietações.

À Profª. Dra. Vera da Rocha Resende, por ter me acompanhado mesmo em meio a tantas lutas.

À Coordenadora do abrigo, que desde o princípio me recebeu com portas abertas e com muito carinho, dando a mim a liberdade de desenvolver meu trabalho, sendo sempre bem recebida e acolhida.

Ao Auxiliar Administrativo do abrigo, que solícitamente atendia meus pedidos e ainda compartilhava comigo suas inquietações e desejos de mudanças para o abrigo.

A todas as cuidadoras, mais conhecidas como “tias”, que sempre tiveram disposição para me ouvir e confiaram a mim os desafios de serem mulheres que se dispõem a cada dia, a criar como filhos, aqueles que não foram gerados em seus ventres.

Às crianças do abrigo, que me recebiam com abraços apertados, com sinceridade de sorriso, e que, mesmo sem saber, mudaram a minha compreensão da vida. Obrigada por me fazerem entender o quanto de valor havia em cada uma de vocês, e o quanto de amor, cada uma de vocês merecia.

À Prof.ª Dra. Olga Ceciliato Mattioli, que com a disciplina sobre violência, abriu meus olhos para realidades que eu me recusava a enxergar. Sou grata por seus conselhos, por suas aulas, pelo seu carinho, pela disposição e excelente condução que a senhora dá ao NEVIRG.

À promotora da Vara da Infância e Juventude, Dra. Carla Cristina Castner-Martins Serra, que confiou em meu trabalho, e me concedeu autorização para adentrar no universo do cuidado no abrigo.

À secretária do Programa de Pós-Graduação da UNESP, Iria Hiuri Okuda, que surpreendentemente chama a todos pelo nome, está sempre pronta a ajudar, orientar e atender os pós-graduandos, que em muito dependem dela, e pouco seriam sem ela.

Por fim, minha gratidão aos meus pais e meu irmão, Marcos, Célia e Gustavo, que são, sem sobra de dúvida, a minha base que não muda.

*“Com lágrima se consumiram os meus olhos,
turbada está a minha alma,
e o meu coração se derramou de angústia
por causa da calamidade da filha do meu povo;
pois desfalecem os meninos e as crianças de peito
pelas ruas da cidade.”*

Lamentações 2:11

*“Tu, porém, o tens visto, porque atentas aos
trabalhos e à dor, para que os possa tomar
em tuas mãos. A ti se entrega o desamparado,
tu tens sido o defensor do órfão.”*

Salmos 10: 14

RESUMO

SILVA, L. M. **O ambiente de abrigamento de crianças vítimas de violência.** 2011, 128f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2011.

As instituições abrigo são ainda pouco conhecidas e pouco pesquisadas, e quase nenhuma ênfase é dada ao cuidado dispensado numa entidade abrigo em termos de compreender o que é proporcionar um ambiente de cuidado e de acolhimento suficientemente bom para a criança em desenvolvimento. O objetivo dessa pesquisa foi analisar o cuidado institucional dispensado às crianças de um abrigo de um município do interior do Paraná, a fim de compreender a capacidade do ambiente em suprir as necessidades da criança em risco social devido à violência. Para isso, selecionamos o autor Donald Winnicott, que, em suas formulações psicanalíticas, deu especial ênfase no papel da maternagem no desenvolvimento emocional de uma criança, principalmente nos primeiros meses de vida. A metodologia de pesquisa eleita foi o método de investigação psicanalítico dos fenômenos sociais para interpretação e compreensão dos dados levantados. Concluímos que, devido à sobrecarga de trabalho das cuidadoras e ao acúmulo de funções, muito ainda há de ser melhorado para que o ambiente de abrigamento deixe de ser uma casa de passagem que dispensa um cuidado com as questões físicas de higiene, hospedagem e alimentação, para que se torne um local de acolhimento de traumas emocionais, de problemas de aprendizagem e de estabelecimento de vínculos que possibilitem a maturação emocional.

Palavras-chave: ambiente; abrigamento; crianças; violência

ABSTRACT

SILVA, L. M. **The environment in shelters for child victims of violence.** 2011, 128p. Thesis (Masters) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2011.

The shelter institutions are still under-researched and little known and almost no emphasis is given to the care given under a shelter entity in terms of understanding what it is to provide an environment of care and good enough to host the developing child. The aim of this study was to analyze the institutional care dispensed to children under one shelter of a city of Paraná, in order to understand the environment's ability to accommodate the needs of children at social risk due to violence. To do this, was selected the author Donald Winnicott, who, in his psychoanalytic formulations, gave special emphasis on the role of mothering a child's emotional development, especially in the first months of life. The research methodology chosen was the psychoanalytic method of investigation of social phenomena for interpretation and understanding of the data collected. We conclude that due to the workload of caregivers and the accumulation of functions, there is still much to be improved so that the shelter environment is no longer a halfway house that needs a careful physical issues of hygiene, accommodation and food, to become a host site for emotional trauma, learning problems and to build bridges to allow for emotional maturity.

Key-words: environment; shelter; child; violence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNAPI – Associação Brasileira de Prevenção aos Abusos e Negligências na Infância

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

APMI – Associação de Proteção à Maternidade e a Infância

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem Estar do Menor

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor

SAC – Serviços de Ação Continuada

SIPIA – Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS	19
2.1 Objetivo Geral.....	19
2.2 Objetivos Específicos	19
3 PERCURSO METODOLÓGICO	21
3.1 O método psicanalítico	21
3.2 Problema	25
3.3 Estratégia	25
3.4 Instrumentos.....	28
3.5 Recursos técnicos.....	29
3.6 Comitê de Ética.....	29
4 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL.....	31
4.1 Um percurso pela história de atenção à infância e juventude no Brasil	31
4.2 O Estatuto e políticas atuais.....	39
4.3 O contexto de violência	44
4.4 A violência e o abrigamento	50
4.5 O cuidado dispensado nas instituições de abrigo.....	53
4.5.1 O trabalho desenvolvido nos abrigos	54
4.5.2 A convivência familiar e comunitária da criança abrigada.....	57
4.6 A importância do ambiente na perspectiva da Psicanálise	61
4.6.1 Cuidados ambientais fracassados e os efeitos para o desenvolvimento.....	64
4.6.2 As provisões ambientais no contexto da família agressora e do abrigamento	68
4.6.3 A violência no relacionamento pais e filhos	71
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	76
5.1 Casa-lar: a estrutura do abrigo e seus funcionários	76

5.1.1 Histórico da Instituição	77
5.1.2 Perfil dos Profissionais.....	79
5.2 O cuidar.....	88
5.2.1 A rotina da casa-lar.	89
5.2.2 Características do cuidar	92
5.2.3 Alguns outros apontamentos	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
6. 1 Sugestões ao abrigo	114
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

“As crianças olhavam para o céu: não era proibido. A boca, o nariz, os olhos estavam abertos. Não havia perigo. Os perigos que Clara temia eram a gripe, o calor, os insetos. Clara tinha medo de perder o bonde das 11 horas, esperava cartas que custavam a chegar, nem sempre podia usar vestido novo. Mas passeava no jardim, pela manhã!!! Havia jardins, havia manhãs naquele tempo!!!” (Lembrança do mundo antigo, Carlos Drummond de Andrade)

A proposta de pesquisa do ambiente de abrigo de crianças vítimas de violência surgiu de inúmeras inquietações que, sem uma resposta, nos levaram a formular um projeto que, inicialmente, tinha como foco a experiência de abrigo das crianças que haviam sofrido violência doméstica. Pela inviabilidade da pesquisa diretamente com as crianças, e considerando a riqueza das formulações psicanalíticas de Donald Winnicott a respeito do ambiente suficientemente bom, questionamos-nos se a instituição de abrigo tem sido capaz de suprir, em termos de provisão ambiental, aquilo que teoricamente consideramos como necessário para o desenvolvimento da criança.

Assim, elegemos como objetivo de pesquisa a análise do cuidado institucional dispensado às crianças de um abrigo de um município no interior do Paraná, a fim de compreender a capacidade de o ambiente suprir as necessidades da criança em risco social devido à violência. Para isso, a metodologia proposta foi em primeiro lugar a observação da rotina da casa abrigo e, posteriormente, a entrevista semi-dirigida com os funcionários da instituição.

Para a análise dos dados, selecionamos o autor Donald Winnicott, que em suas formulações psicanalíticas, deu especial ênfase no papel da maternagem no desenvolvimento emocional de uma criança, principalmente nos primeiros meses de vida. Winnicott é um dos maiores nomes da psiquiatria e psicanálise de crianças, além de ter realizado um extenso trabalho com as crianças evacuadas na Segunda Guerra Mundial, assistindo a todas as espécies de privação.

Como complementação teórica, outros psicanalistas foram igualmente importantes ao relatarem a respeito dos cuidados maternos e a saúde mental da criança, como Bowlby (1981) e Spitz (1979). Bowlby, assim como Winnicott, analisou os efeitos da privação de crianças dos cuidados maternos no pós-guerra, afirmando que é essencial para a saúde de uma criança

que ela vivencie uma experiência calorosa e única com uma mãe. Já Spitz, preocupou-se com as patologias das relações objetais, enfatizando a importância da relação de apego entre a criança e sua mãe.

Foi pensando no quanto a privação de cuidados pode afetar diretamente o desenvolvimento de uma criança, podendo conduzi-la a uma tendência anti-social, que se justificou a necessidade de se pensar nas crianças que sofrem privações no âmbito familiar e que talvez sofram privações no âmbito do abrigo. Segundo Winnicott (2005, p.69), “se há a possibilidade de se obter a história do desenvolvimento da criança, a existência ou não de um lar razoavelmente estável é um fato de importância primordial”.

Se o ambiente familiar já foi palco de frustrações e traumas na criança, o ambiente de abrigo precisa, necessariamente, possuir algumas características em particular. Winnicott (2005, p.78) afirma que as crianças precisam de “*estabilidade ambiental, cuidados individuais e continuidade* desses cuidados” (itálicos do autor).

Pensando nessas questões e também no fato de que as instituições abrigo são ainda pouco conhecidas e pouco pesquisadas, foi que optamos por analisar o cuidado numa entidade abrigo, a fim de compreender o que é proporcionar um ambiente de cuidado e acolhimento suficientemente bom para a criança.

Silva (2004, p.19) afirma que,

o estudo sobre a situação do atendimento em instituições de abrigo revela-se ainda mais importante frente à diversidade encontrada entre essas entidades no Brasil, destacando-se a heterogeneidade na forma de organização, no regime de permanência de crianças e adolescentes, no tipo de exclusividade do atendimento e na estrutura física.

Porém, este estudo não pretende com suas colocações estabelecer uma comparação entre o desenvolvimento da criança no seio da família e o desenvolvimento da criança no ambiente do abrigo. Não faz parte de nossos objetivos dizer se o melhor ambiente, ou, segundo Winnicott, o ambiente mais suficientemente bom, seja a família ou o abrigo, porque partimos do pressuposto de que qualquer criança necessita de ser cuidada devido a sua condição de dependência física e psicológica de outro ser humano para se desenvolver e crescer. A análise do ambiente de abrigo, proposta dessa pesquisa, visa, sim, encontrar nesse ambiente o que há de positivo para os processos de maturação da criança e também o que há de negativo, considerados como impeditivos para a maturação esperada da criança.

Além disso, em nenhum momento iremos expor a que tipos de violências as crianças abrigadas foram vítimas, uma vez que a pesquisa se realiza através de entrevistas com os

funcionários da instituição e não diretamente com as crianças. As cuidadoras do abrigo não tem acesso aos motivos do abrigamento, e tais informações são sigilosas para preservação da situação de risco social na qual a criança se encontra.

Portanto, definidos o alcance da pesquisa e o que se pretende responder de nossas inquietações, a presente pesquisa faz um percurso teórico pela história de atenção à infância e juventude no Brasil, descrevendo o surgimento das primeiras casas de acolhimento de menores órfãos e abandonados, até o funcionamento dos abrigos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990; descreve as políticas atuais de enfrentamento do abrigamento; esclarece o contexto da violência doméstica, ressaltando as conseqüências psíquicas de uma situação de violência; entrelaça o abrigamento como conseqüência da violência doméstica; define o que por lei é estabelecido como cuidado institucional nos abrigos, tendo como foco o trabalho desenvolvido e a preservação dos direitos das crianças e adolescentes; para, enfim, ressaltar a importância do ambiente para a Psicanálise, analisando o desenvolvimento maturacional da criança quando associado a ela o cuidado materno, além da violência intrínseca à própria natureza humana.

Definidos os marcos teóricos, expomos a metodologia de pesquisa, na qual foi eleita o método de investigação psicanalítico dos fenômenos sociais para interpretação e compreensão dos dados levantados.

Isto posto, a análise dos dados é feita mediante a luz da psicanálise winnicottiana, buscando responder os objetivos propostos. Expomos o histórico da instituição pesquisada e o perfil dos profissionais que trabalham no abrigo, para, a partir daí, analisar o cuidado dispensado às crianças abrigadas, ressaltando as provisões ambientais que propiciam ou não o desenvolvimento psicologicamente saudável da criança abrigada.

Desse modo,

não se tem a pretensão de esgotar a análise sobre o fato social investigado, nem limitar a intervenção às formas de atuação já realizadas ou que serão realizadas, mas apresentar a experiência vivenciada como subsídio para a reflexão e início de discussão deste tormentoso dilema que aflige milhares de crianças e adolescentes em todo o território brasileiro, esperando que outros atores sociais também se debruçam sobre a questão e, de forma definitiva, sejam traçados os rumos para o enfrentamento solidário da problemática (FACHINETTO, 2004, p.16)

OBJETIVOS

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Analisar o cuidado institucional dispensado às crianças de um abrigo de um município no interior do Paraná, a fim de compreender a capacidade do ambiente em suprir as necessidades da criança em risco social devido à violência.

2.2 Objetivos Específicos

- 2.2.1 Caracterizar o perfil de profissionais que atuam na casa abrigo;
- 2.2.2 Caracterizar a qualidade e a adequação dos cuidados dispensados a criança abrigada;
- 2.2.3 Identificar a rotina da casa: funcionamento e modo como se dão as relações entre cuidadores e crianças abrigadas;
- 2.2.4 Identificar condições e características que se aproximam de um ambiente de acolhimento necessário ao desenvolvimento saudável da criança, segundo o referencial winnicottiano;

PERCURSO METODOLÓGICO

3 PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 O método psicanalítico

Esta pesquisa utilizará da metodologia da psicanálise, cujos conceitos principais são: associação livre, atenção flutuante, inconsciente, transferência e interpretação.

Na universidade encontram-se as mais variadas formas de se pesquisar, encerradas principalmente na objetividade de seus fundamentos e na neutralidade científica. O termo pesquisa ainda está muito associado à pesquisa empírica, de conotação positivista, sendo que evidentemente, psicanálise e positivismo mutuamente se repelem, uma vez que a pesquisa psicanalítica é, em sua essência, qualitativa (HERRMANN, 2004). Pazian e Mattioli (2007) também afirmam que a conciliação entre psicanálise e ciência foi no passado considerada por muitos como uma tarefa impossível, uma vez que a psicanálise envolve a arte de compreender o psiquismo humano e a ciência envolve o rigor.

É provável que a grande questão esteja no fato de que quando nos referimos a pesquisa em psicanálise, tratamos de um campo em que a relação não se dá entre sujeito e objeto de pesquisa, mas sim entre sujeito e outro sujeito: desejante e comunicante, sendo esta comunicação consciente e inconsciente. Daí a dificuldade em se reconhecer a psicanálise enquanto uma forma de se produzir ciência, pois em psicanálise tentamos conhecer um objeto que é inconsciente.

O positivismo apregoava a total separação entre sujeito e objeto, excluindo da pesquisa e de seus resultados a subjetividade do observador. Já em psicanálise, este processo é impossível, uma vez que entre sujeito e objeto (ou sujeito e sujeito), se dá uma relação de transferência, pois, segundo Herrmann (apud SILVA, 1993, p.138) “de qualquer modo, quando pesquisador se debruça sobre o seu objeto pensando psicanaliticamente, cria-se um campo transferencial”.

Não é de se estranhar, no entanto, que haja na universidade e no meio científico certa resistência em se aceitar a psicanálise “aplicada” ou “extramuros”. Martinez (2003) afirma que foi a partir de 1887, nas cartas que enviava a Fliess, que Freud deu início a esta modalidade da psicanálise, escrevendo sobre a peça de Sófocles, Hamlet e outros escritores. Ele foi alvo de muitas críticas e também de rejeição. A escola lacaniana, por exemplo, custou a aceitar a expansão da psicanálise para fora da clínica, o que se observa ainda hoje, entre

estudiosos lacanianos, como Luiz Carlos Nogueira, que afirma que a pesquisa em psicanálise é a pesquisa clínica que se dá somente entre analista e analisando (NOGUEIRA, 2004).

No entanto, precisamos buscar no criador da psicanálise o que o mesmo esperava de sua ciência enquanto a formulava. Freud atribuiu três sentidos primordiais à psicanálise, que foram **pesquisa do inconsciente**, teoria das neuroses e terapêutica das neuroses:

Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para investigação dos processos mentais, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas e que, gradualmente se acumula numa nova disciplina científica (FREUD, 1922, p. 2661).

Sabemos que Freud não se deteve ao estudo somente dos processos psíquicos de seus pacientes clínicos, mas expandiu sua atuação analisando obras literárias, aspectos da cultura, processos sociais e até mesmo acontecimentos cotidianos. Podemos até inferir que muito da riqueza teórica alcançada por Freud se deu justamente por ele ter transposto as paredes e determinações do setting analítico, arriscando-se a comprovação de seus postulados nos acontecimentos da vida. Segundo Mezan (apud Pazian e Mattioli, 2007, p.110), a psicanálise “sustenta que tudo o que é humano traz a marca do inconsciente e é portanto da sua alçada”.

Podemos então pensar em definições claras do que seja a psicanálise “aplicada”. Já sabemos até o momento que a psicanálise não é somente uma prática psicoterápica, mas que vai além, sendo também uma teoria e um método de investigação teórica. Sabemos também que em psicanálise a relação de pesquisa se dá entre sujeito e sujeito e que o objeto primordial desta ciência é o psiquismo humano. Herrmann (2004) classifica a psicanálise enquanto “ciência da psique”, ocupada em investigar o sentido humano nas pessoas, nos grupos, nas organizações, na sociedade e nas produções culturais humanas. Vimos também que entre sujeito e sujeito cria-se um campo transferencial, sendo impossível na pesquisa psicanalítica, ignorarmos a existência e o psiquismo do pesquisador.

Porém, ainda não discutimos qual seria o método de investigação do psiquismo proposto pela teoria psicanalítica. Segundo Herrmann (2004), Silva (1993), Pazian e Mattioli (2007), etc., o **método da psicanálise é a interpretação**. Silva (1993) acrescenta que este método apresenta uma dupla face, estando de um lado à associação livre e de outro a atenção flutuante, ou seja, “um método receptivo, valorizando mais a escuta do que a fala, mais a espera que a indução de um sentido” (SILVA, 1993, p. 21).

A interpretação é o método que a psicanálise utiliza para dar luz ao inconsciente humano, ao seu objeto. Para Martinez (2003, p.61), “a interpretação é um técnica de

intervenção psicanalítica que permite chegar aos conteúdos do inconsciente, considerando o conflito defensivo e o desejo que se formula em qualquer produção do inconsciente”.

Para pesquisar em psicanálise, não podemos, no entanto, excluir os outros dois sentidos que lhe foram atribuídos por Freud. É preciso uma terapêutica das neuroses e uma teoria psicanalítica. Pensando nisso, precisamos encontrar uma maneira de estabelecer uma terapêutica das neuroses na pesquisa em questão, uma vez que a teoria psicanalítica será utilizada como forma de interpretação dos dados levantados e contextualização dos sujeitos da pesquisa.

Com o objetivo de analisar o cuidado institucional dispensado as crianças de um abrigo de um município no interior do Paraná, a fim de compreender se o ambiente supre as necessidades para um bom desenvolvimento da criança em risco social devido a violência doméstica, a metodologia escolhida foi a observação da rotina da casa abrigo e a entrevista semi-dirigida com os cuidadores desta instituição.

Como então, incluir neste estudo a terapêutica das neuroses uma vez que o mesmo não visa uma intervenção psicoterapêutica e também não terá com os cuidadores sessões psicoterápicas em que esta terapêutica se torne possível?

Martinez (2003) afirma que “para atingir um material realmente inconsciente é preciso fazer intervir a transferência” (p. 51). Nas entrevistas realizadas com os cuidadores, a transferência estará presente, sendo possível assim, encontrarmos material inconsciente de nossos sujeitos. Mas, a terapêutica das neuroses não se dará essencialmente neste momento, mas sim no momento da interpretação, que não será mais de pesquisador e sujeito, mas sim de analista e texto. Ou seja, ao transcrever as entrevistas estaremos transformando o discurso em um texto sobre o qual se realizará a interpretação.

André Green (1994) afirma que quando analisamos um texto assumimos o papel de críticos psicanalistas, cuja função é identificar no texto as manifestações do inconsciente. Quando pesquisamos utilizando o método da psicanálise e objetivando este descortinar, estamos, portanto, no papel de críticos.

No entanto, Green (1994) estabelece como condição para este papel que já tenhamos passado pela experiência psicanalítica para ser possível analisar psicanaliticamente. São essencialmente duas as explicações para esta condição. A primeira está no fato de que para interpretar é necessária uma comunicação entre inconscientes, uma transferência entre o inconsciente do autor no texto e o inconsciente do crítico-leitor, neste caso, nós pesquisadores. A segunda explicação, diz respeito ao próprio conteúdo da interpretação, pois se não passamos pela experiência psicanalítica, corremos o risco de fazer interpretações

utilizando conceitos da psicanálise e não interpretações psicanalíticas em si. Trata-se, desse modo, de uma distorção intelectual, “pois a posição adotada utiliza a terminologia, os conceitos, os modos de pensar da psicanálise” (GREEN, 1994, p.16), porém fora do significado da experiência psicanalítica que os fundamenta.

Para responder a pergunta de onde se encontra a terapêutica das neuroses, não podemos nos esquecer da transferência. Sem ela, não é possível haver uma terapêutica, pois já vimos que o caminho para se atingir material inconsciente se dá através da transferência (MARTINEZ, 2003). Mas onde está a transferência na análise de um texto? Podemos encontrar esta resposta justamente na compreensão de Green (1994) a respeito do papel de críticos psicanalistas e nas suas condições acima mencionadas: na clínica temos a atenção flutuante e no texto, a **leitura flutuante**. É como se o pesquisador não lesse, mas sim ouvisse o texto, sendo possível assim lhe dar o mesmo tratamento dispensado ao discurso consciente que encobre o discurso inconsciente do paciente. Porém, “a interpretação do texto passa a ser a interpretação que o analista deve fornecer sobre o texto, mas, na verdade, trata-se da sua própria interpretação quanto aos efeitos do texto sobre seu inconsciente” (GREEN, 1994, p. 18). Ou seja, é preciso fazer um laço auto-transferencial. Aí está a terapêutica das neuroses, que se dará no texto resultante da fala de nossos sujeitos, com o inconsciente do pesquisador, ou, segundo Green, do crítico psicanalista.

Trata-se do conceito de Brooks, que considera que “quando, tanto um analisando, quanto um texto solicita a interpretação de um analista ou de um leitor, já se está dentro da transferência” (MARTINEZ, 2003, p. 51).

O método psicanalítico contempla uma forma de investigação que leva em conta a importância dos conteúdos inconscientes, que estão além de um discurso prático, estruturado, objetivo e real. A entrevista semi-estrutura realizada com os cuidadores tem como objetivo justamente a emergência dos aspectos inconscientes de suas falas, que ao serem transformados em texto, tem como vantagem o fato de podermos recorrer a ele diversas vezes, transformando o texto em nosso texto-paciente, com o qual estabelecemos um laço auto-transferencial entre o narcisismo do pesquisador e o narcisismo do autor/sujeito.

Assim, temos que a escolha da teoria psicanalítica se deu devido à compreensão de que a mesma abarca o universo simbólico que se deseja pesquisar, e melhor atende a especificidade do objeto que se pretende estudar, um objeto de caráter qualitativo, passível de ser interpretado e com o qual é possível estabelecer uma relação transferencial, esteja ela no

momento da entrevista ou no momento da interpretação das falas transcritas em forma de texto.

3.2 Problema

A questão central desta pesquisa é o ambiente necessário para o desenvolvimento saudável da criança. Ao ser abrigada, a criança tem a possibilidade de vivenciar um novo ambiente, com novas relações de cuidado e de afeto, diferentes daquelas do seio da família onde ela foi vítima de violência. No entanto, quais são as características reais desse ambiente proporcionado pelo abrigo? Em que aspectos estas características de cuidado atendem a necessidade da criança de resignificar o trauma da violência sofrida? Qual o tipo e qualidade de cuidados dispensados a criança? Eles são suficientes para o seu desenvolvimento saudável?

Em nossa hipótese de trabalho, o ambiente que violenta não acolhe e não oferece à criança as condições das quais necessita para alcançar a autonomia. A separação do grupo familiar é traumática e pode deixar a criança mentalmente instável, excessivamente insegura ou muito doente. Trauma significa quebra de continuidade na existência de um indivíduo. Somente a continuidade no existir permite que o sentido do self, de se sentir real, de ser, se estabeleça como característica da personalidade do indivíduo.

3.3 Estratégia

A pesquisa será realizada numa casa abrigo de um município no interior do Paraná. A fim de evitar ao máximo qualquer indício que possa conduzir a identificação da instituição e de seus cuidadores e crianças, o nome da casa abrigo será mantido em sigilo. Com o objetivo de analisar o cuidado institucional dispensado as crianças a fim de compreender se o ambiente supre as necessidades para um bom desenvolvimento da criança em risco social devido a violência doméstica, a estratégia da pesquisa para o colhimento dos dados será a utilização de entrevistas, tanto com os cuidadores, assistentes sociais e psicólogos que porventura assistem a criança abrigada e também a observação das práticas cotidianas da casa abrigo, resultando em um registro com as impressões e acontecimentos da rotina do abrigo.

Com os dados levantados, transcritos e organizados, será possível realizar uma análise rica da realidade do ambiente da criança abrigada e violentada que marcam seu desenvolvimento psico-afetivo. Esta análise se dará a luz da teoria psicanalítica, uma vez que

encontramos nela o respaldo teórico necessário para a clara compreensão do desenvolvimento psíquico da criança atrelado as necessidades de um ambiente suficientemente bom. Partindo de tal pressuposto, dividiremos o desenvolvimento da pesquisa em três momentos com metodologias próprias para cada um deles.

3.3.1 - *1ª Fase*: O primeiro momento da pesquisa trata-se da revisão bibliográfica, e uma daquilo que já foi produzido a respeito do abrigamento e da violência contra a criança, para que munidos do referencial teórico e do suporte técnico necessário, possamos partir para a pesquisa de campo. Para que se atinja a compreensão dos temas a que se pretende um aprofundamento, serão realizados planos de leitura e fichamentos dos livros, textos e artigos selecionados que dizem respeito ao tema, a fim de que se estabeleça uma relação entre a bagagem teórica e os dados futuramente coletados.

3.3.2 - *2ª Fase*: Neste momento, já estaremos preparados teoricamente para uma observação e interpretação dos dados. Portanto, iniciaremos a pesquisa de campo que será composta por duas fases: (1) observação da rotina de cuidados das crianças na casa abrigo; e (2) entrevistas semi-dirigidas com assistentes sociais e cuidadores da casa/abrigo selecionada em município do interior do Paraná. Com a observação documentada pelo registro pretendemos conhecer a vivência diária da casa abrigo, seu funcionamento, as práticas dos cuidadores, a rotina das crianças e principalmente os cuidados dispensados as crianças. Com as entrevistas aos cuidadores, objetiva-se caracterizar os profissionais que assistem as crianças e a forma como cada um qualifica seu trabalho e cuidado em relação às crianças. Acreditamos que com esta metodologia será possível explorar o ambiente de abrigamento, uma vez que entraremos em contato com o universo das relações no abrigo, proporcionado principalmente pela interpretação das entrevistas realizadas com as cuidadoras e profissionais que trabalham na casa. O critério de seleção dos funcionários que seriam entrevistados foi de que trabalhassem na casa-lar pelo tempo mínimo de 6 meses. Tal critério se deu uma vez que se entende que os funcionários com menor tempo de serviço ainda passam por um processo de adaptação e aprendizagem. Deste modo, assumimos que os pressupostos teóricos e procedimentos escolhidos despertam a atenção para a realidade da criança abrigada, buscando assim, verificar as características deste ambiente que propiciam ou não um desenvolvimento saudável

para a criança, em que lhe seja possível o estabelecimento de vínculos afetivos uma vez perdidos em função da violência sofrida e da própria separação da família. Partimos do pressuposto da afirmação de Mezan (1999) de que

nada na Psicanálise é antagônico à possibilidade de que com ela se realizem pesquisas bem estruturadas e capazes de contribuir para o avanço dos conhecimentos sobre o ser humano. Tais pesquisas já existem, e o que se pode aprender com seus resultados em nada é inferior ao que se pode aprender com seus métodos: basta respeitar a especificidade do campo para discernir em seus vários segmentos inúmeras possibilidades de investigação.

O tratamento dos dados levantados assim como a sua publicação, atenderá aos pressupostos éticos de pesquisa com seres humanos regulamentados pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. As entrevistas só serão realizadas com o consentimento dos sujeitos envolvidos, respeitando o desejo de participação dos mesmos. Tal consentimento se dará através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado em duas vias pelo sujeito submetido a pesquisa. Uma via ficará de posse do pesquisador e a segunda via de posse do entrevistado. A identificação de cada um dos participantes será mantida em sigilo, sendo os nomes verdadeiros substituídos por nomes fictícios. O registro da observação, o material da gravação das entrevistas e a transcrição das mesmas, serão analisados somente pela pesquisadora e seu orientador.

3.3.3 - 3ª Fase: Neste momento, os dados levantados serão interpretados e analisados à luz da psicanálise. Como exposto anteriormente, entendemos que a interpretação se dá a partir do texto transcrito das entrevistas, sob o qual é possível estabelecer um laço transferencial que permite uma interpretação. Deixamos claro desde já, que a elucidação do problema escolhido não visa uma intervenção terapêutica, pois para tal, seria necessário um tempo maior do que aquele previsto para a elaboração da dissertação de mestrado. O momento final será a comparação, discussão e argumentação teórica sobre o ambiente de abrigo da criança vítima de violência, estabelecendo um paralelo entre o ambiente encontrado na casa abrigo e aquele psicanaliticamente saudável para o pleno desenvolvimento da criança.

3.4 Instrumentos

O instrumento de pesquisa fundamental é a entrevista semi-dirigida. Por se tratar de somente uma entrevista com cada cuidadora, entendemos que se faz necessário que a mesma responda o problema da pesquisa, que é a busca pelas características do cuidado dispensado as crianças abrigadas vítimas de violência.

Mas como utilizarmos uma entrevista semi-dirigida diante da metodologia psicanalítica proposta, na qual se pressupõe a associação livre de idéias e a interpretação? Foi pensando nessa controvérsia que resgatamos a possibilidade de estabelecer um paralelo entre a entrevista semi-dirigida e a entrevista inicial com os pais quando do início da análise de uma criança. Em ambas as situações, o objetivo é desvendar o máximo sobre a relação do adulto com a criança. Aberastury (1992) afirma que não é conveniente finalizar uma entrevista com os pais sem que se tenha conseguido as informações sobre a história da criança, um dia de rotina, um domingo ou feriado, o dia do seu aniversário e como é a relação dos pais entre si e com o filho. Da mesma forma, a entrevista com as cuidadoras não poderá deixar de nos responder como é a relação das mesmas com as crianças, como as crianças são corrigidas, e qual a rotina da casa.

Segundo Aberastury (1992, p.82),

É necessário que essa entrevista seja dirigida e limitada de acordo com um plano previamente estabelecido, porque não sendo assim, os pais, embora conscientemente venham falar do filho, têm a tendência de escapar do tema, fazendo confidências de suas próprias vidas.

Se entendemos que as cuidadoras são as figuras substitutas da mãe quando do abrigo da criança, entendemos também que a entrevista semi-dirigida atende a necessidade de coleta de dados, sendo possível posteriormente a sua interpretação enquanto texto psicanaliticamente analisável. Além disso, por se tratarem de cuidadoras não assistidas em suas necessidades emocionais, corremos o risco de, ao não utilizar uma entrevista semi-dirigida, perdemos o foco da pesquisa e tratarmos as dificuldades emocionais individuais, e não a relação de cuidados entre funcionárias e crianças.

Portanto, para as entrevistas será necessário um gravador, para que nenhuma informação seja perdida e nenhum dado seja mal compreendido ao ser lembrado.

3.5 Recursos técnicos

Gravador

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo sujeito participante

Micro computador para organização dos dados

3.6 Comitê de Ética

A presente pesquisa possui aprovação e autorização de ser realizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Assis/SP, através do protocolo de registro no CEP n° 018/2009 e processo n° 632/2009, completamente aprovado em 05 de outubro de 2010, conforme documento que segue em anexo.

MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

4 MARCO TEÓRICO CONCEITUAL

Para compreendermos o ambiente de abrigamento da criança que foi vítima de violência doméstica e também a qualidade da atenção dispensada a ela, é essencial esclarecer questões sobre as políticas públicas que atendem a infância e a juventude uma vez que tais políticas não só embasam e justificam o abrigamento como também determinam o tipo de cuidado e atenção que tais estabelecimentos devem ofertar.

Além disso, precisamos delimitar os marcos teóricos que foram eleitos para a compreensão do objeto dessa pesquisa, dentre tantas realizadas sobre o tema violência, em diferentes abordagens e áreas.

É certo para todas as teorias do desenvolvimento que um lactente¹ não sobrevive sem receber algum tipo de cuidado. Também é condição essencial para o desenvolvimento saudável que o ambiente seja capaz de suprir as necessidades da criança, sejam elas físicas ou emocionais. Privilegiamos nessa pesquisa as abordagens que compreendem a violência como uma quebra na continuidade de ser do indivíduo, como um marco traumático na vida da criança que a fragiliza de alguma forma. E ainda elegemos a psicanálise como a teoria que, ao dar ênfase às questões do ambiente, esclarece que tipos de cuidados são necessários para que o lactente possa transformar seu potencial herdado e tendência no sentido do crescimento e do desenvolvimento, em um verdadeiro processo maturativo, ao receber um cuidado paterno satisfatório.

Portanto, é importante e significativo que algumas questões sejam refletidas nesse momento, tomando-as como o norte que guiará o alcance dessa pesquisa e as margens da elucidação da questão do ambiente de abrigamento de crianças vítimas de violência doméstica dentro do referencial psicanalítico winnicottiano.

4.1 Um percurso pela história de atenção à infância e juventude no Brasil

A necessidade de um local de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil surgiu muito remotamente desde os tempos da colonização, mostrando-se necessária até os dias de hoje. Ela esteve constantemente atrelada ao desenvolvimento político e econômico do

¹ Winnicott utiliza o termo lactente para se referir à criança muito nova, sem fala, que depende totalmente do cuidado materno para poder existir (WINNICOTT, 1960).

país, que foi ditando a forma de se olhar para a criança e compreender suas necessidades de cuidado.

As primeiras instituições brasileiras para o cuidado com os órfãos foram fundadas por religiosos em meados do século XVIII, marcadas pelo restrito contato com o mundo exterior e por práticas religiosas.

Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que as instituições atendiam não somente as crianças pobres, mas também muitos dos filhos dos ricos do Brasil, uma vez que a prática do abandono era algo comum e aceito pela sociedade. Tão comum era que, em 1738, no Rio de Janeiro, foi criada, por Romão Mattos Duarte, a Casa dos Expostos, também chamada de Casa da Roda ou Casa dos Enjeitados. Nesse local eram deixadas as crianças, por meio de um cilindro oco de madeira com uma abertura que costumava, nos muros dos conventos, ser utilizado para o depósito de cartas, alimentos etc., destinados aos frades e freiras (MERISSE, 1997).

A Roda dos Expostos foi a primeira das instituições asilares para crianças que atendiam aos abandonados, desvalidos e órfãos criada no Brasil. São Paulo também teve a sua roda, inaugurada no ano de 1825 e atrelada ao sistema assistencial da Santa Casa de Misericórdia.

Os serviços oferecidos por essas casas eram filantrópicos, caritativos e assistenciais, cujo objetivo era reduzir os níveis de mortalidade infantil, uma vez que, em sua grande maioria, as crianças abandonadas eram fruto de relações ilegítimas e de exploração sexual dos senhores sobre as escravas.

Todavia, a realidade dessas casas era que o atendimento às crianças acontecia de maneira indiscriminada e precária, resultando em um grande número de doenças e altos índices de mortalidade. Os bebês eram alimentados por amas de leite que eram, na maioria, escravas alugadas por seus senhores (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Passetti (2006), citando a carta de Pedro I escrita em 1823, afirma que das 12 mil crianças deixadas na Roda dos Expostos, somente mil delas “vingaram”.

No século XIX, o abandono das crianças nas rodas dos expostos ou o recolhimento em instituições para meninas pobres eram fatos que revelavam as dificuldades de muitas famílias para garantir a sobrevivência de seus filhos. Viam na misericórdia cristã, materializada nas santas casas uma possibilidade de sobrevivência e esperavam que a sorte trouxesse soluções para um futuro menos desesperador. Acreditavam nas ordens religiosas ou nas iniciativas filantrópicas de particulares como uma maneira de obter os meios para contornar a situação de pobreza que intensificava-se (PASSETTI, 2006, p.350).

Martins (2009) declara que as crianças ficavam abrigadas nas Casas dos Expostos até a idade de sete anos completos e, depois disso, a responsabilidade sob as mesmas passava a ser dos juízes. Já a criação e manutenção dessas casas não contava com a participação do Estado, visto que não teve qualquer envolvimento na implantação e funcionamento das primeiras instituições de atendimento infantil, uma vez que eram serviços essencialmente de caridade religiosa.

Após completos os sete anos, os Juízes dos Órfãos entregavam as crianças aos lavradores para trabalharem no campo ou no cuidado de animais até completarem 12 anos, sem receberem por esse trabalho remuneração alguma.

Temos, assim, que o *período colonial* inteiro foi marcado pelo caráter exclusivamente filantrópico do atendimento à infância sem uma verdadeira preocupação com a criança. Podemos dizer que o modelo típico de atendimento desse período foi o da Roda dos Expostos,

onde se oferecia abrigo e alimentação a crianças órfãs e abandonadas, através de um trabalho realizado fundamentalmente sob o domínio da Igreja Católica e de grupos de leigos de caráter filantrópico, sob a égide da caridade (MERISSE, 1997, p. 33).

Foi somente com a proclamação da *República*, em 1889, que o enfoque higienista passou a analisar a ordem social. Houve então uma preocupação com a mortalidade infantil, o que influenciou significativamente o declínio da Roda dos Expostos. Foram muitas as descobertas científicas em relação à saúde que permitiram incluir nas práticas asilares procedimentos como a esterilização do leite e a higienização, levando a uma enorme diminuição do índice de mortalidade infantil dessas instituições (MERISSE, 1997).

Entretanto, o discurso higienista escondia a real característica da assistência à criança e ao adolescente ofertada pelo Estado: visar unicamente a formação de mão de obra mercantil e de recrutamento militar (MARTINS, 2009).

Segundo Rizzini e Rizzini (2004), no século XIX, mais conhecido como o século das luzes, as instituições religiosas sofreram mudanças gradativas com o intuito de serem alvo de um ensino útil à nação, formando principalmente os meninos pobres em profissionais, e as meninas em boas donas de casa e educadoras. Um exemplo são as Companhias de Aprendizes Marinheiros, que funcionavam como internato e treinavam meninos recolhidos nas ruas pela polícia, sendo na época, o principal mecanismo do Estado para enviar homens aos navios de guerra, superando em muito o número de alistados e voluntários para esta função.

Com esse propósito, no século XX, a criança é entendida como capital humano, do qual o capital industrial precisa para se reproduzir, ganhando importância no campo jurídico, social e na medicina (MARTINS, 2009, p. 29).

O recolhimento de crianças de rua passou a ocorrer, uma vez que, com a proclamação da República, esperava-se um século de prosperidade e desenvolvimento ao país, tornando-o semelhante às grandes potências mundiais. Ao contrário disso, Passetti (2006) certifica que o ocorrido foi o fato de muitas crianças e jovens experimentarem grandes crueldades de abandono devido à dureza da vida que os pais levavam nesse período. Isso resultou no surgimento de uma “nova ordem de prioridade no atendimento social” (p. 347), ultrapassando o nível da filantropia privada religiosa, elevando a questão a dimensões de problema de Estado, tornando necessárias políticas sociais e legislação específica para atender a nova demanda de crianças e jovens abandonados.

Desta forma, a integração dos indivíduos numa sociedade, desde a infância, passou a ser tarefa do Estado por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinquência e a criminalidade (PASSETTI, 2006, p. 348).

Vemos que o início da República foi um tempo em que se valorizou a internação das crianças, não havendo a preocupação com os efeitos desse confinamento que criava crianças sem individualidade, sem vontade própria, sufocadas pelo coletivo e geralmente marcadas pelo estigma da exclusão social.

Assim, a assistência à infância no final do século XIX e início do XX foi marcada basicamente pelo encaminhamento de crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos para instituições nas quais eram tratadas como se fossem órfãs ou abandonadas (RIZZINI E RIZZINI, 2004).

Foi a partir da segunda metade do século XIX que os menores passaram a ser alvo dos objetivos do Estado quanto à assistência e controle social, sofrendo uma intervenção formadora através de instituições filantrópicas e religiosas, agora regulamentadas e fiscalizadas pelo Estado. Os filhos dos ricos deixaram de ser alvo das institucionalizações, e os pobres foram recolhidos em instituições de reclusão como principal medida da política de assistência à infância no país. Foi criado, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, marcando o início das intervenções do Estado nas questões relacionadas à infância.

Desse modo,

fechavam-se os trinta primeiros anos da República com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial, ainda associada aos efeitos da politização anarquista e educá-la com o intuito de inculcar-lhe a obediência. Pretendendo domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos a reivindicar disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora. Para tal, escola e internato passam a ser fundamentais (PASSETTI, 2006, p.355).

Até o final da década de 80, predominaram no Brasil os internatos de menores ou orfanatos que contavam com uma estrutura asilar na qual várias gerações de crianças passaram sua infância e adolescência internadas e tratadas como se não tivessem família, apesar de, em sua maioria, os internados possuírem famílias. Rizzini e Rizzini (2004, p.14) chamaram a cultura desse período de “cultura de institucionalização”.

A criança foi vista, nesse período, ou como abandonada ou como delinquente. As prisões e internatos surgiram em nome da educação para o mundo e da correção de comportamentos, exercendo uma imagem de órgão disciplinador da sociedade. A estratégia do Estado foi a educação para superar os fracassos da família e a criação de internatos especiais para lidar com os delinquentes infratores (PASSETTI, 2006).

Surge o conceito jurídico de menor. Martins (2009) afirma que ainda sob a influência do pensamento higienista, em 1924 foi criado o Juizado de Menores, responsável pelo atendimento oficial destinado ao menor, exercendo funções relativas à vigilância, regulamentação e intervenção dessa população. O Juizado de Menores foi o primeiro instrumento de assistência e alternativa de cuidado e educação para crianças abandonadas e delinquentes, como eram classificados.

Em 1927 surge o primeiro Código de Menores.

Foi com o Código de Menores (decreto nº 17.343/A, de 12 de outubro de 1927), que o Estado respondeu pela primeira vez com internação, responsabilizando-se pela situação de abandono e propondo-se a aplicar os corretivos necessários para suprimir o comportamento delinquencial. Os abandonados agora estavam na mira do Estado (PASSETTI, 2006, p.355).

Martins (2009) coloca que segundo o parágrafo I e II do Código de Menores, os abandonados eram aqueles com idade inferior a 18 anos, que não possuíam habitação e não

tinham meios de sobrevivência, por terem pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, ou ainda, por terem pais impossibilitados ou incapazes de cumprir com seus deveres como responsáveis. A delinquência era, para o Código, atribuída também ao abandono, passando-se a acreditar que a institucionalização era a melhor maneira para prevenir a delinquência e lidar com a criança pobre abandonada.

Desde o Código de Menores de 1927 até a Política Nacional do Bem-Estar do Menor que ficou consagrada no Código de Menores de 1979 (lei federal nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), foram mais de sessenta anos usando da prática de internação para crianças e jovens, independentemente de tratar-se de regime político democrático ou autoritário. Em certos momentos, a ênfase esteve na correção de comportamentos, noutros, na educação para a integração social (PASSETTI, 2006, p. 358).

Nos anos 60 surge a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, como proposta de um lugar no qual haveria educação ao infrator sem reprimí-lo. Sua criação é resultante da Política Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM, sendo a FUNABEM o órgão responsável pela execução dessa política. Esse modelo de atendimento foi implantado em meio ao regime militar, com caráter assistencialista e repressor, concentrando atenção aos menores abandonados, infratores, de conduta antissocial e em situação de risco.

Martins (2009) afirma que a meta da Política Nacional de Bem-Estar do Menor era a garantia da segurança nacional. Para isso, suas ações basearam-se na antiga prática de recolhimento de crianças das ruas, tendo elas cometido ou não atos ilícitos. Sendo assim, o foco principal ainda era a institucionalização, misturando menores abandonados aos menores infratores.

Num mundo de exclusões econômicas, interdições de prazeres e ilegalidades do tráfico, a prisão e o internato representam um novo circuito de vítimas formado por condenados pela justiça, ampliando, desta maneira, o círculo das compaixões. Em nome da suposta integração social, da ordem, da educação, da disciplina, da saúde, da justiça, da assistência social, do combate ao abandono e a criminalidade, as ações revezam para consagrar os castigos e as punições em um sistema de crueldades. Se é sabido que a prisão não educa ou integra adultos infratores, ela não deveria servir de espelho para a educação de jovens ou para sequer corrigir-lhes supostos comportamentos perigosos (PASSETTI, 2006, p.364).

O que se percebeu na prática é que os internamentos na FUNABEM não educavam o menor infrator, isso quando este estava ali porque cometeu alguma infração, e ainda lhe imputava estigmas sociais como o de indivíduos perigosos (PASSETTI, 2006).

Guirado (1986, p.19) analisou e avaliou o desenvolvimento afetivo de crianças e adolescentes internados na FEBEM. Segundo ela, a internação em instituições como uma prática social de cuidado com a infância, é uma saída controvertida. Por conseguinte, a autora deseja explicar que por mais que haja um consenso de inevitabilidade da medida nos casos em que as famílias não possuem os recursos necessários para a criação de seus filhos, há também uma anuência de que a institucionalização advém prejuízos para a criança, “sobretudo em termos de afetividade”.

Foram movimentos internacionais como os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, no ano de 1966, responsáveis por influenciar o Brasil no sentido de favorecer a implantação da “Doutrina de Proteção Integral”, reconhecendo à criança direitos humanos e universais de proteção pelo Estado, pela sociedade e pela família (MARTINS, 2009, p. 32).

Essa nova consciência propiciou a promulgação da Constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, que contemplava a proteção integral de crianças e adolescentes, pensando neles como sujeitos em condição peculiar, o que até o momento era ignorado.

Todos esses movimentos culminaram na criação da Lei 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Foi com o ECA que surgiram novos vínculos entre o Estado e organizações não governamentais, aplicando o internato somente em casos nos quais não havia outra medida adequada, o que inaugurou um novo tempo na história da caridade.

Três pontos redimensionam a relação caridade-crueldade no final do século XX no Brasil, e que chamamos por nova filantropia: a contenção de programas sociais de Estado com parcerias não governamentais; a ação jurídico-policial de encarceramento de infratores como medida de prevenção geral contra violências levando à proliferação de prisões e à diversificação das penas como medidas sócio-educativas; e a disseminação da ação contra violentadores de crianças e adolescentes (PASSETTI, 2006, p. 367).

Com a promulgação do ECA, os orfanatos deixaram de ser tão procurados e foi também proibida a institucionalização como medida. No entanto, o que se percebeu na prática é que não houve alternativas que evitassem a separação de crianças de suas famílias. Rizzini e Rizzini (2004) afirmam que houve sim avanços no que se refere ao atendimento de crianças em situação de pobreza, mesmo que em alguns casos ainda tenha se recorrido a práticas assistencialistas e autoritárias no âmbito da família.

Hoje não se fala mais na *institucionalização de menores abandonados e delinquentes*, mas houve a mudança de nomenclatura para *abrigamento de crianças e adolescentes em*

situação de risco, que não deixa de ser uma maneira reeditada de se institucionalizar, certamente diferente da realizada no passado, mas trazendo em suas raízes as marcas desse velho modo de assistir a criança.

Ao fazermos uma reflexão sobre o percurso histórico do abrigo, muitas vezes marcado por descaso e ausência de cuidados com a infância, chegamos à conclusão que a compreensão que se tinha de criança, de certa forma, justifica as formas de abrigo encontradas nos séculos passados.

Segundo Ariès (1986), na Idade Média a criança passava pouco tempo com a família. Uma vez que adquirida uma habilidade física, já era incluída no mundo dos adultos pois não havia trocas afetivas específicas com a família nuclear, até porque a taxa de mortalidade infantil era tão alta, que as crianças eram facilmente substituídas por outras que chegavam. No final do século XVIII, o movimento higienista melhorou as condições de vida, diminuindo as taxas de mortalidade, o que levou a uma permanência maior das crianças nas famílias. Elas tornaram-se alvos da educação, separadas do universo adulto pelos movimentos promovidos pela Igreja, que desejava preservar a criança das impurezas. Foi esse movimento de educação e preservação que levou ao surgimento de um espaço para a criança no seio familiar, ambiente esse de trocas afetivas e cuidado, como está instituído hoje em nossa sociedade.

Ramos (1994) afirma que

durante séculos, vigorou a idéia agostiniana do pecado original, onde a criança é símbolo do mal. Seria ela ignorante, apaixonada, caprichosa – testemunho da natureza humana corrompida, corrigível somente por longa labuta com a vara e a palmatória. Ainda no século XVII, importantes teólogos recomendariam não dar asas ao Maligno, presente na infância (RAMOS, 1994, p. 17).

Temos aí as idéias de Santo Agostinho referindo-se à natureza pecaminosa da criança, visto que foi concebida pelo pecado carnal dos pais, justificando-se o castigo e a crueldade com o infante. Somente a partir do século XVIII, com as idéias de Rousseau, Montesquieu e outros ideólogos, surgiu um pensamento sobre a igualdade e autonomia de adultos e crianças, cuja natureza de ambos seria igualmente livre. Esse movimento de posituação da criança permitiu o surgimento de discursos voltados para a maternidade, tornando as mães responsáveis pelo destino da sociedade (RAMOS, 1994).

Com tal evolução da visão que se tinha da criança, não é estranho que se tenha tomado tanto tempo para que a infância pudesse ser vista e entendida com um período de fragilidade, de necessidade de cuidado e afeto. Não é de se estranhar também que a forma de se

institucionalizar tenha tido tantos caracteres diferentes até chegar-se a um conceito de abrigo infantil dentro de uma legislação específica para a infância e adolescência.

4.2 O Estatuto e políticas atuais

Velhas práticas enraizadas são difíceis de serem abandonadas. A história demonstra que a institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil não possuía um critério de seleção de suas “vítimas”. Ricos e pobres, muitos foram os que viram seus dias passarem dentro de uma instituição, relegadas a cuidados nem sempre suficientes para o seu desenvolvimento. Ainda hoje, apesar das mudanças propostas pelas legislações vigentes, a forma como é manejado o abrigo de crianças e adolescentes no Brasil deixa muito a desejar.

Desde a Constituição Brasileira de 1988 e também com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, deu-se início a um processo que exigiu uma série de mudanças e revisões na forma de institucionalizar-se os abandonados, adolescentes de rua e menores delinquentes, preconizando uma série de novas diretrizes para o abrigo de crianças e adolescentes que passaram a ser vistos como *sujeitos de direitos*, devendo ser respeitados em sua particular *condição de pessoa em desenvolvimento*, cabendo à família, à sociedade e ao Estado, garantir a efetividade de suas necessidades.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 227, introduziu a **doutrina de proteção integral**, o princípio norteador de toda e qualquer ação na área da infância e juventude, garantindo o direito à convivência familiar como um dos direitos fundamentais. Para o cumprimento desse direito fundamental, família, sociedade e Estado, devem trabalhar juntos. Esse artigo também preconizou o abrigo não mais como uma medida de solução dos problemas da infância e juventude, mas sim como uma medida aplicada somente em último caso, rompendo com a sistemática adotada até a época da vigência da Lei nº 6.697/79 (Código de Menores) e também com todas as legislações vigentes até o momento.

Murillo Digiácomo, promotor de Justiça da Infância do Estado do Paraná, em relação ao artigo 227 da Constituição, afirma que

a preocupação com a matéria foi tamanha, que o próprio constituinte teve o cuidado de oferecer uma **alternativa** ao abrigo, estabelecendo o at.227, §3º, inciso VI da Constituição Federal a **obrigatoriedade** de o Poder Público criar estímulos, "**através de assistência jurídica, incentivos fiscais e**

subsídios (...), ao ACOLHIMENTO, SOB A FORMA DE GUARDA, de criança ou adolescente órfão ou abandonado" (DIGIÁCOMO, p. 1, Promotoria de Justiça do Paraná, grifos do autor).

Vale lembrar, como proclamado por Cruz (2007), que as discussões sobre a infância e as mudanças ocorridas nas legislações e constituição sofreram influência direta de normativas internacionais, principalmente pela Convenção de Direitos da Criança de 1989.

Em 1990, através da Lei nº 8.069/90, foi decretado o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda mais claro e cauteloso na questão do abrigo. Tal estatuto, no artigo 101, relacionou a medida de abrigo como uma das últimas a ser aplicadas a uma criança ou adolescente, sendo precedida por uma série de alternativas a fim de evitar tal abrigo.

Ademais, para que se evite também a permanência excessiva em abrigos, o Estatuto ainda prevê alguns princípios obrigatórios para as instituições acolhedoras, dos quais se destaca a *preservação dos vínculos familiares*, a *integração em família substitutiva*, quando se esgotarem todos os recursos de manutenção na família de origem, e a *preparação gradativa para o desligamento*.²

Tais princípios significam que, em primeiro lugar, deve-se investir na família de origem, buscando manter, a medida do possível, uma família íntegra, preparada para o exercício de seus deveres enquanto pais e responsáveis pelo cumprimento dos direitos da criança tendo, para isso, orientação, amparo e, especialmente, promoção social. Em segundo lugar, caso se esgotem as possibilidades de permanência dessa criança e/ou adolescente no seio da família de origem, deve-se então buscar a inserção em família substituta, de preferência a de familiares próximos que desejem assumir tal encargo (disposto nos artigos 28 e 100 do ECA). Por último, ante a inexistência de meios de “acolhimento na forma de guarda”, previsto pelo artigo 260 do ECA e pelo artigo 227 da Constituição Federal, é que a criança ou adolescente abandonados ou órfãos, poderão ser abrigados, tendo ainda em mente a excepcionalidade e transitoriedade da medida (DIGIÁCOMO).

Silva (2004, p.19) enfatiza algumas mudanças que, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, precisaram ser implantadas no caso específico dos abrigos, visando um reordenamento da forma como se dá a institucionalização. Houve um movimento de substituição do atendimento assistencialista por um que visasse propostas socioeducativas de caráter emancipatório, garantindo o “pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social às crianças e aos adolescentes, em condições de liberdade e dignidade”.

² Artigo 92 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente

Há ainda que se falar dos casos em que os direitos das crianças e adolescentes já foram violados, seja por violência, maus tratos, abuso sexual etc, seja por ameaça. A última alternativa prevista pela Lei nº 8.069/90 é a destituição ou suspensão do poder familiar, mas fica evidente pelo exposto, que a prioridade da lei é sempre de que a criança esteja próxima a família e que o possível seja feito para que isso ocorra. O mesmo acontece nos casos de violação de direitos, o Estatuto procura postergar ou evitar, dentro do possível, a suspensão do poder familiar, por meio de medidas, previstas no artigo 101, como

o encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais, mediante termo de responsabilidade; a inclusão da família em programas oficiais de auxílio; e a frequência obrigatória da criança à escola. No rol dessas medidas, consideradas preventivas ao abrigamento e à destituição do poder familiar, o ECA estabelece, como última opção a ser adotada, a colocação em família substituta, o que pode se dar mediante as forma de guarda, tutela e adoção (IPEA, 2007, p.219).

As medidas de proteção preconizadas pelo ECA são de três tipos, como bem esclarece Cruz (2007): (1) medidas de proteção, tendo como alvo as crianças e adolescentes em situação de risco ou que cometeram algum ato infracional; (2) medidas socioeducativas, destinadas aos adolescentes infratores; e (3) medidas direcionadas a pais e responsáveis que não cumprem com seus deveres e não respeitam os direitos de suas crianças e adolescentes.

Essas medidas poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, assim como podem ser substituídas a qualquer momento. Enfatiza-se, mais uma vez que, ao aplicá-las, deve-se preferir sempre aquelas que têm como objetivo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Assim, temos que o abrigamento, enquanto medida de proteção integral a criança e ao adolescente, aparece na legislação e no discurso de diversos autores como a última medida a ser tomada, cabendo aos Conselhos Tutelares e ao Juizado da Infância e Juventude tal procedimento, sem que se esqueça do caráter provisório e excepcional dessa medida, utilizada somente como uma forma de transição entre o retorno a família ou a colocação em família substitutiva (CRUZ, 2007).

Por definição legal³, o Conselho Tutelar é o órgão oficial responsável por defender a infância e juventude e fazer com que a legislação vigente se cumpra. Cabe a ele sempre

³ Artigo 131 da Lei nº 8.069/90 “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei.”

buscar alternativas para que a criança ou adolescente seja mantido em sua família de origem, mesmo que provocado ou procurado pelos próprios pais a fazer o contrário.

A primeira providência a ser tomada pelo Conselho Tutelar diante das denúncias que recebe é o “encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família” (art. 129, inciso I da Lei nº 8.069/90). Mais uma vez fica claro o direito a convivência familiar e comunitária como prerrogativa que determina as ações iniciais e incisivas previstas pelo Estatuto.

No que diz respeito ao abrigo, o Conselho Tutelar somente está autorizado a aplicar a medida protetiva de abrigo quando for constatada a falta dos pais ou ainda em situações extremas e emergenciais, vindo-se necessária ainda a comunicação do fato à autoridade judiciária em, até no máximo, dois dias após o abrigo.

O artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê outras medidas mais drásticas, a saber: perda de guarda, destituição de tutela e suspensão ou destituição do pátrio poder, que resultam no afastamento da criança e/ou adolescente do convívio familiar. Estas medidas, no entanto, não são aplicadas pelo Conselho Tutelar, sendo de competência exclusiva da autoridade judiciária.

Nos já mencionados casos de violência, maus tratos e abuso sexual, em que a criança ou adolescente já foi vitimizado, ainda assim, o abrigo é uma medida aplicada exclusivamente pela autoridade judiciária, não cabendo participação do Conselho Tutelar na decisão, sendo preferível pelo Estatuto, o afastamento do **AGRESSOR** da moradia comum e não da criança ou adolescente vítima.

Isso obviamente não significa que o Conselho Tutelar fica impossibilitado de resgatar e encaminhar para local seguro uma criança ou adolescente vitimizado em situação que, claramente, não seja recomendável seu imediato retorno ao lar (...) mas apenas que, na sequência, a exemplo do que ocorre com as entidades de abrigo, e observado o prazo a estas deferido, o órgão deverá comunicar oficialmente o fato à autoridade judiciária (ou Ministério Público) (DIGIÁCOMO, p. 6 -7).

Quando a criança ou adolescente for resgatado e encaminhado para a instituição que desenvolva programa de abrigo, ou a família social, é papel do Conselho Tutelar aplicar, o quanto antes, as medidas do art. 129 da Lei nº 8.069/90, relativas à família, para que a mesma possa receber novamente aquela criança ou adolescente que foi afastado.

Se tais procedimentos, tanto a tomada das medidas anteriores ao abrigo, quanto os esforços de manutenção da criança e do adolescente no convívio familiar fossem de fato

executados pelos Conselhos Tutelares seguindo-se a risca do Estatuto, teríamos um quadro de menor permanência de crianças e adolescentes em abrigos, uma vez que, em pesquisa realizada por Silva (2004) constatou-se que um dos motivos do longo período de abrigamento é a utilização indiscriminada, por parte dos Conselhos Tutelares, da medida de reclusão em abrigo, sem que se sejam esgotadas as demais possibilidades.

Além disso, a mesma pesquisa constata que a principal causa de abrigamentos no Brasil é devido a pobreza, o que vai absolutamente contra o ECA, que prevê que a falta de recursos financeiros da família não é motivo suficiente para que seja efetivada a medida de abrigamento e conseqüente retirada da criança ou adolescente do convívio familiar. O que se espera é que a família, como já foi insistentemente exposto aqui, seja encaminhada a programas oficiais de auxílio, sendo papel do Conselho Tutelar tal encaminhamento.

O “Levantamento Nacional de Abrigos” mostrou que mais de 80% das crianças e dos adolescentes encontrados nessas instituições têm família, o que demonstra que a institucionalização se mantém, ainda, como caminho utilizado indiscriminadamente e, muitas vezes, considerado como o único possível para a proteção infanto-juvenil (SILVA, MELLO, AQUINO, 2004, p.218).

Ao analisarmos o disposto na Lei nº 8.069/90 em relação ao Código de Menores e as legislações anteriores, há sim uma inovação no sentido de introduzir princípios que, se forem cumpridos, podem evitar a institucionalização de crianças e adolescentes, prática comumente difundida no Brasil. No entanto, o que se observa é que, por não cumprir o que está previsto em lei, o Conselho Tutelar, como bem coloca Digiácomo, vem sendo uma “máquina de abrigar”.

Devemos, pois, ter em mente que a verdadeira e definitiva solução para os problemas experimentados por crianças e adolescentes oriundos de famílias carentes e desestruturadas, que muitas vezes se vêem na impossibilidade de criá-los e educá-los de acordo com os "padrões" aceitáveis por nossa sociedade, não é, em absoluto, a colocação daqueles em famílias substitutas e muito menos seu execrável abrigamento, mas sim o investimento maciço na reestruturação familiar, através do encaminhamento de toda família a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social que cada município, por imposição da Lei nº 8.069/90 e Constituição Federal, deve criar e manter (DIGIÁCOMO, Ministério Público do Rio Grande do Sul).

Assim, a visa de conclusão, fica reconhecida a família como fundamental para o trabalho de proteção integral da criança e/ou adolescente, previsto a partir da Constituição Federal de 1988 e posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Mesmo que tal ação seja um desafio para muitos dirigentes de abrigos⁴, os esforços da sociedade e dos governantes como um todo, devem concentrar-se na estruturação e reintegração familiar de crianças e adolescentes privados desse tão importante convívio.

4.3 O contexto de violência

“Ao expormos muitas questões relacionadas a crianças que sofrem violência, percebemos que nossos esforços fazem parte de uma luta mundial maior pela garantia dos direitos humanos. Nosso apelo não é no sentido de termos um tratamento especial. Queremos apenas ser tratados de acordo com os valores fundamentais da dignidade humana, que representam a pedra angular da Declaração [Universal dos Direitos Humanos]. Como cidadãos globais queremos ser reconhecidos como cidadãos de primeira classe, e não de segunda” (Declaração da Criança e da Juventude do Caribe⁵).

As definições dadas ao termo violência são múltiplas e provisórias pois mudam à medida que esse acontecimento é estudado e suas outras e novas manifestações são conhecidas. Existem definições médicas, sociais, culturais, psicanalíticas e mundiais do termo violência. No entanto, observamos que conforme a ciência vai dando luz à violência, torna-se impossível não reformularmos os conceitos antigos.

No levantamento teórico sobre a violência contra a criança, vimos que a questão do maltrato ganhou visibilidade e aceitação enquanto objeto de investigação há não muito tempo. Day et al. (2003) assegura que foi em 1962, em Chicago, com a publicação da obra "Síndrome da Criança Espancada", de Kempe e colaboradores, que o maltrato à criança

⁴ Dados de pesquisa realizada por Silva, 2004.

⁵ Citação retirada de: PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estudo global sobre violência contra a criança**. Assembléia Geral das Nações Unidas. 23 de agosto de 2006, p.28. Disponível em: <http://www.fundabrinq.org.br/portal/alias__Abrinq/lang_pt/tabid_644/default.aspx> Acesso em: 15 mar. 2009.

chamou a atenção de profissionais da saúde e do público em geral para a necessidade de proteção à criança.

No entanto, se consideramos os estudos de Freud ainda no século XIX, veremos que o maltrato da criança e o abuso sexual, estão na base das suas primeiras investigações sobre a etiologia das neuroses. Para Freud (1924), preservar a infância garantia, de alguma maneira, a saúde mental. Ele recomendou que os médicos, ao considerarem a sintomatologia de seus pacientes, investigassem a vida sexual deles, com a finalidade de relacionar desordens sexuais na infância (como o abuso sexual) às neuroses da vida adulta (como a histeria e a neurose de angústia).

Freud (1919) também investigou as fantasias de espancamento de crianças em adultos perversos. Ele afirmou que por volta dos cinco ou seis anos, muitos adultos haviam presenciado cenas de espancamento de alunos por professores, fato que causou-lhes certa satisfação erótica, resultando numa sexualidade perversa na vida adulta.

No Brasil, como já exposto, a criança ganhou a condição de sujeito de direitos a partir da Constituição de 1988, pelo artigo 227 da Constituição Federal. Em 1990 foi promulgado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) como resultado de um movimento em prol da cidadania e da proteção da infância. Para Azevedo e Guerra (2005), esse acirramento da luta pelos direitos das crianças e adolescentes na década de 80 deu-se devido a fatores externos, marcado pelas lutas internacionais como o Ano Internacional da Criança e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança; e por fatores internos, relativos ao processo de abertura política após o fim da ditadura militar.

Hoje são várias as iniciativas de grupos que visam à proteção da infância, como por exemplo, os Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami) de São Paulo; a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia) do Rio de Janeiro; e a Associação Brasileira de Prevenção aos Abusos e Negligências na Infância (ABNAPI) em Minas Gerais; centros pioneiros nos estudos e intervenções contra abusos na infância (MINAYO, 2003).

Pensando em como definir a violência, preferimos eleger uma série de autores que privilegiam muitos aspectos da violência contra a criança, procurando reunir definições que juntas se aproximam do que seja de fato este fenômeno. Segundo Adorno (apud Guerra, 1998), a violência é uma forma de relação social, expressa na relação entre as classes e também nas relações interpessoais. O resultado mais visível da violência para o autor é o tratamento de sujeitos como objetos, ou seja, a coisificação do homem. Ele afirma que a violência é uma negação dos valores universais de liberdade, igualdade e de direito a vida,

pois perambula numa linha muito tênue de vida e morte, como uma permanente ameaça à vida.

Complementando o pensamento da proximidade da violência com as questões de vida e morte, temos a afirmação de Agudelo (apud Minayo, 2006, p.69) asseverando que “a violência representa um risco para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca morte como realidade ou possibilidade próxima”. Fica claro, pois, que a violência é uma expressão que fere com a saúde, com os direitos humanos e se manifesta, mais uma vez, como uma ameaça ao direito de viver.

Minayo (2006) concebe a violência enquanto um fenômeno sócio-histórico e que, portanto, acompanha toda a experiência da humanidade. A autora afirma que não podemos pensá-la como sendo uma só, mas como sendo múltipla: em suas causas, em suas vítimas, em seu alcance, em suas manifestações. Há violência nas relações familiares, entre classes e dentro das classes, nas escolas, nas ruas, no trânsito. A violência existe contra crianças, mulheres, idosos. Múltiplas são as violências.

E é por serem múltiplas que sua definição torna-se um desafio e seria um erro reduzir a violência a uma acepção única, definitiva e simples. Minayo (2006) coloca que a dificuldade em conceituar a violência está no fato de que ela se trata de um fenômeno da ordem do vivido, isto é, que envolve manifestações de carga emocional de quem comete a violência e de quem sofre ou presencia a violência.

Para Mattioli (2008), a questão da violência tem levado a uma inquietação que conduz a debates, tanto nos meios de comunicação quanto no meio científico e político.

As reações diante do tema violência costumam ser de negação ou de perplexidade e tem se constituído no principal mal-estar da contemporaneidade, exigindo posicionamentos e ações dos governantes que, muitas vezes, buscam subsidiar suas práticas em pesquisas científicas (MATTIOLI, 2008, p.191).

Para a autora, a violência é um fenômeno que atinge o plano macro-social, formado pelos conflitos sociais, econômicos e políticos; e o plano micro-social, marcado pelas relações interpessoais, principalmente pela família, que atingem o indivíduo de maneira mais concreta em seu cotidiano.

Day et al. (2003) define quatro tipos de violências: a *violência física*, aquela em que danos são causados a outrem pela utilização da força física ou instrumento que possa machucar; a *violência sexual*, quando uma pessoa em situação de poder obriga a outra a práticas sexuais; a *violência psicológica*, que são ações ou omissões visando causar danos na

auto-estima, na identidade ou no desenvolvimento da pessoa; e por fim a *negligência*, que é a omissão de responsabilidade e de cuidado com o outro. Seja qual for o tipo de violência perpetrado, todos eles podem ser definidos como práticas abusivas, transgredindo os direitos de crianças e adolescentes.

Nas relações de violência, está presente a questão do uso do poder, do controle sobre o outro. Mattioli (2008) afirma que ter o poder de controlar o outro, de subjugar-lo a sua vontade é o produto final de uma violência, certamente um exercício cruel de agressividade, de destruição e exploração do outro, marcado unicamente por um desejo pelo poder.

Mais especificamente ao que se refere a manifestação da violência contra a criança, em 2001, por recomendação da Comissão dos Direitos da Criança, a Assembléia Geral das Nações Unidas, em sua resolução 56/138, solicitou ao seu Secretário-Geral que desenvolvesse um estudo profundo sobre a questão da violência contra a criança. Em fevereiro de 2003, o brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro, foi designado pelo Secretário-Geral para conduzir esse estudo.

Segundo dados obtidos por Pinheiro (2006), em associação com Conselhos Mundiais de atenção à criança, estima-se que um contingente de 133 a 275 milhões de crianças em todo o mundo testemunhem violência doméstica anualmente. Além disso, a OMS (Organização Mundial de Saúde), avalia que em 2002, 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos abaixo de 18 anos foram forçados a manter relações sexuais ou sofreram outras formas de violência sexual envolvendo contato físico.

No Brasil, em 2006, foi implantado pelo Ministério da Saúde, em vinte e sete municípios brasileiros, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), no qual existe uma ficha de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências. Segundo dados estatísticos do Ministério da Saúde (2008), a violência é a quarta principal causa de óbitos entre crianças de 0 a 9 anos, e a primeira principal causa de óbitos entre adolescentes de 10 a 19 anos.

Em relação à situação de abrigo, Pinheiro (2006) afirma que até oito milhões das crianças do mundo estão sob regime de acolhimento residencial. Segundo ele, a maioria delas encontra-se sob esse tipo de cuidado em “função de alguma deficiência, de situações de desintegração na família, de violência no lar e de condições econômicas e sociais adversas, como a pobreza” (PINHEIRO, 2006, p.18).

O autor se refere aos custos sociais da violência a curto e longo prazos, frequentemente graves e prejudiciais:

Há poucas informações disponíveis sobre os custos econômicos globais da violência contra crianças, particularmente para países em desenvolvimento. No entanto, as diversas conseqüências de curto e longo prazos associadas à violência contra as crianças sugerem que os custos econômicos para a sociedade são significativos. Os custos financeiros associados ao abuso infantil e à negligência, entre os quais rendas futuras perdidas e despesas com tratamentos de saúde mental, foram estimados em US\$ 94 bilhões nos Estados Unidos em 2001 (PINHEIRO, 2006, p.12-13).

No Paraná, segundo dados da ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência), de janeiro a dezembro de 2002 foram notificados 79 casos de exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. A nível nacional, o Paraná (79 casos) é o quinto colocado na escala de Estados com maior número de notificações de abuso e exploração sexual, precedido pelo Rio de Janeiro (403 denúncias), São Paulo (172 denúncias), Ceará (119 denúncias) e Minas Gerais (118 denúncias).

Weber e cols (2002) analisaram denúncias feitas ao SOS Criança, um programa da Prefeitura de Curitiba que visa à proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. Destas denúncias, 51% tratavam-se de casos de agressão física, 34,4% de negligência intra-familiar, 7,3% de abandono e 7,3% de abuso sexual.

O mais intrigante na análise das pesquisas em relação a violência contra a criança é que os dados são geralmente assustadores. Em todas as classes sociais há violência, mesmo que em alguns deles aconteça de forma velada, como é o caso da violência nas classes sociais mais abastadas. Do que se pode considerar como estatísticas da violência, aquelas que de alguma forma saíram do âmbito do secreto, do velado, Passetti (2006, p.374) afirma que “são os pais, em todos os níveis sociais, os principais violentadores físicos e sexuais de seus filhos, tanto em países ricos como em países pobres”.

Tal afirmação é coerente com os dados do Sistema de Informações para a Infância e a Adolescência (SIPIA), garantindo que os principais atores da violência contra crianças e adolescentes são seus próprios familiares, o que leva a criança a uma situação de vínculos fragilizados, uma vez que a família é tida como o receptáculo de afetividade na sociedade contemporânea.

Percebe-se que a família tornou-se um local privilegiado não mais para a afetividade, mas para a prática de atos violentos, o que nos remete ao Código Penal brasileiro, de 1940, que já distinguia em seus artigos, maus tratos de lesão corporal (artigos 136 e 129 respectivamente), demarcando penalidades para quem cometesse violências contra crianças e adolescentes. Já o Código Civil, define as competências dos pais em relação aos filhos menores de idade, legalizando até onde o menor pode ser corrigido sem que os pais percam o

pátrio poder sobre o filho (artigos 384, 385, 392 e 395). Segundo o código, os pais não podem castigar o filho de forma imoderada, abandoná-lo e praticar atos contrários à moral e bons costumes.

Em ambos os códigos, as penalidades se desdobram como ameaças aos violentadores. Uma ameaça de duvidosa eficácia posto que aumenta o índice de violência contra jovens e crianças indiscriminadamente. A sociabilidade autoritária de orfanatos, internatos, prisões e até mesmo de famílias e escolas muitas vezes nada mais fazem do que retroalimentar a violência (PASSETTI, 2006, p.374).

Assim, temos que a amplitude do fenômeno da violência é tão grande que Azevedo e Guerra (2005) conceituam as crianças vítimas de violência no Brasil como pertencentes a um “país chamado infância”, no qual encontramos cinco tipos de infâncias: a *infância pobre*, vítima da violência social, da pobreza, do descaso dos governantes; a *infância explorada*, que compreende as crianças que buscam a sobrevivência pelo mercado de trabalho, seja ele formal ou informal; a *infância torturada*, vitimizada pela violência nas instituições de assistência, repressão ou tratamento; a *infância fracassada*, vítimas da violência escolar, excluídas de alguma forma do processo de escolarização; e por último, a *infância vitimizada*, que se trata das crianças que sofrem violência no lar, sendo também a mais secreta de todas as violências. Esta última consiste no alvo dessa pesquisa, pois são essas crianças que acabam sendo separadas de suas famílias e passam a viver institucionalizadas.

Parece-nos que a infância, em diversos níveis, está sempre sujeita à violência do adulto que, por sua vez, já foi criança. Podemos supor que há uma “vocaçãõ” à violência inerente à sua natureza. Isso se refere ao sexual que se manifesta de forma inequívoca nas situações de violência, de tal maneira que, é necessário fazer intervir os mecanismos repressores – por exemplo, através de leis – dessa natureza do adulto, do seu inconsciente. Talvez a violência contra a criança seja a que mais nos permite flagrar essa face inconsciente do ser humano. Violência disfarçada, escondida, negada, mas infligida à criança que não pode totalmente se defender.

Freud falou exaustivamente a respeito da natureza pulsional de todos nós. Winnicott (1939, p.94), ao falar sobre agressão, afirma que

se tudo isso é aceito, deveria seguir-se que é só observar o ser humano adulto, ou a criança pequena para ver o amor e o ódio que existem neles; mas se o problema fosse tão simples, nem haveria problema. De todas as tendências humanas, a agressividade, em especial, é escondida, disfarçada, desviada, atribuída a agentes externos, e quando se manifesta é sempre uma

tarefa difícil identificar suas origens. [...] Aí está o conhecimento consciente de que a energia instintiva primitiva constitui um perigo potencial para o indivíduo e para a comunidade.

Essa natureza pulsional (ou instintiva, segundo Winnicott) é tão humana, que constantemente nos deparamos com a realidade que o próprio adulto, encarregado de “preservar” a criança vitimizada, torna-se também abusador dessas mesmas crianças. Isso se refere ao abuso em vários sentidos, desde maus tratos físicos e psíquicos até o espancamento. Sobre essa oscilação entre natureza pulsional e repressão, trataremos um pouco mais adiante em nossas explorações psicanalíticas sobre a violência do adulto contra a criança. Por hora, basta dizer que falhas ambientais nos cuidados com crianças não são decorrentes somente de descaso e maus tratos, mas também de algo intrínseco ao homem, algo de sua natureza instintiva.

4.4 A violência e o abrigo

Até o momento, vimos que a partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, várias mudanças na forma de enfrentamento e cuidado com a infância e juventude foram implantadas no Brasil.

A instância governamental que passou a ser responsabilizada pelas ações ligadas ao atendimento institucional e ao suporte técnico e financeiro dos programas na área da infância e juventude foi a Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No que diz respeito ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de abandono ou vítimas de maus tratos e/ou violência, as ações passaram a ser integradas pelas áreas de direitos humanos e assistência social (SILVA e MELLO, 2004).

Temos que o abrigo faz parte das ações assistenciais e programas no âmbito da Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que atua regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A característica básica desse serviço é essencialmente o atendimento continuado, sendo que a forma como é dado o atendimento é determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) são os órgãos responsáveis por fiscalizar as entidades que prestam serviços às crianças e adolescentes nos municípios.

Entretanto, apesar de todas as determinações do ECA, no que diz respeito a quando aplicar a medida protetiva de abrigo e também a forma de atuação dessas entidades, persistem muitas práticas e contradições que não são superadas apenas pela definição legal.

Na prática, os agentes encarregados da implementação dos programas de abrigos são, na maioria, entidades assistenciais que atuam segundo suas próprias crenças, nem sempre coincidentes com os objetivos e os princípios da LOAS e do ECA. De fato, o atendimento em serviços de abrigo para crianças e adolescentes sempre teve maior participação de instituições filantrópicas e religiosas do que de serviços governamentais (SILVA e MELLO, 2004, p. 28).

A pesquisa do IPEA (2004) definiu como sendo abrigos todas as entidades que oferecem acolhimento continuado a crianças e adolescentes sem a presença de seus familiares, concedendo ao dirigente da instituição a equiparação legal de guardião dos acolhidos.

No artigo 92 do ECA, são expostos os princípios de atuação e atendimento que devem ser adotados pelos programas de abrigamento, sendo eles:

- I. Preservação dos vínculos familiares;
- II. Integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na própria família de origem;
- III. Atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV. Desenvolvimento de atividade com regime de coeducação;
- V. Não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI. Evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII. Participação na vida da comunidade local;
- VIII. Preparação gradativa para o desligamento;
- IX. Participação de pessoas da comunidade no processo educativo. (BRASIL, 2009).

Desse modo, fica claro que o papel da instituição acolhedora não é somente o de dar a criança um local onde possa dormir e se alimentar, mas sim um ambiente no qual tenha condições de se desenvolver, considerando suas necessidades de educação, preservação de vínculos familiares, participação na vida da comunidade e, principalmente, preparação para o desligamento, uma vez que se enfatiza o caráter transitório da medida.

Vimos que a medida protetiva de abrigo – parte da política de proteção integral à criança e ao adolescente – é tida como uma das últimas alternativas de atendimento, considerada como medida excepcional e também transitória. A partir do ano de 2010, ainda foi acrescido no texto da Lei nº 8.069/90, que o tempo máximo de abrigamento não pode exceder o período de dois anos.

No entanto, a realidade da sociedade brasileira, revelada por pesquisas como a do IPEA (2004) apresenta um quadro estimado de que cerca de 120 mil crianças e adolescentes estejam abrigados por motivos de violência doméstica, sendo que destes, 20% estão institucionalizados há mais de seis anos. Isso significa que não existe em pleno funcionamento um mecanismo de Estado que dê conta da demanda de institucionalizações de modo a resolver a situação dessas crianças em um curto espaço de tempo, o que diminuiria os danos causados pelo afastamento do convívio familiar ou ainda, liberaria a criança o mais rápido possível para a adoção.

Além disso, a mesma pesquisa revelou que em 2004, cerca de 20 mil crianças e adolescentes estavam vivendo institucionalizadas nos 589 abrigos que recebem recursos do Governo Federal, através da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC). Destas, a faixa etária de maior incidência é de 7 a 15 anos. Do total de crianças e adolescentes abrigados, 58.5% são meninos e 41.5% são meninas, sendo que elas acabam deixando mais cedo a instituição, fenômeno esse sem uma explicação plausível pela pesquisa realizada pelo IPEA (2004). Tem-se também que 87% dos institucionalizados possuem família, e por conta disso, apenas 10.7% das crianças e adolescentes nos abrigos pesquisados, encontram-se judicialmente em condições de serem adotadas.

Entre os motivos do abrigamento desse contingente de crianças e adolescente no país, a pesquisa revela que 24.1% são devido à carência de recursos materiais das famílias (o que, segundo o ECA, não é motivo suficiente para a aplicação da medida protetiva de abrigo, devendo, em primeiro lugar, encaminhar a família para programas oficiais de auxílio, a fim de que a criança permaneça no convívio familiar ao qual ela tem direito); 18.8% são devido ao abandono pelos pais ou responsáveis; 11.6% são por causa da violência doméstica; 11.3% devido a dependência química dos pais ou responsáveis e 12.7% devido a outros motivos, como vivência de rua, orfandade, prisão dos pais e abuso sexual praticado por um dos pais ou responsáveis (IPEA, 2004, p.55).

O tempo de institucionalização é um importante fator a ser considerado uma vez que a mudança na Lei nº 8.069/90, que determina o tempo máximo de abrigamento de dois anos, é algo recente e difícil de ser efetivado devido às carências governamentais de políticas públicas que assistam e atendam a família em situação de vulnerabilidade. Esse fator é de suma importância, pois as sequelas de um longo período de abrigamento podem afetar desde a sociabilidade da criança ou adolescente, até a manutenção dos vínculos afetivos na vida adulta.

Justo (1997, p.71) realiza um estudo a respeito do psiquismo da criança institucionalizada, pensando nos efeitos e consequências dessa fase. Segundo o autor, a condição de “asilada” reveste a criança da sensação de que está num lugar de passagem, sendo inevitável o estranhamento, uma vez que “a criança não se reconhece imediatamente nesse universo, nem o toma como um prolongamento de sua pessoa, como local dos assentamentos de suas raízes, dos marcos referenciais e dos legados de sua história de vida”.

Além disso, a constituição da própria identidade pessoal, que se ancora nas diferenciações progressivas feitas entre o “eu” e o “não eu” da criança, torna-se um grande desafio, uma vez que a massificação é uma característica quase que presente na grande maioria dos abrigos.

Assim,

[...] a maneira da pessoa se ver e ver seu mundo está profundamente conectada com sua condição de vida, com seu espaço vital delineada no conjunto de relações sociais. A condição de vida da criança institucionalizada – expulsa do eldorado familiar e recolhida caridosamente no lugar dos enjeitados, desvalidos, degenerados e desgraçados – traz como marca principal a perda das referências de sua origem (a filiação parental), e das fundações de sua pessoa, preenchidas por sua inserção num universo simbólico que a codifica com traços extremamente pejorativos (JUSTO, 1997, p.73).

Desse modo, fazendo um apanhado do que foi exposto até aqui, e pensando em termos de eficácia da legislação vigente em relação à situação de abrigamento de crianças no Brasil, é correto afirmar que os dados sobre a situação das crianças e adolescentes brasileiros revelam uma distância ainda significativa entre as conquistas jurídicas e a verdadeira eficácia das políticas sociais para efetivar os direitos e a proteção integral de crianças e adolescentes.

4.5 O cuidado dispensado nas instituições de abrigo

O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), reconhecendo que crianças e adolescentes tem seus direitos violados cotidianamente no Brasil, realizou um estudo não da situação da infância e adolescência no Brasil, como muitos outros fizeram, mas sim da situação das instituições responsáveis por cuidar de uma parte das crianças e adolescentes do país: os abrigos. Outras denominações para estas instituições também são orfanatos,

educandários e casas-lares, porém, assim como se convencionou chamá-los de abrigo na pesquisa do IPEA, assim também se fez nesta pesquisa.

Segundo Silva e Aquino (2005, p.186),

abrigos (...) são instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus responsáveis. Em sentido estrito, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam devem encontrar nas instituições de abrigo um espaço de cuidado e proteção.

A prioridade é sempre o restabelecimento e fortalecimento dos vínculos familiares para que a criança possa retornar à família no menor período de tempo.

Nesse momento, gostaríamos de, junto com a pesquisa do IPEA, caracterizar as formas de organização, atendimento e funcionamento dos abrigos no Brasil para, a partir disso, poder estabelecer uma linha de comparação com o abrigo que foi escolhido como objeto desse estudo. Serão analisados os aspectos relativos às ações desenvolvidas pelas instituições abrigo em favor da criança e adolescente sob sua guarda e ao incentivo que é dado ao relacionamento da criança com sua família de origem ou com uma provável família substituta.

4.5.1 O trabalho desenvolvido nos abrigos

Entre os 589 abrigos pesquisados por Silva e Mello (2004) através do “Levantamento Nacional de Abrigos” feito pelo IPEA, sabe-se que 68.3% do total deles são instituições não governamentais, o que está de acordo com as prerrogativas do ECA, uma vez que a legislação prevê ações governamentais e não governamentais no trato da criança e do adolescente em situação de risco, chamando a participação e envolvimento da sociedade na causa da infância e juventude.

A primeira atribuição das entidades, definida pelo artigo 90 da Lei nº 8.069/90, é que as mesmas sejam responsáveis pela manutenção de suas unidades e também pelo planejamento e execução dos programas sócio educativos e de proteção das crianças e adolescentes institucionalizados.

Em relação ao tipo de atendimento oferecido nos abrigos, a pesquisa do IPEA (2004) revelou que 85.9% das instituições pesquisadas acolhem qualquer criança ou adolescente que esteja em risco social ou pessoal, o que é muito importante na tentativa de evitar a separação de grupos de irmãos e também para a possibilidade de atendimento de crianças e adolescentes portadores de HIV ou com alguma necessidade especial.

É desejável que haja esse atendimento com uma grande abrangência, sem exclusividade de determinadas parcelas da população infanto-juvenil, como por exemplo, faixas etárias estreitas e atendimento exclusivo a meninas ou meninos, para que não se separe grupos de irmãos e também para que se possam atender as especificidades da criança e do adolescente, devendo-se orientar o atendimento personalizado e a organização do abrigo, mas sem limitar o acesso ou permanência nesta ou naquela instituição. É chamado de regime misto de coeducação aquelas entidades que acolhem tanto meninas quanto meninos em suas dependências (SILVA e MELLO, 2004).

Outro princípio de atendimento determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é que os abrigos devem buscar, sempre que possível, que não haja a transferência da criança e/ou adolescente abrigado para outras entidades, uma vez que,

as transferências de uma instituição para outra, bem como a separação de crianças e adolescentes de uma mesma família - ambas situações causadoras de sofrimento e de rompimentos afetivos - com frequência são determinadas pelas restrições do atendimento oferecido pelos abrigos: limites máximos e mínimos de idade, exclusividade no atendimento por sexo dos abrigados, não aceitação de determinadas características, entre outras (SILVA e MELLO, 2004, p. 87).

A lei não estabelece um número máximo de atendimentos para as instituições de abrigo. A pesquisa do IPEA (2004) encontrou locais em que estavam institucionalizados desde uma a 450 crianças. No entanto, o ECA recomenda o atendimento em pequenos grupos, para que haja uma especificidade no cuidado com cada criança ou adolescente.

Além disso, outro fator de importância no convívio das crianças e adolescentes é o chamado “agrupamento vertical”, nele, propicia-se o contato entre crianças e adolescentes de diferentes idades, favorecendo o estímulo mútuo e um melhor aproveitamento das atividades educacionais: “os mais velhos estimulam a independência e o desenvolvimento das crianças mais novas, assim como ocorre em uma família com filhos em diferentes faixas etárias” (SILVA e MELLO, 2004, p. 88).

Em relação às atividades desenvolvidas dentro dos abrigos, mais de 60% das instituições pesquisadas pelo IPEA (2004) declararam que desenvolvem outros tipos de atividades para as crianças e adolescentes da comunidade, além do atendimento como abrigo. Entre as mencionadas, foram destacadas como principais pela frequência com que aparecem as atividades no turno complementar ao da escola (40.7%); o apoio psicológico e/ou social a famílias de crianças e adolescentes carentes (38.4%); o oferecimento de cursos profissionalizantes (32.8%); entre outras.

Por ser uma medida excepcional e transitória, a intenção do abrigamento é que o mesmo seja o mais breve possível e que, articulada à rede de assistência social dos municípios, a família participe de ações que a possibilitem receber novamente seu membro afastado do convívio familiar, no menor intervalo de tempo. Contudo, o que se observou na pesquisa realizada pelo IPEA é que, além de o principal motivo dos abrigamentos ser a pobreza (24.1%), o que sabemos ser contra os preceitos do ECA, as condições socioeconômicas das famílias, especialmente a pobreza, é também apontada pelos dirigentes dos abrigos entrevistados como a principal dificuldade para o retorno das crianças e adolescentes abrigados para as suas famílias.

Um fator preocupante no caso de abrigamentos devido à pobreza é que, em muitas situações em que se encontram crianças “negligenciadas” – por estarem sujas e mal nutridas – não se pode dizer que as mesmas estejam também em condições ruins de saúde mental, pois negligência física devido à pobreza não significa privação afetiva. Bowlby (1981) afirma que existem dois tipos de negligência: a física e a emocional. É importante distingui-las, uma vez que necessitam de corretivos diferentes. O que se encontra na prática é que

infelizmente, os assistentes sociais preocupam-se tanto, por vezes, com a saúde do corpo e, acrescente-se, com a aparência física, que nos deparamos com o seguinte paradoxo: utiliza-se um programa assistencial dispendioso para transformar crianças negligenciadas fisicamente, mas psicologicamente saudáveis, em crianças saudáveis fisicamente, mas emocionalmente famintas (BOWLBY, 1981, p. 84).

Além disso, estudos realizados a respeito dos fatores externos e econômicos ligados a negligência relatados por Bowlby (op.cit), apontam que a renda insuficiente não é a responsável direta pela negligência com os filhos e nem que as más condições habitacionais são prerrogativa para que haja negligência, uma vez que os lares encontrados nos quais havia negligência não eram moradias miseráveis e casebres.

Isso demonstra que as políticas de atenção a crianças e adolescentes não estão ainda devidamente articuladas com as ações de atenção às famílias previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que poderia assistir as famílias nas provisões básicas de cuidados físicos, evitando a institucionalização, e também a abreviando quando a mesma se faz excepcionalmente necessária.

4.5.2 A convivência familiar e comunitária da criança abrigada

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu corpo legislativo, várias medidas que levaram as instituições que abrigavam crianças e adolescentes no Brasil a darem início a um processo de mudanças que visassem sua readequação, superando o enfoque assistencialista que permeava as ações de tais instituições até a promulgação do ECA.

O modelo, previsto pelo ECA, envolvia a direção a ações emancipatórias, com base na noção de cidadania e na compreensão e visão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Para isso, especial ênfase foi dada à garantia do direito à convivência familiar e comunitária, direito este estabelecido como fundamental pelo Estatuto, e que até então representava uma das principais privações a que eram submetidas crianças e adolescentes abrigados no Brasil.

Alguns quesitos passaram a ser observados pelos abrigos, a fim de que houvesse um reordenamento e adequação com a nova legislação vigente. Com relação à **convivência familiar**, a pesquisa do IPEA considerou e buscou identificar em sua análise a presença de quatro quesitos: (I) preservação dos vínculos com a família de origem; (II) apoio à reestruturação familiar; (III) incentivo à convivência com outras famílias; e (IV) estrutura residencial do abrigo. E em relação à **convivência comunitária**, outros dois quesitos foram considerados: (I) participação de crianças e adolescentes abrigados na vida da comunidade local; e (II) participação de pessoas da comunidade local no processo educativo do abrigo (IPEA, 2004).

A importância da manutenção e preservação dos vínculos familiares é complementar ao enfoque de provisoriedade e excepcionalidade da medida protetiva de abrigo, uma vez que o que se almeja é que o abrigamento seja um período breve de passagem e que a família se responsabilize novamente por seu ente. Além disso, as instituições de abrigo ainda devem empreender esforços a fim de propiciar o direito à convivência comunitária, uma vez que

existirão casos em que o retorno à família far-se-á inviável e as crianças e adolescentes terão que permanecer por tempo indeterminado por lá, até integrarem-se à outra família.

O IPEA (2004) considerou como ações que promovem o direito à convivência familiar e comunitária aquelas relativas ao incentivo dado pela instituição para que a criança ou adolescente tenha contato com sua família de origem e também o cumprimento do princípio de não desmembramento de grupos de irmãos abrigados. Esse incentivo ao contato com a família é manifestado em ações muitas vezes simples do funcionamento dos abrigos, como a manutenção de um registro com dados da família, endereço, telefone, local de trabalho dos pais etc.; como a permissão de visitação livre dos familiares; ou até mesmo a condução dos abrigados a visitas a suas famílias.

O regime de permanência praticado pelas instituições é um fator de extrema relevância na análise da garantia do convívio familiar e comunitário, isso porque, na condição de flexibilidade do regime, pode ser um valioso instrumento para incitar tal convivência. Dados da pesquisa do IPEA (2004) revelam que em 78.4% dos abrigos predomina o regime de permanência continuada, no qual os abrigados passam o tempo todo na instituição, sendo a mesma local de sua moradia. Um regime de permanência que não seja de fato tão rígido pode até mesmo facilitar a transição entre a fase de institucionalização e o retorno à família, o que traz benefícios à criança ou adolescente, que mantém vínculos afetivos com familiares e também com a família que, enquanto se reorganiza, não perde o contato com o ente afastado (SILVA e MELLO, 2004).

Além do fortalecimento e manutenção dos vínculos afetivos com os familiares, outro aspecto importante para a efetiva garantia do direito à convivência familiar e comunitária é a busca da reestruturação das famílias das crianças e adolescentes abrigados. Esse ponto envolve elementos complexos, uma vez que está relacionado à superação de complicadores como, por exemplo, o desemprego ou o vício em álcool e drogas, sendo necessária a articulação com as demais políticas públicas de atendimento, e não só um esforço isolado das instituições de abrigo.

A pesquisa ainda buscou considerar o apoio que as entidades de abrigo oferecem à reestruturação familiar, avaliando se os abrigos pesquisados realizavam ações como: visitar as famílias das crianças e dos adolescentes abrigados; oferecer acompanhamento social das famílias; organizar reuniões de discussão, orientação e apoio com e para os familiares dos abrigados; e encaminhar as famílias para os programas oficiais ou comunitários de auxílio e proteção à família. Somente 14.1% das instituições realizam todas essas ações.

Com relação à promoção do direito à convivência comunitária dos abrigados, o IPEA investigou se as crianças e adolescentes institucionalizados tinham acesso às atividades desenvolvidas na comunidade na qual estavam inseridos os abrigos, uma vez que durante muitos anos, a colocação dos mesmos em instituições se configurou como uma maneira de privação de liberdade, em que todas as atividades eram desenvolvidas dentro da própria instituição. Por atividades externas aos abrigos e pertencentes à comunidade entende-se como lazer, esporte, religião e cultura, como por exemplo, creche, ensino regular, cursos profissionalizantes para adolescentes, assistência médica e odontológica; entre outras.

O levantamento nacional mostrou um quadro preocupante nesse sentido: apenas 6,6% dos abrigos pesquisados utilizavam todos os serviços necessários a crianças e adolescentes que estavam disponíveis na comunidade (SILVA e AQUINO, 2005, p. 191).

O último fator de análise sobre a convivência comunitária das crianças e adolescentes abrigados foi relativo à participação de pessoas da comunidade nas atividades internas das instituições, o que, segundo Silva e Aquino (2005) são importantes facilitadores no estabelecimento de novos vínculos e relações, assim como na renovação de práticas e rotinas da instituição. Para tal análise, considerou-se como participação da comunidade o fato da existência de trabalho voluntário nos serviços complementares oferecidos pelos abrigos (como costureiros, estagiários, recreadores, professores de reforço escolar, aulas de informática etc.) e também se o abrigo estava inserido num contexto espacial com disponibilidade de serviços comunitários. O resultado foi que apenas 27.5% das instituições atendiam ambos os critérios.

Assim, daquilo que se viu a respeito da importância de trabalhos realizados no sentido de garantir a criança e ao adolescente abrigado o direito à convivência familiar e comunitária, podemos afirmar que,

como se vê, a proximidade com as famílias da comunidade e a possibilidade de atender parte das necessidades de crianças e adolescentes que permanecem junto a seus familiares, podem fazer dos abrigos importantes instrumentos de inclusão social e, até mesmo, de prevenção à institucionalização de crianças e adolescentes (SILVA e MELLO, 2004, p. 97).

O direito à convivência familiar é um ponto extremamente importante para ser considerado psicanaliticamente. Bowlby (1981) nos fala a respeito dos efeitos da privação dos

cuidados maternos à criança. Por mais que a mãe seja considerada má (quando tratamos de casos de violência) ainda assim o contato com a mãe é motivo de saúde mental para a criança.

Não se deve esquecer que mesmo os maus pais, que negligenciam seus filhos, estarão, não obstante, proporcionando-lhes muita coisa; isto porque, executando-se os piores casos, eles estarão fornecendo alimentação e abrigo, confortando-os na angústia, ensinando-lhes pequenas coisas e, acima de tudo, estarão proporcionando a continuidade nos cuidados humanos, indispensável para que uma criança se sinta segura (BOWLBY, 1981, p. 74).

O autor chama de privação parcial quando uma criança, por qualquer motivo, é afastada dos cuidados de sua mãe. Os efeitos da privação podem variar desde angústia, fortes sentimentos de vingança e até depressão. Ou seja, o desenvolvimento da criança pode ficar afetado físico, intelectual, emocional e socialmente.

Além disso, há evidências claras nas pesquisas de Bowlby (1981) que quanto mais longa for a privação, mais acentuada será a queda no desenvolvimento da criança. Os efeitos prejudiciais dessa carência podem ser reduzidos se houver um contato com a mãe. No entanto, não basta ser um contato esporádico, uma vez que o autor coloca a necessidade de um relacionamento contínuo para o desenvolvimento da personalidade da criança. Desse modo, fica evidente que o direito à convivência familiar é também uma necessidade para a saúde da criança.

O papel da família enquanto essencial para o desenvolvimento da criança nunca pode ser subestimado:

Um ponto que a experiência com os esquemas de evacuação ressaltou é a importância da família no desenvolvimento de uma criança e a impossibilidade de substituir, adequada e totalmente, os cuidados administrados pelos próprios pais. Isto levou a uma maior consciência da importância de se melhorar as condições familiares, a fim de manter as famílias unidas, ao invés de remover as crianças de lares insatisfatórios (BOWLBY, 1981, p.76).

Entendemos que esse seja um dos motivos do cuidado do ECA em estabelecer o abrigo como medida excepcional e transitória, aplicável somente depois de esgotados os demais recursos. Bowlby (1981) também nos fala que existem ocasiões nas quais as crianças terão que ser retiradas de suas casas, mas esse deve ser um último recurso, somente quando for impossível tornar o lar adequado à criança.

4.6 A importância do ambiente na perspectiva da Psicanálise

A alta incidência de violência contra crianças, e seus consequentes danos físicos e psicológicos, incita-nos a compreender a experiência subjetiva, com recursos da psicanálise, uma vez que esse campo do conhecimento, como visto anteriormente, enfatiza a infância como período essencial para a saúde mental de um indivíduo.

Winnicott, o autor escolhido para lançar luz sobre o objeto de preocupação do presente trabalho, afirma a importância dos primeiros anos da vida humana e os cuidados necessários para o desenvolvimento emocional saudável. Nessa perspectiva, a criança evolui de um estado de absoluta dependência para atingir uma independência relativa, até transformar-se em um indivíduo adulto, com direitos e deveres, não apenas pertencente à sociedade, mas capaz de contribuir para sua transformação através de seu trabalho.

Experiências boas e ruins acontecem na vida de qualquer criança, entretanto, a condição de total dependência de um adulto para garantir a sobrevivência, desenvolver a personalidade e formar o caráter, exige condições em que amparo e acolhimento contribuam para amenizar eventuais efeitos da violência. Trata-se de uma abordagem que se diferencia de questões abordadas nos campos jurídicos e médicos, as quais o tema sempre esteve subordinado.

Para efeito deste estudo, consideramos importante na teoria de Winnicott a ênfase na base do processo de desenvolvimento, que conta com um ambiente facilitador, no sentido de oferecer condições para a constituição do *self*. A integração do *self* é algo a ser alcançado pela interação com o ambiente suficientemente bom. Não se trata de ambiente idealizado, artificial como à primeira vista é possível supor, o autor se refere à provisão ambiental que inclui tanto atendimento às necessidades físicas, de sobrevivência, como as emocionais. Esperamos, portanto, que um abrigo não ofereça apenas cama e alimentação, mas uma referência para a criança sentir que a ruptura com o grupo familiar não irá interromper a constituição do “eu” que está em crescimento.

Nossa referência é um ego adulto e maternal, que auxilie a criança na formação de seu próprio ego e na constituição do *self*. O ser humano não sobrevive separado dos cuidados maternos, “juntos formam uma unidade” essencial para que a criança alcance a noção da própria existência (WINNICOTT, 1960, p.40). Isso quer dizer que, segundo Winnicott, a dependência do bebê em relação ao ambiente, no início de sua vida, é absoluta, e a

necessidade dos cuidados maternos é fundamental para o processo maturativo, até porque o desenvolvimento progride à medida que há repetidas ações suficientemente boas do ambiente.

Conforme se dá o desenvolvimento, a dependência do ambiente passa a ser relativa, uma vez que o bebê passa a experimentar certa independência, mas ainda necessitando experimentar a dependência. Se houver um progresso, sustentado por um ambiente favorável, o bebê poderá rumar à independência ambiental, significando que esse ambiente que cuidou e foi favorável, já está internalizado e que não há mais a necessidade de cuidados providos pela externalidade. Isso ocorre em qualquer estágio, visto que as crianças maiores já possuem noção de que existem como pessoas e precisam de um adulto para continuar a existir, adquirindo autonomia conforme as condições ofertadas ao seu desenvolvimento.

Winnicott (1962b, p. 64) estudou o desenvolvimento da criança em termos de dependência/independência. Segundo o autor, os graus de dependência da criança podem ser considerados na seguinte série: (1) dependência extrema; (2) dependência; (3) mesclas dependência-independência; (4) independência-dependência; (5) independência e; (6) sentido social. Falhas ambientais, principalmente nos três primeiros estágios, causam sérios prejuízos ao desenvolvimento psíquico do indivíduo, entre eles: deficiência mental não orgânica, tendência anti-social, esquizofrenia da infância etc. Com isso, o autor não pretende afirmar que a única condição para um pleno desenvolvimento seja proporcionada pelo ambiente, mas sim que o mesmo tenha vital importância, pois

o desenvolvimento emocional ocorre na criança se se provêm condições suficientemente boas, vindo o impulso para o desenvolvimento de dentro da própria criança. As forças no sentido da vida, da integração da personalidade e da independência são tremendamente fortes, e com condições suficientemente boas a criança progride; quando as condições não são suficientemente boas essas forças ficam contidas dentro da criança e de uma forma ou de outra tendem a destruí-la (WINNICOTT, 1962b, p.63).

Winnicott chamou de “suficientemente boa” aquela mãe que atende as necessidades de seu bebê por meio da identificação que estabelece com ele. No entanto, toda a responsabilidade pelo provimento de um ambiente suficientemente bom não cabe somente a mãe. Winnicott (1960, p.44) afirma que o cuidado paterno satisfatório inclui três estágios: o de *holding*, que significa a sustentação física e psíquica que a mãe proporciona ao bebê; o da mãe e do lactente vivendo juntos, pois a criança ainda não é capaz de perceber os provimentos do pai; e o do pai, mãe e lactente vivendo juntos. O pai é o responsável pelo apoio externo do

qual a mãe necessita, a protegendo da realidade exterior e a capacitando deste modo, a proteger a criança de fenômenos externos indesejáveis (WINNICOTT, 1962b, p.68).

Diante disso, podemos nos questionar se não seria muita informação para o casal parental todas estas necessidades da criança e a forma de prover tudo isto à mesma, imaginando-os com grande inteligência e boa formação que os capacite. Entretanto, Winnicott (1962b, p. 66-67) afirma que “uma compreensão intelectual dessas necessidades é inútil para ela e através dos tempos as mães têm satisfeito as necessidades dos seus bebês, de modo geral”. Os pais não precisam ler tratados psicanalíticos para cuidarem de seus filhos. Quanto mais espontâneos forem, mais estarão sintonizados com as necessidades da criança. Isso se faz possível através da *identificação com o bebê*, levando a mãe ao reconhecimento das necessidades da criança.

As mais simples provisões, como segurar o bebê no colo, mudá-lo de posição, levantá-lo e deitá-lo, são movimentos que, por meio da espontaneidade da figura materna, transcorrem naturalmente e são desenvolvidos expressivamente pela representação do verdadeiro self. Por outro lado, quando o ambiente não apresenta a provisão de forma natural e espontânea, sendo necessária a aprendizagem desses cuidados com o bebê, os movimentos são mecanicamente apresentados, sem a representação do verdadeiro self (CARETA, 2006, p. 26-27).

Essa fase tão primitiva do desenvolvimento coloca o bebê numa posição de extrema dependência, que faz do lactente um ser em risco constante de sofrer de uma ansiedade inatingível. Os cuidados maternos atuam no sentido de não permitir que tais estados ansiosos se precipitem e impeçam o desenvolvimento do senso de continuidade, deixando em seu lugar a desintegração: estado no qual o individuo não sente conexão com o corpo e precisa de orientação (WINNICOTT, 1962a, p.56-57).

Existe tanta diferença entre o começo de um bebê cuja mãe pode desempenhar esta tarefa suficientemente bem e o de um bebê cuja mãe não o possa que não há validade nenhuma em se descrever bebês nos estágios iniciais a não ser relacionando-os com o funcionamento das mães. Quando a mãe não é suficientemente boa a criança não é capaz de começar a maturação do ego, ou então ao fazê-lo o desenvolvimento do ego ocorre necessariamente distorcido em certos aspectos vitalmente importantes (WINNICOTT, 1962a, p.56).

Winnicott (1952, p.207) expõe três principais tipos de ansiedade resultantes do fracasso do cuidado com o bebê. A primeira delas é a não-integração, resultando num sentimento de desintegração; a segunda é a falta de um relacionamento entre a psique e o

soma, ou seja, a despersonalização; e a última é o sentimento de que “o centro de gravidade da consciência é transferido do cerne para a superfície, do indivíduo para o cuidado, a técnica”. Não há nenhuma chance para o novo ser humano se não existir uma técnica de cuidado materno suficientemente bom.

É devido à identificação inicial da mãe com seu bebê, denominada por Winnicott (1956) de *preocupação materna primária*, e aos cuidados fornecidos ao bebê de forma espontânea e natural, que são chamados de *holding* (1960), que a mãe se torna suficientemente capaz de impedir que o bebê atinja estados de ansiedade, fornecendo proteção através do ego materno que auxilia e protege o fraco ego do bebê e também cuidados físicos de sustentação.

Esta condição natural de preocupação, desenvolvida na mãe psicologicamente saudável no final da gravidez, é descrita pelo autor como uma “doença”. Isso porque esse estado de devoção é a condição necessária para que a mãe identifique-se com seu bebê, e propicie à criança os cuidados necessários logo em seus primeiros momentos de vida.

Todavia, esta referência ao papel da mãe, que proporciona um ambiente bom para o desenvolvimento da criança, não se apóia em modelos idealizados de família, nem elege a mãe biológica como ser único, capaz de estruturar esse ambiente. Esse aspecto justifica nossa preocupação, uma vez que o abrigo representa este papel, quando se propõe a proteger a criança. Subsídios teóricos do autor escolhido contribuem para dar visibilidade às necessidades iniciais da vida da criança, herdadas e inalteráveis, independente da região geográfica, classe social, religião ou quaisquer outras características grupais e culturais em que a criança nasça.

4.6.1 Cuidados ambientais fracassados e os efeitos para o desenvolvimento

Podemos analisar as falhas nos cuidados maternos ofertados ao bebê em desenvolvimento ao considerarmos a impossibilidade da mãe em adentrar ao estado de “preocupação materna primária”, sendo incapaz de se identificar com ele e de fundir-se com o mesmo.

Aconteceria o seguinte: o bebê não possui uma estruturação egóica que o possibilite a lidar com as intrusões normais do ambiente. Não havendo o cuidado materno, essas intrusões levariam a um reagir do bebê às falhas ambientais, o que propiciaria o corte à continuidade

existencial, e uma fragmentação da evolução do desenvolvimento emocional do bebê, o que provavelmente, o impediria de alcançar um estado de diferenciação de “eu não eu” e chegar a um estado de “eu sou”, o que facilitaria o surgimento de patologias psíquicas.

Spitz (1979) ao descrever as patologias das relações objetais, afirma que o bebê é o principal objeto de amor da mãe e, como objeto de afeição, é também uma fonte de satisfação. Essas satisfações da mãe são narcísicas e libidinais. Isso significa que ela obtém de seu filho satisfações do id, ego e superego. A quebra dessa relação entre esses dois seres tão harmônicos, acarreta a possibilidade de sérios distúrbios.

Na relação mãe-filho, é a mãe o parceiro dominante e ativo. Se prevalecerem relações impróprias entre mãe e filho, podemos dizer que é a personalidade da mãe que atuará como um agente provocador de doença no filho, doenças essas que Spitz (1979, p.187) chamou de *doenças psicotóxicas da infância*, provenientes de alguns padrões de comportamento materno:

- Rejeição primária manifesta;
- Superpermissividade ansiosa primária;
- Hostilidade disfarçada em ansiedade;
- Oscilação entre mimo e hostilidade;
- Oscilação cíclica de humor da mãe e;
- Hostilidade conscientemente compensada.

A **rejeição primária manifesta** é uma atitude da mãe que consiste numa rejeição total da maternidade, que inclui a gravidez e a criança. Ela pode se manifestar de duas maneiras: a primeira delas é uma rejeição ativa, podendo a criança vir a morrer por falta de cuidados ou mesmo por infanticídio; e a segunda é uma rejeição passiva, que não se dirige diretamente à criança, mas ao fato de *ter* tido uma criança. É uma rejeição mais à maternidade do que ao bebê. O sintoma característico dessa rejeição é a paralisia do bebê na alimentação nos primeiros dias de vida e posteriormente o vômito.

Do conceito de superproteção materna, Spitz (1979) propõe a **superpermissividade ansiosa primária**, que pressupõe um excesso de cuidados maternos desconsiderando-se a diversidade dos motivos da criança. Ou seja, a mãe, independente do que signifique o choro do bebê, responde sempre com os mesmos padrões comportamentais e atitudes. O sintoma característico dessa superproteção ansiosa é a cólica dos três meses, porque diante do choro da

criança, a mãe costuma responder com a amamentação. O excesso de alimento produz excesso de atividade intestinal, o que resulta em cólicas.

A **hostilidade disfarçada em ansiedade manifesta** foi encontrada em mães muito ansiosas em relação aos filhos, ansiedade essa que correspondia à presença de uma hostilidade inconsciente reprimida bastante forte, geralmente manifestada pelo fato dessas mães não gostarem de tocar em seus filhos, privando-os sistematicamente do contato cutâneo. O sintoma encontrado resultante dessa hostilidade disfarçada foi o eczema (feridas na pele) dos filhos.

Outro sintoma infantil muito encontrado em bebês é o comportamento de balanço, frequentemente comum em crianças de instituições. A relação entre as crianças que se balançam e suas mães é bastante peculiar. Spitz (1979) percebeu a **oscilação entre mimo e hostilidade**, que se trata de uma alternância entre um estado de humor positivo e um estado de humor com explosões negativas e de hostilidade violenta. Esse comportamento contraditório da mãe pode levar o bebê a guardar em sua memória representações conflitantes de objeto, prejudicando a formação de um objeto que permaneça idêntico a si mesmo no tempo e no espaço. Em resumo, o comportamento contraditório da mãe, “torna impossível o estabelecimento de relações objetivas adequadas, e detém a criança num nível de narcisismo primário, de modo que ela se limita à descarga de seu impulso libidinal, por meio do balanço” (op cit, 219).

As **oscilações cíclicas de humor da mãe** referem-se a mães com quadros depressivos que apresentam mudanças de humor acentuadas e intermitentes em relação aos filhos com profunda ambivalência, podendo variar desde hostilidade extrema até a compreensão exagerada na forma de super-solicitude. O sintoma característico dessas crianças é a manipulação fecal e a coprofagia⁶. Tais sintomas, assim como o balanço descrito acima, indicam obstáculos na descoberta do objeto nas relações objetivas. A manipulação fecal consiste na manipulação real de um “objeto” ou de uma “coisa” e na coprofagia, devido à depressão materna, a criança também entra num estado depressivo no qual é conduzida à incorporação oral do objeto perdido.

A última relação de cuidados maternos e sintomas infantis proposta por Spitz (1979) são crianças hipertímicas devido à **hostilidade materna conscientemente compensada**. Para essa relação, Spitz não conta com muitos estudos de caso, uma vez que essa atitude materna é

⁶ Coprofagia significa comer a própria fezes.

bem disfarçada e apenas evidente para o observador psiquiátrico altamente qualificado. O que se sabe é que

o comportamento materno nesses casos é o resultado de um conflito consciente. Para tais mães, a criança serve como escoamento para a satisfação narcisista e exibicionista – e não como um objeto de amor. Entretanto, tal mãe está ciente de que sua atitude em relação à criança é inadequada; sente-se culpada e, portanto, supercompensa conscientemente por meio de uma doçura melosa, acidulada (SPITZ, 1979, p 232).

Esse conflito materno tem por consequência crianças que manipulam muito bem os objetos ofertados pelos pais que se sentem culpados, o que as torna predispostas para serem hiperativas, não muito sociáveis e destrutivas em relação aos brinquedos.

O que desejamos ressaltar com esta breve recorrência às afirmações de Spitz (op.cit) é que uma má relação entre mãe e bebê pode levar a uma rápida deteriorização das condições indispensáveis para o desenvolvimento normal das primeiras relações objetais. Além do exposto, o autor ainda ressalta que o afastamento da figura materna por períodos longos de tempo (mais de cinco meses) pode conduzir a criança a um estado depressivo grave, levando-a até mesmo a ser hospitalizada.

No ambiente de abrigo, supõe-se que a maternagem seja exercida por cuidadores que, teoricamente, substituem a figura materna, incluindo-se enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais. Cabe indagar se, após a **primeira** violência sofrida no grupo familiar, e a **segunda** violência que implicou na ruptura dos vínculos originais, a criança não estaria exposta a uma **terceira** violência no interior do abrigo, sem profissionais dispostos a acolher suas angústias e ancorar suas ansiedades, tratando-a apenas como objeto de cuidados estabelecidos por uma rotina institucional, desprovida de afeto, atenção e trocas interpessoais, importantes para a consolidação do eu.

Podemos também pensar nas consequências de falhas ambientais no cuidado com a criança. Winnicott (1950) discorre sobre possíveis prejuízos para o desenvolvimento emocional quando o ambiente é insatisfatório. Uma delas é a cisão da personalidade.

Na forma mais simples de cisão, a criança apresenta uma vitrine, ou uma metade voltada para fora, construída com base em submissão e complacência, ao passo que a parte principal do eu, contendo toda a espontaneidade, é mantida em segredo e permanentemente envolvida em relações ocultas com objetos de fantasia idealizados (WINNICOTT, 1950, p.199).

Isso significa que há duas partes de uma mesma personalidade, somente uma entra em contato com o ambiente, mantendo a parte verdadeira dessa personalidade, protegida em seu mundo de fantasia idealizado.

Sem o cuidado suficientemente bom, também é possível que não haja um estabelecimento satisfatório da relação psicossomática. Isso quer dizer que o indivíduo possa usar o adoecimento físico como forma de defesa, na tentativa de promover uma interação entre psique e soma (WINNICOTT, 1956).

Já mencionamos também que as falhas ambientais, principalmente nos três primeiros estágios do desenvolvimento emocional (dependência extrema, dependência e mesclas dependência-independência), podem resultar em patologias graves como a psicose, a tendência anti-social e falso self.

Dentre as psicoses, podemos incluir a esquizofrenia, as psicoses infantis, o autismo e as personalidades esquizóides. A mesma é constituída devido à ação de defesas psíquicas durante os momentos mais precoces de vida, em que não há estruturação egóica do bebê, suficiente para lidar com as falhas ambientais, levando o mesmo a ansiedades agonizantes.

A psicopatia, ou tendência anti-social, se dá quando o ambiente foi favorável e capaz de prover ao bebê segundo suas necessidades no período de dependência absoluta, no entanto, ocorreu a perda dessa atmosfera, no momento em que o bebê já era capaz de reconhecer esta perda, mas que ainda necessitava de provisões ambientais. A consequência disso é a interrupção da maturação emocional (WINNICOTT, 1956).

Já o falso self, é desenvolvido como uma função defensiva, com o objetivo de proteger o self verdadeiro, constituído por meio do auxílio do ego da mãe ao fraco ego do bebê, das falhas ambientais devido a um cuidado materno que não seja suficientemente bom. São, portanto, “defesas contra vivências que são sentidas como invasões ao self por falhas na relação fusional mãe-bebê” (CARETA, 2006, p. 36).

4.6.2 As provisões ambientais no contexto da família agressora e do abrigo

Concordando com postulados de Winnicott a respeito do desenvolvimento emocional da criança normal e saudável quando há o provimento necessário do ambiente e também com a descontinuidade da maturação quando não há o provimento ambiental necessário, Mattioli

(2008, p. 196 - 197), esclarece o quanto a violência na família pode ser prejudicial, por desconstruir este ambiente suficientemente bom que a família deveria representar:

Se a violência ocorrida no plano macro-social é extremamente preocupante, porque representa o sintoma de um tempo e denuncia a incapacidade - temporária ou permanente - do ser humano para gerenciar tensões e conflitos entre os povos, ela se torna ainda mais temerária quando se instala no plano micro-social, pois consegue corroer as mais sólidas relações de amor, destruindo capacidades psíquicas e comprometendo a própria existência humana.

A função da família no desenvolvimento da sexualidade da criança não é tema somente da psicanálise. Autores como Ariès (1986, p.11), já no século XIX, afirmavam que a família tornou-se um lugar em que é necessária uma afeição entre pai e mãe e entre estes e seus filhos. Assim, observamos que nos dias atuais o ambiente familiar é tido como o espaço das relações afetivas, do amor e do acolhimento. Quando a violência atinge este espaço, e quando o indivíduo agredido é a criança, Mattioli (2008) coloca que é quase certo que este tipo de vivência resulte em sérios transtornos psíquicos.

Há uma tendência em subestimar os efeitos da violência doméstica contra a criança e o adolescente como menos sérios, acreditando que o impacto parece ser temporário e desaparecer no transcorrer do desenvolvimento infantil. O trauma infantil não deve ser desconsiderado por seus efeitos a longo prazo não serem evidenciados de imediato. Deve ser reconhecido como um sério problema da infância. Mesmo que crianças vitimizadas sejam retiradas de suas casas, os efeitos da experiência vivida repercutirão em toda sua vida (DAY et al., 2003, p. 14).

Vários são os autores que apontam para as consequências das violências sofridas pela criança. Entre as manifestações que podem ser encontradas, temos: pesadelos, quadros fóbico-ansiosos, isolamento social, sentimento de estar sujo, problemas de aprendizagem, depressão, medo, abuso de álcool e outras drogas etc. (DAY et al, 2003).

Para Winnicott (1939/1940), a família proporciona à criança uma segurança indispensável. Quando há a ausência dessa segurança, isso certamente terá efeitos sobre o desenvolvimento emocional, acarretando danos à personalidade e também ao caráter. A família agressora é incapaz de propiciar a segurança, os cuidados e atenção necessários ao desenvolvimento emocional da criança.

O resultado de grande parte das situações de violência familiar é que essas crianças acabam abrigadas em estabelecimentos onde o cuidado agora é dispensado por atendentes,

educadores, enfermeiros, entre outros profissionais que possam constituir o quadro de recursos humanos dos abrigos.

Já no ambiente de institucionalização, podemos nos deparar com outras falhas no cuidado dispensado a criança. À precariedade do cuidado em instituições, Manzini-Covre (2008) denomina de violência invisível. Para a autora, a violência invisível seria os maus tratos momentâneos que aparecem no processo educacional da criança, mas que se cristalizam na alma dela como parte do seu modo de subjetivação, na forma como será para si e para o mundo.

Esse conceito é importante pois, por mais que as crianças que estejam abrigadas não sofram violência física por parte dos cuidadores (uma vez que a mesma é proibida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), a falta de capacitação dos profissionais quanto ao cuidado das crianças, não deixa de ser uma forma velada de violência.

O que acontece é que são necessárias políticas públicas que regulamentem o funcionamento das casas-abrigo, porém, “isto é insuficiente se os educadores enquanto figuras parentais seguem sendo desprezados emocionalmente, o que impede que o abrigo possa se aproximar de uma família suficientemente boa” (MANZINI-COVRE, 2008, p. 70). Como já vimos, a ausência dessa capacidade de dispensar um cuidado suficientemente bom resulta em diversas falhas no desenvolvimento, como psicose, falso self, cisão da personalidade etc.

O foco da preocupação da autora é que os cuidadores precisam, de alguma forma, ser assistidos em seus desejos, sentimentos, e formas de lidar com as crianças e adolescentes sob seus cuidados, para que sejam capazes de elaborar psicologicamente seus conflitos e dispensarem cuidados que sejam suficientemente bons e acolhedores às diferentes constituições e estágios de desenvolvimento da personalidade dos abrigados.

Desse modo, teríamos de fato um ambiente em que se possa acreditar, pois

um dos aspectos mais importantes do abrigo/família é a sua condição de propiciar certa auto-imagem positiva a essas crianças e adolescentes. O educador/pai/mãe é o espelho pelo qual a criança se pauta para existir. É a formulação de um eu que permite ser ator, ir à escola, conseguir estudar, sentir que tem companheiros/irmãos em suma, os abrigados podem, então, desenvolver seus papéis, estar no mundo. A auto-imagem, ou a identidade, passa a existir pelo olhar que os educadores/pais e mães têm sobre eles (MANZINI-COVRE, 2008, p.80).

4.6.3 A violência no relacionamento pais e filhos

Resgatando o que foi exposto anteriormente sobre a natureza pulsional de agressividade humana, gostaríamos de, nesse momento, refletir psicanaliticamente a respeito da violência contida em todos nós, que não difere da violência de pais contra filhos e também não difere da violência nos cuidados com crianças institucionalizadas.

Tal reflexão se faz necessária uma vez que entendemos que a violência sempre existiu. Ela não é assunto novo, muito menos inédito. Diante de todo o referencial exposto até aqui, a inquietação é justamente essa: porque estamos diante de tantos casos de violência de adultos contra crianças? Porque este ciclo recursivo de violência não cessa?

Worcmán (2008) sugere um enfrentamento da violência intrínseca ao ser humano de forma menos penosa e mais realista. Segundo a autora, “não nos tornamos desumanos ao perceber em nós algo que consideramos aversivo, abjeto” (p. 221), mas, ao contrário, isso faz com que nos encontremos com nossa humanidade, sem as máscaras com as quais nos disfarçamos.

A história da violência pode ser vista desde os primórdios da humanidade nos relatos bíblicos. Essa história também pode ser contada através das constantes guerras, embates e aniquilamentos, presentes desde os homens das cavernas. A violência também é evidenciada no fascínio com o qual acompanhamos pela televisão e internet os massacres, os crimes, as torturas, que não passam de expressões cruas de violência.

Não cabe dizer que a violência tem aumentado em nossos dias. O que entendemos é que a velocidade de informações em nossa sociedade globalizada tem permitido uma evidência maior da violência que sempre esteve presente na humanidade. Worcmán (2008, p. 225) levanta algumas hipóteses para a discussão sobre violência:

[...] será que o que está se ampliando e disseminando é a captação intuitiva de que essa violência tão aterrorizadora, aversiva, está contida em cada um de nós, vem de nós, se manifesta contra nós, e/ou atuada contra os outros e/ou projetada nos outros? Estaremos, desajeitadamente, percebendo que está em nossa mente a fonte, a origem de todo tipo de violência [...]? É comum a crueldade ser racionalizada e justificada colocando-se a culpa no outro.

Acreditamos que intuitivamente estamos nos aproximando de características indesejáveis de nossa personalidade, dando o primeiro passo para o reconhecimento de que a violência não pode ser atribuída ao outro antes de considerarmos sua existência em nós

mesmos. Não são os pedófilos, os pais que violentam, a mãe que negligencia os únicos agressores. Todos nós temos o potencial para expressar essa agressividade.

Winnicott (1939) afirma que amor e ódio são os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas, e ambos envolvem a agressividade. O pressuposto do autor é de que, todo o mal encontrado no mundo das relações humanas pode também ser encontrado no âmago do ser humano.

No entanto, toda essa energia instintiva agressiva é reprimida, e constitui um perigo potencial para o indivíduo e comunidade. Nunca podemos ver desnudado o ódio que ocupa o nosso psiquismo. Por isso, a agressividade é a forma como esse ódio é expresso, às vezes de forma sublimatória (expressões socialmente aceitas) outras vezes, de maneira violenta, como, por exemplo, a violência contra a criança.

Em outro momento⁷, Winnicott (1947) afirma que assim que o bebê torna-se capaz de sentir-se uma pessoa inteira, o ódio passa a ter sentido para descrever um conjunto de seus sentimentos mas, antes que o bebê possa odiar sua mãe, esta já o odeia.

Parece impossível conceber uma mãe que odeia seu filho diante da concepção contemporânea que temos de família e relações afetivas. Mas a afirmação de Winnicott (1947, p. 285-6) é clara:

A mãe, no entanto, odeia o seu bebê desde o início. Acredito que Freud achava possível que a mãe, em determinadas circunstâncias, sentisse apenas amor por seu bebê do sexo masculino. Mas disto podemos duvidar. Conhecemos o amor da mãe e o admiramos por ser tão forte e tão real. Permitam-me apresentar certos motivos pelos quais a mãe odeia o seu bebê, mesmo que seja um menino:

O bebê não é uma concepção (mental) sua.

O bebê não é aquele das brincadeiras da infância, um filho do pai, ou do irmão, etc.

O bebê não é produzido magicamente.

O bebê é um perigo para o seu corpo durante a gestação e o parto.

O bebê interfere com a sua vida privada, é um obstáculo para a sua ocupação anterior. [...]

O bebê machuca os seus mamilos mesmo quando suga, o que inicialmente implica em mastigação.

Ele é impiedoso, trata-a como lixo, uma serva sem pagamento, uma escrava.

[...]

Ele tenta machucá-la, volta e meia a morde, e tudo por amor.

Ele se decepciona com ela. [...]

No início ele não faz idéia alguma do quanto ela faz por ele, do quanto ela sacrifica por ele. É impossível para ele suportar principalmente o seu ódio.

[...]

Se ela falha com ele no início, sabe que ele se vingará para sempre.

⁷ 1947- "O ódio na contratransferência"

Ele a excita mas a frustra – ela não pode devorá-lo nem fazer sexo com ele.

O ódio inconsciente da mãe é percebido pelo bebê e dá a ele o potencial para também odiar, e a partir disso, construir as bases da sua agressividade. Em relação à mãe, seu ódio pode resultar num sentimento de culpa, que se expressa ou como submissão masoquista ou como sentimentalismo.⁸

Entretanto, estamos nos referindo a processos inconscientes. Para Winnicott (1947) a mãe deve ser capaz de tolerar seu sentimento de ódio contra o bebê, sem fazer nada a esse respeito. Para o autor, “o ponto mais interessante a respeito da mãe é a sua capacidade de ser tão agredida e sentir tanto ódio por seu bebê sem vingar-se dele” (op. cit, 286).

Porquanto, considerando o ódio da mãe ao seu bebê, podemos questionar se ao estabelecer uma rotina de cuidados com crianças que não são seus próprios filhos, existe a possibilidade de as cuidadoras atuarem com atitudes de ódio contra as crianças sob a sua responsabilidade. Ou melhor, entendemos que não existe outra possibilidade além da expressão inconsciente de ódio.

O mais preocupante nesse contato criança/cuidadora, é o fato de que essas “mães substitutas” geralmente não são assistidas em suas necessidades emocionais, não aprenderam a lidar com a oscilação de sentimentos em relação às crianças que são responsáveis, e perpetuam a violência da qual as crianças já foram, ao menos uma vez, vítimas.

Motta e Rosa (2008) afirmam que na experiência de Arminda Aberastury com grupos de orientação de mães, a importância estava em interpretar a culpa inconsciente dos pais para que o amor reprimido pudesse se manifestar, além de trazer para mais próximo da consciência o conflito de amor e ódio dos pais em relação ao filho. Para eles,

o contato dos pais com o próprio ódio na relação com o filho é importante não só no sentido de resgate do amor como também na possibilidade dos pais de conterem esse tipo de afeto dos filhos, isto é, de terem condição de receber a agressão da criança sem se sentirem destruídos por ela (MOTTA e ROSA, 2008, p.38-9).

Como Winnicott (1947) ressaltou, o ponto interessante dessa relação amor/ódio é justamente a capacidade da mãe em ser agredida e não responder com ódio manifesto. Se esse ódio é tolerado na relação pais-filhos, Motta e Rosa (2008) afirmam que forma-se um circuito

⁸ Tanto o masoquismo derivado do ódio materno quanto o sentimentalismo serão analisados mais profundamente nas entrevistas realizadas com as cuidadoras.

benigno, pautado na confiança e na possibilidade de se efetuar reparações, tanto por parte dos pais quanto por parte das crianças.

Tais apontamentos sobre a violência contida em nosso inconsciente atende a necessidade de estabelecer um parâmetro de análise das entrevistas sem uma visão romântica dos cuidados dispensados às crianças, buscando identificar, nesses cuidados, a violência intrínseca ao mesmo, uma vez que,

é uma questão atual e básica a emergência e intensidade com que o relacionamento dos próprios pais-filhos pode ser afetado pelo ódio, tanto dos próprios pais e filhos quanto do ambiente circundante em suas mais diferentes e diversas vertentes (MOTTA E ROSA, 2008, p. 41).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

"A mulher apertou-o mais contra o peito. Cobriu-lhe a cabeça com o xale e pôs-se a niná-lo com um brando movimento de cadeira de balanço. [...] Aí estava o segredo daquela segurança, daquela calma. Era a tal fé que removia montanhas... [...] A mãe continuava a niná-lo, apertando-o contra o peito." (Natal na Barca, Lygia Fagundes Telles)

Após percorrer a história da institucionalização de crianças no Brasil, as políticas públicas que embasam tal prática e, a concepção da psicanálise a respeito da criança separada do convívio familiar em seus primeiros anos de vida, cabe nesse momento, analisarmos o que nossa prática de pesquisa junto a um abrigo encontrou enquanto características ambientais e cuidados dispensados a crianças abrigadas.

É interessante discutirmos se os objetivos da pesquisa puderam ser alcançados através da metodologia proposta, que foi a observação do ambiente de abrigamento e as entrevistas com as cuidadoras.

5.1 Casa-lar: a estrutura do abrigo e seus funcionários

Para entendermos a estrutura de funcionamento do abrigo, resolvemos nesse momento adentrar seu universo, percorrendo os corredores da entidade, contando um pouco da história de funcionamento da casa, a fim de conhecer os profissionais que lá trabalham, para então analisar como se dão as relações entre estes e as crianças.

Separamos esse momento em dois tópicos: *histórico da instituição*, no qual resgataremos os dados desde a fundação do abrigo até o momento atual de seu funcionamento; e *perfil dos profissionais*, no qual além de apontar algumas características dos profissionais que trabalham na casa, faremos algumas comparações com o perfil de profissionais de abrigos encontrados em outras pesquisas.

5.1.1 Histórico da Instituição

Com a intenção de preservar ao máximo o sigilo da identidade dos sujeitos participantes da pesquisa e também do próprio abrigo pesquisado, somente alguns dados do histórico da instituição poderão ser aqui compartilhados.

Esses dados foram coletados através das entrevistas realizadas com os funcionários do abrigo e também pelo acesso a Ata de Fundação da instituição e do Estatuto que rege seu funcionamento.

O abrigo em questão foi fundado em 1996 por um grupo de pessoas que, preocupadas com a situação de crianças de rua do município, se organizaram para fundar uma instituição. Antes do surgimento do abrigo, os fundadores costumavam atender as crianças de rua em suas próprias casas, pois até então, o município não possuía nenhuma entidade que pudesse assisti-las. Como o número de crianças só aumentava e a capacidade de acolhimento dessas casas era pequena, a alternativa encontrada foi fundar uma casa-lar, que pudesse acolher tais crianças.

Surgiu, então, o abrigo, com a finalidade de “acolher provisoriamente crianças em situação de risco encaminhadas pelo Conselho Tutelar com idade de 0 a 12 anos, prestando-lhes os serviços de assistência social, psicológica e educacional, garantindo o bem estar físico e emocional” (Estatuto do Abrigo).

No início de seu funcionamento, o abrigo atendia também os casos de menores de 18 anos, que passavam a noite na casa até serem encaminhados para algum serviço de assistência social do município, podendo ficar acolhidos por até uma semana. Por haver uma discrepância de idade considerável, a direção do abrigo solicitou junto ao Ministério Público que a faixa etária dos atendimentos fosse reduzida, já que eles estavam enfrentando muitos problemas com os adolescentes, que eram em sua maioria, menores infratores. Portanto, em 2006, o abrigo passou a atender crianças de 0 a 12 anos, como consta no trecho retirado do Estatuto interno da instituição acima citado.

O abrigo é uma Associação Civil, com personalidade de Direito Privado, sem fins econômicos e de caráter beneficente e de assistência social. Isso significa que a instituição presta atendimentos sem que haja um custo para as famílias ou para os usuários da casa. A mesma é mantida em partes por recursos da Prefeitura, que custeia a alimentação, o salário de cinco funcionários, e algumas despesas básicas, como água, luz e gás; e em parte, por parcerias que a entidade faz com empresários, empresas e fundos de assistência social. Para obter os recursos necessários à organização, instalação, ampliação e manutenção dos seus

serviços, o abrigo também faz promoções, podendo também firmar convênios, nacionais ou internacionais, contanto que não implique na sua subordinação aos interesses desses parceiros que sejam contrários aos objetivos do próprio abrigo.

A pesquisa do IPEA (2004) revelou um dado interessante dos abrigos no que diz respeito à forma de financiamento das atividades da instituição e também da influência religiosa, afirmando que

do universo pesquisado, 68,3% dos abrigos são não-governamentais e 67,2% deles possuem significativa influência religiosa. No que se refere à manutenção dos abrigos não governamentais, cerca de 70% dos recursos são próprios ou se originam de doações de pessoas físicas ou jurídicas (IPEA, SILVA, p.12).

O fato de 68,3% dos abrigos serem não-governamentais nos indica que a criança não está entre as prioridades do Estado, e devido a isso, surgem instituições de acolhimento que não cumprem com os requisitos pressupostos pelo ECA, impossibilitadas de dar conta dos discursos da lei e principalmente, de dar conta do cuidado da criança para além das vias da violência, como claramente se observa no abrigo pesquisado, uma vez que, como veremos adiante, não conta nem com o quadro mínimo de funcionários para a demanda de cuidados e serviços gerais.

Quanto à orientação religiosa, o abrigo pesquisado não é proveniente de nenhuma iniciativa religiosa, não possuindo uma influência religiosa definida. Segundo a coordenadora da casa, cada um dos funcionários segue a sua própria religião, transmitindo-a ou não às crianças. O abrigo recebe visitas de grupos de várias religiões, que preparam brincadeiras, presenteiam e contam histórias.

Quando da fundação do abrigo, o mesmo funcionava numa casa de madeira na qual havia um caseiro. Os primeiros funcionários vieram mediante concurso público na Prefeitura do município, contratados como auxiliares de serviços gerais. Devido à existência de um caseiro, nos finais de semana e feriados os funcionários não precisavam ficar na casa, crianças ficando as crianças sob os cuidados da família do caseiro.

Depois de um tempo, o abrigo mudou-se para uma melhor localidade, uma vez que a anterior era uma casa muito velha. Já na nova sede, a forma de funcionamento também foi modificada. Agora já não havia mais o caseiro. O cuidado das crianças passou a se dar pelas “tias”, como são chamadas pelas crianças. Essas “tias” são em geral mulheres que, por gostarem de crianças, aceitaram trabalhar na casa.

Segundo dados colhidos na instituição, o maior número de abrigamentos ocorre nos meses de outubro a dezembro. Desde o período em que a pesquisa vem sendo desenvolvida na instituição (maio a novembro de 2010), o número de crianças abrigadas variou de 6 a 22 crianças, sendo que atualmente há 22 crianças na casa.

Ao entrevistar os funcionários do abrigo, observamos que, com exceção do técnico administrativo e da coordenadora, todos os demais foram contratados como auxiliares de serviços gerais. No entanto, a função prática é cuidar das crianças e também do serviço da casa, como lavar, passar, cozinhar, limpar, etc.

Atualmente o abrigo está passando por um momento de adequação legal dos serviços oferecidos pela instituição, uma vez que o mesmo não conta em sua equipe com profissionais como pedagoga, assistente social e psicóloga. Um projeto foi elaborado e encaminhado para a Prefeitura do município solicitando a contratação desses profissionais. Discute-se também, a possibilidade da municipalização do abrigo, o que significa que o mesmo deixaria de ser uma entidade não governamental sem fins lucrativos, para se tornar uma entidade totalmente custeada e mantida pelo município.

5.1.2 Perfil dos Profissionais

Atualmente o abrigo conta com um quadro de dez funcionários, sendo destes, quatro contratados pela Prefeitura, mediante concurso público (coordenadora, técnico administrativo, e duas cuidadoras); e seis destes, contratados pelo próprio abrigo (o motorista e as demais cuidadoras). Dos dez funcionários, seis deles foram entrevistados. Com exceção do motorista, as cuidadoras que não foram entrevistadas não atendiam o requisito de trabalharem na casa a pelo menos seis meses. Gostaríamos então, de descrever os profissionais que foram entrevistados, dando a eles nomes fictícios, a fim de caracterizar o perfil dos mesmos.

1) Luzia:

É a coordenadora do abrigo. Tem 52 anos e ocupa o cargo da coordenação desde que entrou na casa, há nove anos. Possui magistério e antes de trabalhar no abrigo foi assistente de creche por oito anos. Quando entrou para ocupar o cargo, não recebeu instrução alguma do que deveria fazer, até o momento em que foi participar de um curso sobre funcionamento de

abrigos e cuidados com crianças na capital do Estado e pôde então se organizar em seu trabalho.

Luzia é contratada pela Prefeitura e prestou concurso para ser funcionária de creche. Na época, a esposa do prefeito a convidou para assumir a coordenação do abrigo. No começo ela relatou porque nunca tinha trabalhado em um abrigo, mas devido à insistência da esposa do prefeito, acabou aceitando. Seu horário de trabalho é das 10h às 18h, às vezes se estendendo até mais de 19h.

Luzia é mãe de duas filhas. Uma delas é sua enteada, filha de seu esposo, que ela criou desde os cinco anos. Após o falecimento do cunhado, ela também criou a sua sobrinha. Trabalhou vários anos como diarista. No abrigo, já trabalhou muito de finais de semana, atendendo emergências, levando criança para hospital, dormindo em hospital. Há dois anos não tira férias. Diz que o trabalho no abrigo é pesado, uma vez que não há dia e nem horário para que, mesmo estando em casa, ela tenha que atender aos chamados do abrigo em emergências com as crianças.

Seu contato com as crianças é constante. Ela passa grande parte do tempo dentro do escritório resolvendo as questões administrativas da casa, no entanto, ajuda as cuidadoras a olharem as crianças, auxilia na cozinha, dá de comer às crianças e as leva para passear. É ela quem geralmente acompanha as crianças ao médico e quando solicitada, visita as escolas para resolver os problemas que eventualmente surgem.

2) Antônio:

É o técnico administrativo. Trabalha no abrigo há seis anos. Possui formação até o Ensino Médio. Antes de entrar no abrigo fez vários cursos de desenvolvimento administrativo, de desenvolvimento humano, e tecnológico. Um deles foi uma capacitação na área da criança e do adolescente, do deficiente e do idoso, curso esse de seis meses, pago pelo Governo do Estado.

Seu Antônio morava em outro Estado e era garçom. Trabalhou quase sua vida toda como garçom. Quando se mudou para o Paraná, prestou o concurso da Prefeitura para auxiliar de serviços gerais e foi encaminhado primeiramente para a APMI (Associação de Proteção à Maternidade e a Infância), sob a liderança da esposa do prefeito. Após alguns meses na APMI, seu Antônio foi convidado a trabalhar no abrigo, pois o mesmo estava todo desorganizado em suas documentações.

Sua função no abrigo é cuidar de toda a documentação. Ele é quem faz os abrigamentos, os desabrigamentos, as prestações de conta, etc. Passa o dia todo na sala do escritório e tem pouco contato com as crianças. Em algumas situações, costuma sair com a Kombi do abrigo, levando as crianças para dar uma volta e brincar no campinho do bairro e as vezes, até mesmo as busca na escola. Seu serviço também é externo, buscando documentação nas secretarias e fazendo a movimentação bancária. Há quatro anos que seu Antônio não tira férias.

3) Aparecida:

É a funcionária de mais tempo no abrigo. É uma das cuidadoras e exerce essa função há 14 anos. Tem 56 anos e estudou até a quarta série do Ensino Fundamental. Saiu da escola aos 11 anos e não estudou mais.

Aparecida entrou no abrigo por meio de concurso público para auxiliar de serviços gerais. Ela trabalhava na Associação da Prefeitura como caseira, cozinhando e lavando a roupa dos jogadores de futebol do time da cidade. Depois de lá foi encaminhada para o abrigo desde o seu surgimento, quando o mesmo ainda era uma casa de madeira bem pequena, com um caseiro e três funcionárias.

Dona Aparecida foi doméstica por muitos anos, desde os 12 anos. Trabalhou em casas de família e acabou sendo babá de várias crianças. Foi mãe aos 15 anos e tem hoje três filhos, uma menina e dois meninos. Gosta muito de trabalhar com crianças, pois sente que consegue estabelecer um bom vínculo.

No abrigo, dona Aparecida é a principal responsável pela alimentação das crianças. Ela passa grande parte do dia na cozinha e é uma exímia cozinheira. Seu horário de trabalho é das 7h às 15h, no entanto é difícil o dia em que ela vai de fato embora às 15h. Além de cozinhar, dona Aparecida dá banho nas crianças, ajuda na limpeza da casa, deixa adiantado o café da tarde e ainda cuida das crianças enquanto brincam.

4) Regina:

É uma das cuidadoras da casa. Contratada pela Prefeitura, como auxiliar de serviços gerais, Regina trabalha no abrigo há oito anos. Tem 35 anos e atualmente está cursando Pedagogia em uma faculdade particular.

Antes de ser funcionária do abrigo, Regina trabalhou dois anos como babá. Sempre morou no sítio e lá trabalhava na roça. Somente quando veio para a cidade é que começou a trabalhar com crianças.

Regina fez o concurso da Prefeitura para trabalhar no posto de saúde, mas foi encaminhada para o abrigo para cobrir férias e acabou ficando por lá mesmo. No início ficou responsável mais pela limpeza da casa. Atualmente mescla seu trabalho entre cuidar da limpeza da casa e cuidar das crianças.

Uma das crianças do abrigo é portadora de necessidades especiais. Regina acompanha esta criança quase todas as tardes nas atividades desenvolvidas na APAE, que conta com o auxílio das mães para estimular os bebês a adquirirem movimentos. Por ser uma criança abrigada, é Regina quem a acompanha. Quando Regina não pode acompanhá-la na APAE, a criança deixa de ir, pois Regina é a única que possui disponibilidade para essa atividade.

Seu horário de trabalho no abrigo é das 7h às 15h. Regina sempre fica por mais tempo até porque o horário de saída das crianças da APAE é às 17h. Depois do expediente, Regina vai para a faculdade e chega a sua casa por volta da meia noite.

5) Melina:

É uma das cuidadoras. Tem 38 anos e na época da entrevista fazia 10 meses que ela trabalhava no abrigo. Melina estudou até a quarta série do Ensino Fundamental, na escolinha do sítio.

Antes de entrar no abrigo, Melina trabalhava no campo colhendo algodão e quando veio para a cidade começou a trabalhar como empregada doméstica. Depois de um tempo conseguiu emprego como açougueiro, quando aprendeu a mexer com o corte de carnes.

Após sair do emprego no açougue, procurou por uma agência de empregos na qual havia duas vagas para açougue e uma vaga para trabalhar no abrigo. Interessada, procurou se informar do que se tratava o trabalho e acabou aceitando.

Melina é uma das cinco funcionárias contratadas diretamente pelo abrigo. Recebe pouco mais de um salário mínimo e foi contratada como auxiliar de serviços gerais. É responsável por cuidar das crianças, limpar a casa e preparar a comida quando está no período da noite. Faz turnos alternados, às vezes trabalhando durante o dia, e às vezes trabalhando durante a noite. O turno do dia são 8 horas de trabalho, das 10h às 18h e o turno da noite são 12 horas de trabalho, das 19h às 7h da manhã.

Melina é casada e tem três filhos. Sua filha mais nova, quando não há muitas crianças abrigadas na casa, costuma acompanhar a mãe no trabalho quando Melina está no turno do dia, passando a tarde brincando com as crianças do abrigo.

6) Elisabete:

É uma das cuidadoras do abrigo. Tem 33 anos e trabalha no abrigo há 5 anos e 2 meses. Antes de ser cuidadora, trabalhou como empregada doméstica, trabalhou em fábrica de costura e seu último emprego foi entregando panfleto.

Elisabete não concluiu a oitava série do Ensino Fundamental, e afirmou ter desejo de voltar a estudar. Ela é mãe de dois filhos, e estava precisando de emprego quando soube da vaga no abrigo através de uma amiga. Fez entrevista e voltou por três vezes ao abrigo porque a vaga já havia sido preenchida, mas quando ela viu as crianças, disse que se apaixonou e desejou trabalhar ali.

Elisabete foi contratada como auxiliar de serviços gerais e é responsável pelo cuidado das crianças e os serviços da casa, como limpar, lavar, passar, etc. Assim como Melina, Elisabete trabalha em turnos alternados, às vezes durante o dia, às vezes durante a noite. Estes turnos envolvem muitas vezes os finais de semana e os feriados.

A entrevista com Elisabete foi a mais longa, tendo uma duração total de mais de 1 hora. Ela estava bastante angustiada devido à sobrecarga de trabalho. Duas semanas após a entrevista, Elisabete pediu demissão.

Das entrevistas realizadas e também das observações da rotina da casa, alguns apontamentos podem ser feitos, analisando-se também o que outras pesquisas têm revelado a respeito do quadro de funcionários de um abrigo.

Observamos que não há um funcionário que desempenhe o papel de cuidador que seja do sexo masculino. As crianças são cuidadas unicamente por mulheres. Winnicott (2006) descreve a mãe dedica comum que, ao conceber seu filho, entra em um estado em que se torna capaz de se identificar com o bebê e entender as suas necessidades, cuidando, atendendo, sendo capaz de segurar seu bebê, formando com ele uma unidade indispensável para que o bebê sintá-se real. Sabemos, portanto, o quanto é importante o papel de uma mãe psiquicamente disponível nos primeiros momentos de vida de uma criança.

No entanto, no momento em que a pesquisa foi realizada no abrigo em questão, a menor criança abrigada contava com a idade de 13 meses. Isso significa que tais crianças não se encontram mais nas fases iniciais do desenvolvimento maturacional e da dependência absoluta, passando a necessitar além de um cuidado materno, um ambiente suficientemente bom para a estruturação da sua personalidade.

Biddulph (2002) afirma que dos seis aos quatorze anos surge no menino um impulso que lhe conduz a querer ser homem, se voltando cada vez mais para o pai, figura ao qual o menino se identifica. O menino vê no pai um homem a quem imitar: “este espaço de tempo [...] é a melhor oportunidade que o pai tem de influenciar seu filho e construir as bases da masculinidade dele. É tempo de ‘arranjar tempo’. As pequenas coisas são importantes” (idem, p.22).

No abrigo, as cuidadoras são as substitutas das figuras maternas na mentalidade das crianças, principalmente para os bebês, que estabelecem vínculos afetivos com quem lhes dispensa cuidados. O que muitas vezes foi presenciado nas observações feitas foi que os bebês, quando começam a desenvolver a fala, passam a chamar as cuidadoras de “mama”. Nesse momento elas corrigem a criança, dizendo “mama não, é titia”.

Mas, não há no abrigo um substituto da figura masculina que ocupe esse lugar paterno. O que se observa é uma grande dificuldade das cuidadoras de colocarem limites nos meninos acima de cinco anos. Eles não escutam e dificilmente obedecem aos comandos das cuidadoras. O processo identificatório com uma figura masculina também fica interrompido. O que se percebe é que os meninos buscam proximidade com o motorista que os leva para a escola.

Próximo ao dia das crianças (outubro), a casa estava recebendo várias visitas e as crianças tinham ganhado muitos presentes. Em uma tarde em que visitamos o abrigo, ao chegarmos lá, o motorista estava sentado no chão da varanda da casa, rodeado pelos meninos, brincando com jogos de tabuleiro. Eles estavam concentrados no jogo e paravam para ouvir quando o motorista falava alguma coisa. Ficou claro para nós naquele momento a necessidade identificatória dos meninos com uma referência masculina, pois são rodeados em todo o tempo somente pela presença feminina.

Em outra ocasião, um dos garotos abrigados quebrou alguns vidros da casa e agrediu as cuidadoras que estavam presentes naquele turno. Ele andava pela casa nervoso, xingando, e dizendo que ia matar os bebês. O Conselho Tutelar foi chamado, vindo até o abrigo a Conselheira responsável pelo abrigamento daquele garoto e de seus dois irmãos que também estavam na casa. Como o menino estava muito agressivo, o secretário da casa pegou as outras

crianças, colocou na Kombi e levou para brincar num campo de futebol no bairro onde está localizado o abrigo, a fim de protegê-las da violência do garoto. Na casa, ficaram somente as mulheres.

A Conselheira foi trazida pelo motorista do Conselho Tutelar. O garoto que estava muito nervoso recusava-se a conversar com a Conselheira. Foi o motorista quem conseguiu acalmá-lo. Os dois sentaram no quintal dos fundos, e depois de uma longa conversa, o garoto acalmou-se, entrou na casa e pediu alguma coisa para comer. Mais uma vez ficou evidente o quanto a figura masculina de identificação e de porta voz da lei é faltante na casa e seria extremamente importante para uma estruturação da personalidade dos meninos.

Winnicott (2006, p.8) afirma que,

é fácil perceber que as crianças necessitam de um meio ambiente firme, onde possam resolver seus conflitos de amor e ódio e suas duas tendências principais, isto é, uma que os direciona para o genitor do mesmo sexo, e a outra, que os direciona para o genitor do sexo oposto, e que podem ser consideradas como as tendências hetero e homossexual na relação objetal.

Bowlby (1981) também nos fala que é a mãe que alimenta, limpa e conforta a criança, além de ser a quem a criança recorre quando está aflita. Aos olhos da criança pequena, o papel do pai ainda é secundário, mas à medida que a criança vai se tornando capaz de se arranjar sozinha, a mesma percebe que é o pai quem propicia as condições materiais para que suas esposas cuidem da criança e também dão o apoio emocional à mãe, “ajudando-a a manter um clima de harmonia e satisfação, no qual o bebê se desenvolve” (idem, p. 15).

Voltando a Winnicott (1946), o mesmo afirma que a criança anti-social, quando diante da esperança de tomar de volta o amor materno que considera ter perdido, realiza uma série de atos de delinqüência, recorrendo à sociedade na busca da estabilidade de que necessita a fim de transpor os estágios de seu crescimento emocional.

O que aconteceu com a criança acima mencionada, que num rompante de agressividade enfrentou a todos na casa, é justamente essa expressão de esperança do quadro de personalidade anti-social. Para essas situações, Winnicott (1946) coloca que a busca da criança não é somente da mãe, mas também da autoridade paterna que pode pôr limite ao efeito concreto de seu comportamento impulsivo:

Somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidencia a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se (WINNICOTT, 1946, p. 131).

Consideramos, pois, importante, a figura masculina que se encontra faltante no abrigo. Importante para a identificação dos meninos abrigados e também importante enquanto referencial de apoio, suporte, limites e segurança para as demais crianças.

Em relação à formação acadêmica ou ao preparo e experiência profissional dos funcionários entrevistados, observamos que é comum entre elas o fato de que em suas histórias de empregos anteriores, todas foram empregadas domésticas. Para o abrigo elas são contratadas com o cargo de “auxiliar de serviços gerais”. Somente uma delas está cursando o Ensino Superior. Não há na casa nenhum profissional que atenda os requisitos legais previstos pelo ECA, que possibilitem que seja desenvolvido com a criança abrigada um plano de reintegração familiar e lhe garantam o direito a convivência familiar e comunitária. O ideal seria que em sua equipe o abrigo contasse com pelo menos uma psicóloga e uma assistente social.

Foi questionado nas entrevistas, a respeito da regularidade de treinamentos ofertados aos funcionários do abrigo, principalmente às cuidadoras que atuam diretamente com as crianças. Contatou-se que há alguns anos não há treinamentos, cursos ou palestras que auxiliem no processo de formação dessas cuidadoras. A entrevista de admissão é feita pela própria coordenadora do abrigo, que instrui as funcionárias a tratarem com carinho e afeto as crianças, tendo elas como prioridade no trabalho da casa. Além disso, nenhum outro tipo de treinamento ou instrução é passada.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe uma perspectiva de garantia de direitos à infância e a adolescência, exigindo ações que, no âmbito da Proteção Especial⁹, garantam que o abrigamento de crianças e adolescentes se dê de forma aberta e seja promotor de indivíduos cidadãos. Nesse sentido, os profissionais das instituições abrigo passam a ter, além do papel de cuidado, o papel de educadores. Segundo Mello e Silva (2004, p.103), tal papel exige “não apenas profissionalização da área, mas também a existência de uma política de recursos humanos que envolva seleção adequada; capacitação permanente, considerando as peculiaridades e dificuldades do trabalho a ser desenvolvido; incentivos e valorização, o que também inclui uma remuneração adequada”.

⁹ “Entende-se Proteção Especial como um conjunto de políticas dirigidas aos segmentos da população infanto-juvenil que se encontram em situação de risco pessoal e social, em razão de extrema violação de direitos.” (CONANDA. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência**. Disponível em: http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2009).

No abrigo pesquisado, a função da cuidadora é cuidar das crianças e também cuidar dos serviços da casa. Elas lavam roupas, passam, limpam a casa, cozinham, arrumam as camas, dão banho nas crianças, trocam fraldas, alimentam as crianças, ajudam na tarefa escolar, etc. Todas as funções são exercidas ao mesmo tempo. No período da noite, que se vai das 19h até as 7 h do dia seguinte, há somente uma cuidadora na casa. A sobrecarga de trabalho é uma das grandes reclamações observadas no discurso de todos os funcionários entrevistados, inclusive da coordenadora e do secretário.

Segundo o IPEA (2004), as entidades de abrigo, para se adequarem as novas diretrizes estabelecidas pelo ECA, necessitam de um quadro de recursos humanos com três grupos básicos:

- (1) Uma equipe técnica de caráter multidisciplinar, composta por profissionais que trabalhem na área da infância e da adolescência, que supervisionem o projeto educativo da instituição e o atendimento individualizado das crianças, o que inclui a função de coordenação ou direção do abrigo;
- (2) Uma equipe responsável pelo cuidado direto das crianças e adolescentes abrigados;
- (3) Uma equipe de apoio operacional, responsável pela organização e manutenção do abrigo, como limpeza, arrumação, preparo da alimentação, etc.

Podemos afirmar que o quadro de recursos humanos encontrado no abrigo em questão, conta com profissionais cujas funções se misturam nos três níveis básicos necessários para o funcionamento de uma entidade abrigo. Isso porque a coordenadora e o secretário exercem ambos as funções administrativas e também de cuidado com as crianças. Nenhum deles possui curso superior. O abrigo também não conta com um projeto educativo de acompanhamento das crianças, justamente por não possuir uma equipe multidisciplinar que possa efetuar-lo. Já as cuidadoras, dividem-se entre o cuidado com as crianças e a realização das tarefas de apoio operacional, trabalhando nas duas frentes ao mesmo tempo.

Esse acúmulo de funções exercidas pelos funcionários acaba por sobrecarregá-los, uma vez que a principal queixa nas entrevistas realizadas foi justamente o excesso de trabalho e a necessidade de contratação de funcionárias que se dedicassem exclusivamente às crianças.

Devido ao excesso de trabalho, o abrigo enfrenta o problema da rotatividade de funcionários responsáveis pelo cuidado das crianças. No curto período dessa pesquisa, três cuidadoras pediram demissão e foram substituídas. Tal ponto nos remete a Bowlby (1981)

que enfatiza a relevância da continuidade dos cuidados para que se estabeleça uma identificação de sentimentos entre mãe e criança. Para o autor,

[...] mesmo em boas instituições, a rotatividade da equipe de trabalho é um problema constante. Por mais devotados que possam ser um pai ou uma mãe substitutos ou as “mães da casa”, ele não tem o mesmo sentimento de obrigação total para com a criança [...] (BOWLBY, 1981, p. 76).

A questão da rotatividade também nos leva a questionar se a forma de estruturação do cuidado dispensado pela instituição pesquisada é o mais adequado para a formação de vínculos de afeto entre funcionários e crianças. É consenso que as instituições precisam ser pequenas para uma qualidade melhor nos cuidados (IPEA e ECA). Entretanto, Bowlby (1981) sugere que as crianças sejam divididas em pequenos grupos familiares, ficando cada grupo sob a responsabilidade de uma figura materna e, de preferência, de uma figura paterna. Esse tipo de organização favorece o desenvolvimento da atmosfera emocional, reedita os laços familiares, permitindo à criança uma resignificação da violência sofrida.

Como descrito, o funcionamento do abrigo segue o padrão de turnos de trabalho com até três cuidadoras por turno, o que difere do sugerido pelo autor como ambiente de cuidado que seja propiciador de um bom desenvolvimento.

5.2 O cuidar

Entendemos pelo cuidado dispensado à criança, todas aquelas atividades que permitem que a mesma seja amparada e acolhida em suas necessidades físicas, emocionais e sociais. Numa casa em que não há a figura de um pai e uma mãe, esse cuidado é dispensado por aqueles que assumiram esse papel, no caso as cuidadoras, e até mesmo os demais funcionários da casa: coordenadora, secretário e motorista.

Assim, a respeito do cuidado dispensado às crianças, este pode ser analisado de duas formas: pela observação da rotina da casa e também pelo relato das entrevistas. Através da observação da rotina da casa, que a princípio foi relatada em um registro de observação, e posteriormente, percebida em suas nuances pela frequência com que a pesquisadora visitava a casa, vários outros pontos puderam ser analisados. Nesse momento, gostaríamos então de, a partir da descrição das cuidadoras e do que foi presenciado, detalhar a rotina do abrigo pesquisado e posteriormente registrar as impressões e análises do que foi observado.

5.2.1 A rotina da casa-lar.

O abrigo é uma casa que nunca pára. O funcionamento da casa é de 24h por dia, sete dias na semana e trinta dias no mês. Os funcionários se revezam para atender a demanda de cuidado tanto das crianças quanto da própria estrutura do lar.

“[...] o Lar é, o modelo é um casa mesmo. Então o objetivo, na realidade, é que as crianças tenham uma rotina como se elas estivessem na casa delas. E de certa forma, os funcionários do Lar buscam proporcionar isso. Naturalmente que não é o ideal, porque a criança sai de uma situação, vem para o abrigo, e às vezes, em consequência de os próprios funcionários não terem capacitação, eles acabam repassando para as crianças uma forma de agir que não seria a mais correta. Então, tudo bem, mas assim, o dia a dia aqui do Lar eu acho muito natural, muito normal como uma casa qualquer, que nós vemos as crianças convivem com os seus pais [...]” (Antônio)

O número de atendimentos na casa é sempre variável. Há meses em que a casa opera com capacidade máxima de alojamentos (cerca de vinte e cinco crianças), e há meses em que a casa opera com um mínimo de crianças (seis crianças foi o mínimo observado). O horário das cuidadoras pode ser dividido em três turnos: das 7h às 15h; das 10h às 18h; e das 19h às 7h. Os turnos do dia são de 8 horas e o turno da noite é de 12 horas. Antes de ir embora, as cuidadoras precisam preencher o diário da casa. Há um livro de registro no qual são escritos os principais acontecimentos daquele período de trabalho. Se uma criança se recusou a comer, se alguém passou mal, se houve uma fuga, tudo é registrado no livro.

Nos turnos do dia, a rotina da casa é a seguinte: a cuidadora chega sempre por volta das 6h30 e, enquanto as crianças ainda dormem, começa a preparar as mamadeiras. A cuidadora que passou o turno da noite geralmente estende seu trabalho até que as duas cuidadoras do turno do dia já estejam na casa. Durante o turno da noite, há somente uma funcionária. Não há nenhum tipo de vigia.

As crianças começam a acordar por volta das 8h da manhã. Os menores geralmente acordam chorando e são acolhidos no colo. Primeiro as crianças recebem a mamadeira ou o café da manhã e depois vão para o banho. São arrumados e escolhem se querem assistir TV ou brincar no pátio da frente. No pátio do fundo há um parquinho com alguns brinquedos, mas ele é todo de grama. Pela grande possibilidade das crianças se sujarem muito e também

por causa do sol forte, as cuidadoras costumam deixar que as crianças brinquem no pátio do fundo somente no final da tarde quando chegam da escola e já não há mais sol por lá.

Enquanto as crianças brincam ou assistem TV, as cuidadoras dão continuidade ao trabalho da casa. São pilhas de roupa para serem lavadas ou passadas. Durante todo o dia, elas vão lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, lavar banheiro, cuidar da louça. Nos intervalos disso tudo, atendem aos chamados das crianças, que costumam brigar umas com as outras, às vezes com prolongados choros.

Segundo a fala de Melina, a rotina é

“Levantar, tomar café, brincar, estudar, tudo isso. É a mesma coisa que eles estivessem na casa deles, acho que melhor, aqui eles estão melhor sabe. Essa é a rotina deles.” (Melina)

Aparecida é quem fica responsável pela comida. Por volta das 10h30 ela começa a arrumar o almoço. As crianças almoçam por volta das 12h e aquelas que já estão na escola, são arrumadas para ir para aula. Muitas vezes elas precisam de outro banho, porque até essa hora já se sujaram de novo. As cuidadoras ajeitam o material escolar, e o motorista leva as crianças, ou de carro ou de Kombi.

O abrigo tem uma parceria com uma escola particular do bairro. As crianças da Educação Básica frequentam essa escola com um preço de mensalidade bastante reduzido. As demais frequentam a rede pública de ensino.

Durante a tarde, permanecem na casa aquelas que, por serem recém abrigadas, deixaram de frequentar a escola ou não estavam matriculadas em escola alguma. Permanecem também os bebês, que costumam dormir até por volta das 16h. As crianças até os cinco, seis anos, também costumam ter uma hora de sono depois do almoço. Já as maiores, passam a tarde brincando com o que encontram pela frente. Na casa há muitos brinquedos, mas nem todos são disponibilizados para as brincadeiras porque geralmente são quebrados com muita facilidade.

Conforme as crianças e os bebês vão acordando, eles recebem uma fruta ou um lanche preparado pelas cuidadoras. Elas passam a tarde realizando o serviço da casa. Por volta das 17h, os que foram para a escola começam a retornar. O motorista busca as crianças da escola regular e também da APAE.

Quando as crianças chegam, logo querem comer alguma coisa e brincar. Por volta das 18h, as cuidadoras do período da tarde ainda não foram embora e começam a adiantar o banho das crianças para que, quando a cuidadora das 19h chegar, não fique sozinha para dar banho

em todos. Quando a cuidadora das 19h chega, vai logo colocando no banho aqueles que ainda não o fizeram.

Depois do banho eles não podem mais sair da casa, porque acabam se sujando demais. Enquanto isso, alguns assistem filmes em DVD colocados na sala, outros pegam seus cadernos para fazer a tarefa. Nesse momento, há somente uma cuidadora na casa. Após o banho das crianças, ela já aproveita e lava os banheiros.

As crianças jantam, assistem TV ou brincam dentro da casa até a hora de dormir. Por volta das 22h começam a ser encaminhados para a cama. Alguns ficam acordados até mais tarde. Depois que estão todos dormindo é que a cuidadora começa a fazer o serviço da casa. Às vezes, ela passa a madrugada toda lavando ou passando roupa. É o horário também em que os armários de roupas são organizados, a casa é limpa e a cozinha é ajeitada.

A cuidadora da noite pode passar duas horas dormindo. Na sala da casa há um sofá cama onde a cuidadora geralmente deita quando o cansaço é muito grande. Geralmente elas não dormem, passam a noite toda acordadas trabalhando.

Nos finais de semana a rotina da casa é diferente. No sábado geralmente a casa recebe muitas visitas. As crianças passam o dia arrumadas para as visitas que virão. São grupos religiosos, pessoas interessadas em ajudar, amigos da comunidade que vem até o abrigo brincar com as crianças.

No domingo é dia da visita dos pais. Das 16h às 17h, aqueles pais ou familiares que possuem autorização judicial, podem entrar na casa e passar esse horário com o filho. Todas as crianças são arrumadas para a visita e ficam esperando sentadas no sofá da sala. Nem todas as crianças recebem a visita dos pais ou familiares. Aquelas que não recebem, passam o período da visita dentro da casa, sentadas no sofá, esperando o retorno do que estão com seus pais ou familiares no quintal.

Este é um momento de muita expectativa para as crianças. Alguns pais ou familiares não são regulares na visitação, sendo que muitas vezes a criança fica esperando e ninguém vem visitá-la. A hora da despedida é usualmente marcada por muito choro, pois as crianças não querem se separar dos pais. Somente os maiores é que não costumam chorar, no entanto, os menores passam um tempo considerável chorando após o término da visita.

Há também aqueles casos em que os pais estão proibidos de visitar a criança¹⁰, mas, ainda assim, insistem em entrar. As cuidadoras mantêm os portões trancados com cadeado, e

¹⁰ No período em que a pesquisa foi realizada, havia um pai proibido de visitar sua filha devido à acusação de abuso sexual contra a criança, e um segundo pai impedido, por ameaçar de morte a mãe e os três filhos abrigados.

só deixam entrar aqueles pais autorizados pela Vara da Infância e Juventude do município. Foi possível observar que há pais impedidos de visitar seus filhos que passam o horário da visita do lado de fora do portão, enquanto o familiar autorizado entra e passa um tempo com a criança.

Realizando uma breve análise sobre a rotina da casa, fica evidente que a experiência das cuidadoras com as crianças é apenas algo mecânico e que falta o aspecto relacional. Temos aqui um dado valioso para mostrar que, no abrigo, não é prioridade criar condições para esse aspecto relacional, uma vez que as cuidadoras estão constantemente sobrecarregadas de trabalho doméstico.

Podemos também nos questionar se não há uma dupla rejeição da criança, sendo a primeira a rejeição proveniente do lar de origem, e a segunda proveniente do encerramento do turno das cuidadoras que, cansadas, adiantam o que podem quanto ao cuidado e serviços domésticos para não sobrecarregar a cuidadora seguinte. Esse adiantar do cuidado retira do mesmo o caráter relacional tão necessário para a constituição do *self* da criança.

5.2.2 Características do cuidar

Não há como esgotarmos a análise de todas as características de cuidados que pudemos observar durante a realização da pesquisa. Para que nosso trabalho se aprofunde em pontos relevantes do discurso das cuidadoras, priorizamos, nesse momento, pela análise das características do cuidar por categorias. Estas categorias foram eleitas a partir da constatação de que algumas questões são comuns na percepção e no modo de enfrentamento do trabalho de cuidado com as crianças.

Desse modo, considerando tanto o material das entrevistas quanto a observação realizada no abrigo, elegemos as seguintes categorias de análise: *Masoquismo x Sentimentalismo; A criança obedece; Provisão Emocional e; Enfrentando a tendência anti-social.*

5.2.2.1 Masoquismo x Sentimentalismo

Se considerarmos o discurso manifesto como a verdade do inconsciente das cuidadoras entrevistadas, nossa análise será superficial e pouco elucidativa. Por isso, acreditamos que para sermos fiéis à metodologia proposta, devemos, nesse momento, considerar o discurso manifesto de nossos entrevistados, como a queixa inicial, o sintoma, e não como discurso de material latente, inconsciente, que é o que nos interessa.

Como queixa que aparece em todos os discursos dos entrevistados, temos a questão dos baixos salários e o excesso de trabalho. As cuidadoras têm um salário médio de 600 reais por mês, com turnos diários de 8 ou 12 horas. Além disso, contratadas para exercer o cargo de auxiliar de serviços gerais, a descrição real dessa função no abrigo poderia ser expressa por: lavar, passar, limpar, cozinhar, organizar, cuidar de crianças, educar, disciplinar (não em termos físicos), ensinar, tratar com afeto, medicar, acudir e acolher:

“[...] a gente já chegou a trabalhar aqui com 25, com 24 crianças, sozinha, pra você fazer toda a atividade [da casa] e ainda tem que ajudar a fazer todas as tarefas escolares, ou você faz uma função, e tem uma função, porque aqui você é serviços gerais né, o que fazemos é igual a casa da gente, só que é mais responsabilidade, sabe, você tem que ficar muito em cima dessas crianças.” (Elisabete)

“Igual mesmo esse final de semana que eu fiz quase 15 horas, né? Aí vim trabalhar, daí fui levar criança no médico, daí fiquei praticamente quatro noites fora de casa, daí eles começam a falar ‘oh mãe, você tá trabalhando demais’”. (Elisabete)

A atuação enquanto cuidadora não termina nas demandas da casa e do cuidado. Em algumas ocasiões, novos desafios surgem, como por exemplo, a época em que chegaram à casa um bebê com hidroencefalia e um bebê prematuro com sérios problemas de saúde. Questionamos se as funcionárias participaram de cursos de formação para atuação junto à criança abrigada, e a resposta foi negativa. Na realidade, a Prefeitura ofertou alguns cursos sobre cuidados infantis há cerca de cinco anos. As funcionárias, desse período para cá, não receberam nenhum tipo de treinamento ou instrução adicional além de “a criança é a prioridade, trate-a com carinho”.

“Aqui é uma escola de aprendizado, porque aqui você aprende, aqui você supera os seus limites.. porque eu jamais pensava que eu ia conseguir mexer com uma criança que tinha hidroencefalia. E tinha também os prematuros, a Poliana. e também um menino que foi embora, que a gente pegou bem pequenininho, a gente achou até que não ia vingar, porque foi tão pequenininho que eu achava que não tinha criança daquele tamanho.” (Elisabete)¹¹

Adicionada à multiplicidade de funções, a rotatividade de crianças no abrigo é alta:

“Geralmente em final de ano acho que a gente fez uma conta de umas 130 que passaram e ficaram mais tempo, fora aquelas que passam e ficam um dia, dois dias, uma semana, fora essas. Acho que eu já cuidei de umas 800 ou mais, aqui já teve muita criança.” (Regina)

Como fator de influência na questão do excesso de trabalho, observamos que, conforme afirma (JUSTO, 1997, p.79), “a todo instante a instituição se coloca para a criança como um local de passagem e de aguardo de oportunidades para alojar-se num lugar melhor – uma família”. Isso impede um olhar da criança voltado para os vínculos que possam ser estabelecidos na casa, para focá-los em possíveis retomadas de vínculos externos ou de novos vínculos. Por ser um local de passagem, a criança toma a família e não a instituição como seu ponto de referência e assentamento no mundo. A todo o tempo as crianças são lembradas que possuem uma família e que aquele momento ali é temporário, além de passar a impressão que o abrigo é o melhor lugar onde elas poderiam estar:

“O que mais me preocupa sabe, é assim... eles chegam aqui e a gente tenta dar do bom e do melhor pra eles. [...] A minha preocupação é quando volta com a família.” (Melina)

“Então dá dó porque você vê que a gente educa aqui, leva na escola, deixa no portão da escola, busca, leva pra passear, busca, depois vai pra mãe e vai pra rua de novo! Então a gente fica chateado com a situação que fica assim. Eu acho que então deveria ir pra um abrigo até completar 18 anos, porque aqui não fica, é até 13 anos, né?” (Aparecida)

¹¹ Os nomes das crianças utilizados no relatos também são nomes fictícios.

Percebemos também que essa concepção de que o abrigo é melhor que a família se dá devido à grande parte dos abrigamentos serem justificados pela situação de pobreza das famílias. O ECA afirma que nenhum abrigamento pode ser realizado devido a pobreza, devendo a família ser incluída em programas de assistência social e suas crianças permanecerem na casa. Porém, na prática, não é isso que acontece, e o abrigo é visto como o local capaz de fornecer o mínimo cuidado físico que as famílias não são capazes de ofertar, cuidado esse expresso por uma casa limpa, com quartos acolhedores, com banho todos os dias e uma boa alimentação.

Outro fator de influência na queixa de baixo salário e excesso de trabalho é o fato de que, durante o período da realização das entrevistas, três cuidadoras deixaram o abrigo. Uma delas foi chamada em um concurso público numa cidade próxima e as outras duas saíram devido ao cansaço do trabalho com as crianças. Por alguns meses, o abrigo funcionou com um déficit de duas funcionárias, pois somente uma foi contratada para substituir as três que saíram. O resultado foi que o turno da noite passou a operar com somente uma cuidadora na casa:

“Daí assim tem vez, eu não vou mentir não, vai dando o horário de vir trabalhar a minha cabeça já começa a doer. Sabe, porque eu fico colocando na cabeça ‘meu Deus, eu vou ficar sozinha trabalhando lá’. Aqui minha filha, não tem ninguém nessa rua pra te ajudar. Aqui é só você, as crianças, de repente você fecha as portas, ascende as luzes e daí é você e Deus com essas crianças até o outro dia.” (Elisabete)

O objetivo de ressaltar o excesso de trabalho das cuidadoras não reside unicamente na extensão desse fato. O que pretendemos analisar com essa exposição é a questão da oscilação inconsciente das cuidadoras entre amor e ódio, o que as leva, ora a uma submissão masoquista ao trabalho, ora a um sentimentalismo.

Vimos que uma das características fundamentais da relação mãe-bebê é a presença do ódio na mãe, e a sua impressionante capacidade de não expressar esse ódio da forma como o sente, mas de sublimá-lo em outras reações. No entanto, este ódio gera na mãe sentimento de culpa, que se expressa ou como submissão masoquista ou como sentimentalismo.

Winnicott (1939, p.100) afirma que,

um outro método importante para lidar com a agressão na realidade interna é o método masoquista, por meio do qual o indivíduo encontra o sofrimento e,

ao mesmo tempo, expressa agressividade, é punido e, assim, aliviado de sentimento de culpa, e desfruta de excitação e gratificação sexuais.

O que percebemos no comportamento das cuidadoras é que se submetem a uma rotina de trabalho exaustiva, com baixos salários, sem reconhecimento, justamente devido ao sentimento de culpa resultante do ódio dirigido às crianças que não são seus filhos, crianças que são mais uma vez rejeitadas. Estamos diante de uma sujeição masoquista, um sofrimento que se justifica pelo sentimento de culpa do ódio que sentem.

A oscilação entre amor e ódio fica evidente quando encontramos contradições no discurso abaixo:

“Eu falo que Deus me castigou e falou vai trabalhar num abrigo, numa creche, agora você vai cuidar de um monte de crianças porque você não quis ter muitos filhos...” (Luzia)

“E como essas crianças são tratadas pela senhora. Que tipo de tratamento a senhora dá as crianças do Lar?”

Olha eu procuro dar o melhor para eles entendeu? Como eu cuidei dos meus filhos, dos meus netos, eu procuro cuidar deles né, em primeiro lugar a saúde, né? E manter o carinho, um abraço, um beijo, você entendeu? Um passar de mão na cabeça, isso para eles já é muita coisa, é muito importante isso para eles.” (Entrevistadora e Luzia)

Essa agressividade, ou esse ódio inconsciente, faz parte da constituição de nós, seres humanos. Tal apontamento, aqui, não tem a intenção de condenar as atitudes das cuidadoras. Muito pelo contrário, acreditamos que somente com a interpretação de certas verdades inconscientes é que nos tornamos capazes de agir sem atuações, ou seja, de um agir consciente, e não marcado pela culpa.

A contrapartida do masoquismo, também resultado do sentimento de culpa, é o sentimentalismo. Winnicott (1939, p. 101) nos diz que,

por trás de todo jogo, trabalho e arte está o remorso inconsciente pelo dano causado na fantasia inconsciente, e um desejo inconsciente de começar a corrigir as coisas. O sentimentalismo contém uma negação inconsciente da destrutividade subjacente à construção.

Tal sentimentalismo pode ser observado no momento em que as cuidadoras são questionadas sobre como se sentem tratadas pelas crianças e como tratam as crianças que

cuidam. Grande parte das respostas é a afirmativa de que sentem muito bem tratadas pelas crianças, que elas paparicam as tias, chamam de “minha princesa”, “você é linda” etc.

“A Angela me disse isso: ‘Tia, você é princesa, você é a flor do meu jardim’. Ela faz aquelas cartinhas, você é linda, então isso sabe... revigora.” (Elisabete)

“E como é que você se sente tratada pelas crianças?”

Ai, eles me tratam bem. Eu chego no portão vem todo mundo em volta ‘tia tia tia...’. A hora que eu vou embora é a mesma coisa ‘tia, você vai voltar amanhã’?

Eu falava pra eles “só um dia, quem sabe”, eu falava pra eles. E eles ‘amanhã você volta né tia?’. Risos.”(Regina).

Junto com o sentimentalismo de se sentirem amadas e queridas no trabalho que realizam, no segundo trecho acima, podemos considerar que a cuidadora Regina, ao brincar respondendo “só um dia, quem sabe” diante da inquietação da criança se aquele vínculo permanecerá, provavelmente expresse o desejo de não voltar ao trabalho, de mais uma vez abandonar. Entendemos que a expressão desse desejo se dê devido a uma série de motivos, dos quais podemos pontuar a rejeição inicial da criança à figura substitutiva da mãe, o desgaste do trabalho de cuidar de crianças que não as reconhece, o baixo salário etc.

Consideramos, portanto, como negativa tal expressão inconsciente de ódio, uma vez que

o sentimentalismo não tem utilidade para os pais, pois consiste numa negação do ódio, e do ponto de vista do bebê o sentimentalismo na mãe é muito prejudicial. Não creio que uma criança humana ao desenvolver-se seja capaz de tolerar toda a extensão de seu ódio num ambiente sentimental. Ela precisa de ódio para poder odiar (WINNICOTT, 1947, p. 287)

Afinal, recorreremos mais uma vez à Winnicott (1939), ao afirmar que um dos objetivos na construção da personalidade é tornar o indivíduo cada vez mais capaz de drenar o instintual. Para isso, é necessário um crescente reconhecimento da própria crueldade, que só então pode ser dominada e convertida em atividade sublimatória.

5.2.2.2 A criança obedece

Com os muitos estudos na área infantil, a compreensão que se tem a respeito da criança é de que as mesmas mordem, dão pontapés, puxam os cabelos das mães, ou seja, expressam seus impulsos agressivos ou destrutivos (WINNICOTT, 1939).

Para Winnicott (1939), a agressão tem dois significados: por um lado constitui uma reação direta ou indireta à frustração; por outro, é uma das muitas formas de energia de um indivíduo. Mas, de qualquer forma, a agressividade existe e se manifesta.

Às vezes manifesta-se plenamente e precisa de alguém para enfrentá-la e que impeça os seus danos. Outras vezes, é expressa na própria criança, nos seus sonhos, e também na agressão dirigida contra aquilo que, no ambiente da criança, é merecedor de destruição.

Tais expressões são consideradas por Winnicott como indicadoras de um desenvolvimento sadio da agressão. Com o passar do tempo, a criança vai aprendendo a lidar com sua agressividade, liberando-a em momentos propícios à mesma.

No entanto, temos a afirmação de Winnicott (1939, p. 108) de que “cuidando de crianças, observamos que elas tendem a amar aquilo que machucam. Machucar faz parte da vida da criança [...]”. Para o autor, a agressão concreta é uma realização positiva da criança, pois antes de se estabelecer o desenvolvimento sadio dessa agressão, a tendência da criança é fantasiar o seu ódio, destruindo magicamente aquilo que lhe causa desprazer. Quando essa agressão é manifesta de forma concreta, a mesma adquire um valor positivo e o ódio converte-se num sinal de civilização.

Essa compreensão das raízes da agressão nos remete às entrevistas realizadas nas quais foi observado que os discursos das cuidadoras afirmam que as crianças do abrigo são bem pouco indisciplinadas, que obedecem com facilidade (quando não há o discurso de que não há desobediência) e tudo se trata de uma questão de se adaptar à rotina da casa.

“Mas nunca aconteceu assim de criança que não obedeceu [...]” (Aparecida)

“[...] as crianças você fala “fica ali”, eles ficam. Se você diz pra ficar quietinho assistindo televisão, ele fica. Depois de uns 10 minutos você fala que já pode sair. Que nem hoje, eles levantaram, hoje e ontem, esses novatos, porque não estão acostumados com a regra da casa, é oito, oito e pouquinho que vai levantar. Cheguei 6h30 já tava todo mundo na cozinha. Eu só

falei “vocês vão voltar a dormir porque agora não vão levantar”. Eles voltaram a dormir, entendeu? Então não sei o que dizer, eles me obedeceram.” (Aparecida)

Se tomarmos como verdadeiro o discurso de que as crianças obedecem, poderíamos afirmar que tal constatação indica um desenvolvimento ruim de suas raízes agressivas, uma vez que a expressão da agressividade é sinal de saúde psíquica e necessidade da personalidade em desenvolvimento da criança. Se não está se dirigindo para o ambiente externo, provavelmente essa agressividade tem se dirigido para o interno da criança, fator extremamente preocupante.

A grande maioria das crianças recebe cuidados suficientes, nas primeiras fases, para que se realize um determinado grau de integração na personalidade, e o perigo de uma irrupção maciça de destrutividade inteiramente vazia de sentido torna-se improvável. A título de prevenção, o mais importante é reconhecermos o papel desempenhado pelos pais na facilitação dos processos de maturação de cada criança [...] (Winnicott, 1939, p 109).

Quando as crianças não obedecem ao comando das cuidadoras, as mesmas atribuem tal negação a não adaptação das crianças às normas do abrigo, adaptação essa que é conquistada à medida que a criança vai permanecendo na casa. Nesses casos, em relação a forma como as crianças são corrigidas, as cuidadoras são proibidas de disciplinar fisicamente. Por serem crianças judicialmente protegidas e em risco social, a forma de acolhimento não pode passar por nenhum tipo de violência.

“[...] porque nós não podemos fazer outra coisa, porque se é um filho a mãe bate, nós ponhamos olhando para a parede.” (Luzia)

Bettelheim (1988, p. 85) coloca que o tratar com amor a criança é muito mais eficaz que a imposição de disciplina por qualquer outro método. Segundo ele, “a combinação de ensinamento, exemplo e amor mútuo é muito potente para nos impedir de agir contrariamente aos valores desse indivíduo. Seguindo essa linha de pensamento, o método mais confiável de instilar em nossos filhos valores desejáveis e a autodisciplina que os sustente deveria ser óbvio”.

Com isso, o autor afirma que o amor passado pelos pais, o próprio exemplo e atitudes deles, são responsáveis pela construção de um caráter disciplinado na criança. De forma

alguma a disciplina deve ser inculcada em alguém à força, pois o melhor modo de nos tornarmos disciplinados é pela “emulação de alguém cujo exemplo admiramos” (BETTELHEIM, 1988, p.85).

O abrigo conta com diferentes exemplos que possam ser admirados pelas crianças. Por cada cuidadora agir segundo seu modo de ver o mundo e de entender a educação de crianças, a multiplicidade de exemplos pode até confundir os pequenos, como muitas vezes direcionando para diferentes caminhos.

Bettelheim (1988, p. 87) ainda acrescenta que,

a aquisição de autodisciplina é um processo contínuo, mas lento, de muitos passos pequenos e muitas recaídas, um processo tão prolongado que, retrospectivamente, pode parecer ter sido insignificante, como que “natural”, e bastante indolor. Tendo esquecido o que realmente foi esse processo, os pais tendem a ficar impacientes quando seus filhos têm dificuldades em atravessá-lo.

O que se observou no abrigo é que, devido à falta de tempo para o cuidado com a criança e a necessidade excessiva de dar conta do serviço de limpeza da casa, o momento de disciplinar, educar e corrigir as crianças é feito, na maioria das vezes, de forma impaciente. O corrigir se dá mediante gritos e algumas vezes conversas ameaçadoras. Dois exemplos de correção seguem abaixo:

“Daí você pega pela mãozinha ou no braquinho, traz perto de você, senta ali, conversa com a criança, e ela acaba te obedecendo. Ou você coloca ele sentadinho perto de onde você está, porque aqui a gente nunca fica separado. Igual o D., ontem eu tive que levar ele pra lavanderia junto comigo, porque ele estava judiando do próprio irmãozinho dele, então é maldade o que ele faz, né.” (Melina)

“Igual ela mentindo pra mim e eu falei “olha, Deus não gosta, quem mente quando é a noite Deus vem e puxa a cobertura, pega no pé”. Daí ela falou assim: “Nada, meu pai fazia isso e nada nunca aconteceu”. Então, você vê, é difícil, acho que vai ser devagarzinho que eles vão pegar o jeito. Nada muito corrido, tem que ser bem lento.” (Melina)

São raros os momentos em que as cuidadoras de fato disponibilizam tempo para estarem e participarem do universo das crianças. Melina relata que às vezes durante seu turno

da noite, ela senta e brinca com as crianças, o que para ela é muito importante, pois estabelece laços de cuidado e atenção com as crianças.

“Porque eu brinco, eu sento no chão, principalmente quando to a noite. Eu pego doce pra dar pra eles e quando vê eu to comendo junto. O que eles pedem eu to ali fazendo, dando, porque você sabe que criança pega tudo, se mela todo, se suja, e quando eu vejo eu estou ali com eles sentado no chão.” (Melina)

Segundo Winnicott (1975) o brincar é essencial, porque é através dele que se manifesta a criatividade:

É no brincar, e somente no brincar, que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral: e é somente sendo criativo que o indivíduo descobre o seu (*self*) (WINNICOTT, 1975, p.80).

Para o autor, o brincar tem uma topologia e uma temporalidade pois ocupa um espaço que não fica dentro e nem fora da subjetividade, fica na fronteira. O brincar não está no espaço repudiado pelo bebê que constitui o *não-eu*, nem está inteiramente dentro de sua subjetividade e corpo. Segundo o autor, este espaço de brincar é o espaço potencial e é de início pensado como um espaço que se forma entre a mãe e o bebê.

A essa noção de espaço potencial, Winnicott (1975) aplica à sessão de análise. O brincar é universal, saudável e de todo desejável, inclusive na sessão de análise. O brincar facilita a comunicação consigo e com os outros, propiciando experiências inéditas de desintegração e integração do paciente.

Desse modo, no espaço potencial da brincadeira, a criança pode mobilizar todos os recursos disponíveis em sua personalidade. A criação não pode ser feita apenas com disciplina; ela se manifesta em um espaço propriamente criativo. A grande obra de criação que nos referimos, seguindo o pensamento de Winnicott, é o próprio eu — ou *self*. Trata-se de um trabalho que se realiza quando se permite um conjunto de brincadeiras, de contrastes, de associações de partes que antes estavam dissociadas. O eu é, ao mesmo tempo, descoberto e construído — esse trabalho só pode se dar plenamente no ambiente da brincadeira. Quando o ambiente não é o da brincadeira no sentido que Winnicott está propondo, a criança não pode mobilizar seu eu integral. No ambiente criativo e experimental da brincadeira é que é possível a manifestação de todas as partes do eu, não apenas da criança, mas do cuidador

também. A verdadeira comunicação se dá neste ambiente de brincadeira, uma comunicação profunda sem ser direta.

Assim, fica evidente que esses momentos de brincadeira precisariam ser mais recorrentes entre as crianças e as cuidadoras, entretanto, não é isso que se observou na rotina da casa e nos discursos. O brincar com a criança possibilita a ela um espaço potencial de criação onde ela é capaz de expressar as angústias que ocupam seu mundo interior.

Às vezes, por não possuírem tempo disponível para as crianças e pela necessidade de se sentirem amadas pelas mesmas, observamos que alguns desejos das crianças são satisfeitos, como uma troca de favores entre crianças e cuidadoras: “você gosta de mim e eu te dou o que você quer”. Tal troca simboliza a necessidade da criança de ser atendida em suas necessidades emocionais e também a necessidade da cuidadora em ser atendida na sua satisfação emocional e reconhecimento no trabalho desempenhado, o que não deixa de ser uma atitude educativa desfavorável à criança.

Nossa, assim, porque quando eu chego vai tudo correndo, eu fico rodeada de crianças. Daí eles falam “nossa a gente gosta tanto da tia Melina”, “Mas porque que você gosta?” “Ah, porque ela dá tudo que a gente quer comer”. Porque eu não sei sabe, a criança gosta de uma bala e de uma bolacha. Se eles querem uma banana, eu vou lá e dou uma banana. O que está aqui é deles, e eu deixo comer o que eles querem comer. Acho que é isso daí que eles gostam de mim.” (Melina)

Winnicott (1962b) afirma que prover para a criança, significa proporcionar um ambiente que seja facilitador da saúde mental e do desenvolvimento emocional, entendendo que saúde é maturidade, ou seja, maturidade de acordo com a idade do indivíduo. Para podermos proporcionar este ambiente bom, não significa que todos os desejos da criança tenham que ser satisfeitos, pois é possível que ao satisfazer um impulso da criança, podemos estar violando sua função de ego.

5.2.2.3 Provisão Emocional

Não podemos nos esquecer de algo fundamental na forma como se estrutura as relações no abrigo e que possivelmente determinam o posicionamento psíquico das cuidadoras diante das crianças. Referimo-nos ao fato de elas serem chamadas de “tia”. Ao ser

“tia” e não “mãe”, podemos questionar se estas cuidadoras estão sendo capazes de identificarem-se com as crianças a ponto de compreenderem suas necessidades não só físicas, mas também emocionais. Entendemos que ao serem “tias”, estabelece-se aí um distanciamento que não permite a formação de vínculos fortes o bastante para que elas sejam capazes de “segurar” as crianças abrigadas (WINNICOTT, 2006).

Por “segurar”, entendemos a capacidade de amparar, conter, tranquilizar, conservar, de garantir a criança tudo que ela precisa na complexidade do seu mundo. Estamos aqui chamando a atenção, não para o cuidado físico contido no termo “segurar”, mas para os aspectos não físicos desse cuidar.

Uma consequência dessa forma individualizada de agir com as crianças é que, por não haverem instruções e padrões de cuidado estabelecidos para as funcionárias, cada uma delas age segundo sua própria maneira. O que é certo ou errado varia conforme a vivência de cada uma das cuidadoras.

Isso se manifesta também não só no momento em que serão corrigidas, mas na forma como se dá o cuidado físico das crianças. Melina não costuma ler historinhas com as crianças antes de dormir, mas Elisabete o faz. Cada “tia” age de uma maneira “com seus sobrinhos”. Não há continuidade no trabalho realizado com as crianças, somente no trabalho realizado com a casa.

Pudemos observar também que tanto os serviços com a casa, quanto os cuidados com as crianças, estão debaixo de uma mesma concepção de demanda de trabalho. Segundo Melina, para trabalhar no abrigo, é preciso ter “pique”.

“Eu falo que aqui você tem que ter pique Laíssa.” (Melina)

Por ter “pique”, entendemos que ao executar muitas funções ao mesmo tempo, a funcionária acaba por não refletir a respeito de sua prática no abrigo. Isso significa que os serviços da casa são feitos de maneira automática, e nisso incluímos o cuidado dispensado às crianças.

“Não fico com eles no colo, porque não dá tempo, é muito corrido. Mas assim, eu to lavando roupa eu venho aqui, brinco com um, brinco com o outro, fico um pouquinho e já volto.” (Melina)

Quando nos referimos a crianças psicologicamente fragilizadas, seja pela própria situação de abrigo, ou pelo contexto de violência que resultou em sua saída do ambiente familiar, devemos nos preocupar com a existência de profissionais que sejam capazes de não só cuidar dessas crianças, mas de acolhê-las em suas necessidades emocionais, disponibilizando espaço psíquico para as mesmas. Ao dizer que é preciso “ter pique”, entendemos que a correria do trabalho ocupa este espaço que poderia vir a ser o de acolhimento das necessidades das crianças. Além disso, o número reduzido de cuidadoras por turno denuncia a indisponibilidade desse acolhimento, uma vez que as próprias cuidadoras, ao reclamarem da sobrecarga de trabalho, não se sentem acolhidas em suas necessidades emocionais.

A ênfase do trabalho e do cuidado observado está no cuidado físico da criança, fato esse que pode ser observado no seguinte trecho:

“O que mais me preocupa sabe, é assim... eles chegam aqui e a gente tenta dar do bom e do melhor pra eles. A gente cuida pra não se machucar, deixar limpinho, arrumadinho, dar de comer, não deixar faltar nada.” (Melina)

Uma possibilidade de surgimento desse espaço de acolhimento pelas cuidadoras se daria mediante uma reorganização do quadro de funcionários, adicionando profissionais na equipe que se dedicassem exclusivamente às crianças.

Não é só chegar aqui lavar, passar, cozinhar, medicar, porque aqui você é professora, você é zeladora, você é enfermeira, você é educadora, então você não sabe a função que você exerce por ser serviços gerais.

Além disso, é essencial que haja um programa de capacitação ao atendimento e cuidado com as crianças uma vez que, o que se observou, é que as cuidadoras não recebem instruções ou treinamentos para lidarem com as adversidades e com o desafio de acolherem filhos que não são seus, além de não possuírem nenhuma experiência anterior na área.

Melina, por exemplo, antes de ser cuidadora de abrigo trabalhava como açougueira, cortando carne. Elisabete entregava panfletos na rua e já foi diarista. Regina trabalhava na roça. Não há relação alguma entre as funções e o trabalho de cuidado com crianças vítimas de violência, e por não terem sido capacitadas a cuidar de crianças, tratam-nas como se tratassem de seus próprios filhos.

A educação concebida às crianças é baseada nas vivências pessoais de cuidado. Winnicott (2006) afirma que a mãe é capaz de reconhecer as necessidades de seu bebê por já ter sido um bebê um dia, e possuir em seu psiquismo memórias que nunca são esquecidas. “Ela pode ter aprendido muito a partir do fato de já ter sido criança, e também a partir da observação de outros pais com seus filhos” (Winnicott, 2006, p.52). Podemos observar que tanto Melina, quanto Elisabete, utilizam desses conhecimentos aprendidos em seus ambientes familiares para corrigir as crianças do abrigo quando elas não obedecem ou fazem algo que foge as regras:

“Eu acho que pra você educar as crianças, eu sou mais do tempo antigo, que nem meu pai fazia. Eu nunca levei um tapa do meu pai. Educar você educa conversando com a criança e não espancando ou batendo, beliscando. Se você conversar com a criança ela vai ficar atenta a você, olhando ela, ela vai se educar. Se você dá pancada, isso não vai educar a criança, vai deixar a criança safada. Meu pai num bateu em mim e nem no meu irmão...” (Melina)

“[...]sempre tive uma vida assim... nunca bati nos meus filhos, eu corrijo eles, eu falo pra eles que eles tem que ter responsabilidade do que é certo e do que é errado.” (Elisabete)

A provisão emocional para a criança fica comprometida diante dessa organização das atividades do abrigo, e também diante da ausência de treinamentos específicos para o enfrentamento da realidade das crianças ali encontradas.

Bowlby (1981) sugere que há a necessidade de se dividirem as crianças em pequenos grupos familiares, ficando cada grupo sob a responsabilidade de uma figura materna (a mãe da casa) e uma figura paterna (o pai da casa). Esses grupos deveriam ter uma média de 8 a 10 crianças. Já Winnicott (1943-44) afirma que um alojamento¹², para funcionar bem, deve ser pequeno (12 a 18 crianças) e todo o seu bom funcionamento vai depender da figura do supervisor, que segundo ele, deve ser um homem casado que atue juntamente com sua esposa. Ambos devem ser fortes o suficiente para demonstrarem um amor profundo pelas crianças, sem espaço para o sentimentalismo.

Somado a essa estrutura, é necessário que o judiciário acompanhe de perto o funcionamento do abrigo:

¹² Lembremos que Winnicott lidou com crianças evacuadas no período da Segunda Guerra Mundial, por isso o termo alojamento, a partir do qual fazemos uma analogia ao que hoje são chamados abrigos.

O supervisor e todo o pessoal dever ser pessoalmente visitados e são essenciais as conversas informais a respeito das crianças [...] A escolha do cozinheiro e do jardineiro só perde em importância para a do supervisor e, de fato, cada membro do pessoal, incluindo a faxineira, ou é uma grande ajuda ou um grande estorvo (WINNICOTT, 1943-44, p. 189).

A estrutura do abrigo pesquisado em nada se assemelha com aquela considerada pelos psicanalistas. O que encontramos são funcionárias sem preparo, cuidando de crianças com atitudes de sentimentalismo, com a ausência de figuras de referência que possam ser mães ou pais substitutos. Temos “tias”, mas não mães.

Porquanto, fica claro que a provisão emocional para as crianças abrigadas vítimas de violência está comprometida. Consideramos, assim, que “o que atualmente se precisa é de uma ponte entre o moderno conhecimento psicanalítico [...], e o procedimento e a prática de um tribunal criminal ordinário” (WINNICOTT, 1943-44, p. 186), ou seja, é preciso que psicanálise e legislação se intercalem para que sejam efetuadas melhorias tanto nas estruturas dos abrigos quanto na forma como se entende os cuidados às crianças vítimas de violência.

5.2.2.4 Enfrentando a tendência anti-social

Como última categoria de análise das entrevistas como um todo, um acontecimento atípico durante a fase de observação, percorreu o discurso de todos os entrevistados. O fato é que uma das crianças abrigadas foi capaz de desorganizar emocionalmente todas as cuidadoras da casa e também a direção do abrigo.

Em linhas gerais, pois já relatamos anteriormente alguns detalhes do dia em que essa criança quebrou vidros da casa e fez algumas ameaças às cuidadoras e às demais crianças, o que aconteceu foi que um garoto de sete anos, por alguns dias, agiu de forma desajustada.

Para Winnicott (1955, p. 221), desajustamento significa que, em algum momento precoce, o ambiente não foi capaz de suprir as necessidades da criança, que se vê obrigada a assumir o trabalho de cobertura, perdendo sua identidade pessoal, ou pressionar a sociedade para que outra pessoa dê a cobertura necessária ao seu psiquismo, em busca de um recomeço de integração pessoal. “A criança anti-social tem duas alternativas: aniquilar o verdadeiro eu ou sacudir a sociedade até que ela forneça cobertura”.

O que esse garoto fez foi justamente sacudir a sociedade. Já fazia cerca de três semanas que ele estava abrigado quando começou a denunciar que o ambiente de abrigamento

não estava dando-lhe a cobertura necessária para que não perdesse a sua identidade. Bowlby (1981, p. 158) fala que,

cada criança, de acordo com seu grau de desconfiança e de desesperança com relação à perda de seu próprio lar [...] testa a equipe da casa o tempo todo, tal como testaria seus próprios pais. [...] Um ponto importante sobre essa testagem é que ela nunca tem um fim. Sempre tem alguém aborrecendo. Com frequência, alguém da equipe dirá: “Tudo estaria tão bem se não fosse o Tommy...”, mas, na realidade, os outros só podem estar “bem” porque o Tommy está causando algum transtorno e está lhes provando que o lar pode agüentar o seu desafio [...].

Em uma das noites, esse garoto agrediu a cuidadora que estava sozinha no seu turno, queria pegar uma faca para matar as crianças, falou uma porção de palavrões, e deixou a cuidadora tão apavorada, que ela chegou até mesmo a fazer xixi nas calças.

“Eu falei ‘o que vocês estão passando todos aqui com ele, eu passei sozinha!’. Em 4, 5, mais de 10 pessoas aqui e o Conselho ele ainda estava aprontando, isso aí eu passei sozinha. Então eu me senti um pano de chão aquele dia. Eu senti que agora realmente segurança eu não tenho. Sabe... eu me senti muito triste, e eu fico pensando... aquele dia eu me senti Daniel na cova dos leões sabe... Igual eu falei pra minha patroa mesmo, eu me senti Daniel na cova dos leões. E ela ‘mas o que significa isso?’. Eu falei, o Daniel tia Luzia, ele estava sozinho na cova, como eu estava aqui sozinha com essas crianças.” (Elisabete)

Infelizmente, a atitude tomada pelo abrigo no dia seguinte a esse acontecimento foi chamar o Conselho Tutelar, que optou pelo retorno do garoto à família, juntamente com seus dois irmãos que também estavam abrigados. A família ainda não havia passado por nenhum processo de reestruturação.

Na ocasião desse acontecimento, quando fomos informalmente conversar com as cuidadoras e também com a diretora da instituição, todas disseram que estavam considerando seriamente a possibilidade de pedir demissão.

O que entendemos desse acontecimento é que o ambiente foi incapaz de enfrentar a manifestação de esperança dessa criança em ser amada e provida em suas necessidades emocionais. Os seus atos de delinquência podem ser interpretados como um pedido de ajuda, e não como uma expressão feroz de devoramento associada à figura de um leão.

Winnicott (1950) assegura que a criança, quando adotada, depois de certo tempo, passa a tornar os pais o alvo do seu ódio. Os pais, nesse momento, devem ser capazes de absorver a raiva que essa criança está começando a ser capaz de exprimir e de sentir que ela está associada ao fracasso no próprio lar.

Já apontamos que a o ódio nas relações é fundamentalmente necessário, pois faz parte da constituição do nosso psiquismo. Em outro momento, Winnicott (1947, p. 283) mais uma vez afirma:

Ocorre que após algum tempo a criança assim adotada readquire a esperança, e passa a testar o ambiente por ela encontrado a fim de reunir provas de que os que dela cuidam são capazes de odiar objetivamente. Ao que parece, a criança poderá acreditar que é amada somente depois que conseguir sentir-se odiada.

Entendemos, portanto, que a forma de enfrentamento eleita pelo abrigo (retorno precoce da criança ao lar), denuncia, em primeiro lugar, a sua incompreensão das manifestações da delinquência como parte da tendência antissocial, sintoma característico de um ambiente de cuidados que não são suficientemente bons. Essa incompreensão é, em nossa opinião, resultante da ausência de treinamento e acompanhamento das cuidadoras, tão fundamental para a melhoria dos cuidados. Em segundo lugar, denuncia também, mais uma vez, a indisponibilidade psíquica de acolhimento das cuidadoras que, diante de uma situação atípica e conflituosa, manifestam seu abandono através da recusa em permanecer no cargo.

De modo geral, com as entrevistas realizadas, ficou evidente a capacidade do abrigo de cuidar das crianças quando nos referimos ao aspecto físico do cuidado. No entanto, quando refletimos a respeito do ambiente suficientemente bom de cuidado, incluímos nessa concepção não só um cuidado físico, mas uma disponibilidade emocional como a de uma mãe que se identifica com seu bebê. Essa disponibilidade de acolhimento é ainda algo a ser incluído na forma de cuidar dos funcionários do abrigo, mediante uma redistribuição de tarefas e inclusão de novos profissionais que atendam as demandas de acolhimento de um abrigo.

5.2.3 Alguns outros apontamentos

Não comum a todas as entrevistas realizadas, alguns apontamentos podem ser feitos a fim de não desconsiderarmos parte da riqueza dos discursos individualizados. Apesar da utilização da entrevista semi-dirigida, com o intuito de que esse momento não fosse utilizado para que as cuidadoras falassem de si mesmas, duas das entrevistas (Melina e Elisabete), apresentam contornos emocionais distintos das demais cuidadoras.

O que observamos foi que ambas denunciam não só o cansaço físico, mas também o cansaço emocional. Elisabete chorou em alguns momentos do seu discurso pois sente-se sozinha e abandonada ao trabalhar no turno da noite, sem auxílio de ninguém, com mais de quinze crianças na casa. Sem contar que o abrigo está numa localização não muito privilegiada: fica num bairro afastado do centro da cidade, não muito seguro. O abrigo não conta com nenhum recurso de segurança, como vigia ou alarme monitorado.

“Mas tem hora que eu já venho trabalhar e já venho orando e já chego no portão da minha casa e falo ‘meu Deus, acampa um anjo do Senhor naquele portão, meu Deus toca naquelas crianças, que eles tenham uma noite de paz, sabe, pra...’ (chorando)... não agüento mais... eu eu falo assim ‘Senhor, não deixa nem passar pela cabeça de alguém chegar naquele portão pra fazer alguma coisa comigo ou com aquelas crianças’, porque só tem eu e um telefone, você entendeu?” (Elisabete)

Já Melina sofre de um problema sério de coluna que a tem levado a dormir no chão, visto que seu colchão é uma espuma velha que faz um buraco quando ela deita, piorando ainda mais seu estado de saúde. Ela chegou a ficar de cama por uma semana, sem poder levantar porque tem uma hérnia de disco que precisa ser operada. Além da moléstia física, ela trabalha no abrigo com um sentimento de dó em relação às crianças:

“Ah, o meu sentimento por elas? Eu tenho pena delas, sabe... eu tenho dó, porque esse carinho que a gente tá dando aqui, não era nós que deveríamos estar dando, mas os pais, porque eu trato as minhas filhas com tanto amor. Eu acho que cada pai deveria tratar seus filhos com amor.” (Melina)

Melina expressa o sentimentalismo que anteriormente mencionamos como prejudicial, pois não indica uma atitude profunda de amor, mas uma atitude de pena, compaixão pela criança.

Entendemos que ao não serem assistidas em suas necessidades emocionais, as cuidadoras também tornam-se incapazes de atender a demanda emocional das crianças, o que, às vezes, as conduzem ao abandono do trabalho, caindo mais uma vez na questão da rotatividade, agora não das crianças, mas das cuidadoras:

“E as crianças são as que sofrem mais porque troca de tia, você entendeu? Se o ambiente não está bom, as tias também não vão estar. Porque às vezes a gente acaba descontando em cima de crianças...” (Elisabete)

Desse modo, acreditamos que seria aconselhável que houvesse a possibilidade das cuidadoras serem atendidas psicologicamente, como sugere Elisabete:

“Porque aqui a nossa preocupação mais é com as crianças, mas os funcionários também precisa de ter um acompanhamento de psicóloga...” (Elisabete)

Para Bowlby (1981, p. 147),

reconhece-se, atualmente, que as pessoas que fazem o papel de mãe nestes lares precisam de treinamento e que o seu trabalho deveria ser considerado em termos profissionais. [...] Discussões regulares a respeito das crianças que estão sob seus cuidados deveriam constituir uma parte importante do trabalho, e elas deveriam ser encorajadas a discutir seus problemas com os consultores psiquiátricos, que é claro, também deverão ser treinados para este trabalho.

Portanto, duas questões relevantes podem ser consideradas a partir desses apontamentos: a primeira refere-se às questões de segurança física do abrigo, porque entendemos que é urgente a necessidade de algo além de um telefone para a segurança de uma casa com crianças judicialmente “protegidas”; e a segunda refere-se ao atendimento psicológico das cuidadoras, para que possam disponibilizar-se psiquicamente para as crianças, atendimento esse associado também ao treinamento específico para a função de cuidados infantis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“De pouco vale engrossar o coro das vozes que condenam a situação existente se não se prevêem soluções de cuja aplicabilidade se possa cogitar, a mais curto ou longo prazo, em condições especificadas.” (Aparecida Joly Gouveia, 1997).

Consideramos importante ressaltar, nesse momento, aquilo que dos objetivos propostos pôde de fato ser alcançado e analisado, questionando se a metodologia proposta foi capaz de atender a demanda de estudo.

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o cuidado dispensado às crianças de um abrigo, a fim de compreender a capacidade do ambiente em suprir as necessidades da criança em risco social devido à violência.

Realizamos um percurso histórico sobre o abrigamento no Brasil, pensando nas características dos cuidados institucionais oferecidos, marcados, em sua maioria, pelo caráter filantrópico e assistencialista. A caridade religiosa imprimiu seu modo de pensar à criança e fez das casas abrigo um lugar de reprodução de sua visão de homem e de mundo.

Todavia, mudanças posteriores na legislação brasileira, ressaltando aqui a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, reorganizaram e dinamizaram a forma de entender e atender a criança e o adolescente, atribuindo-lhes o caráter de cidadãos de direitos.

A violência contra a criança também teve de ser explorada teoricamente, pois explica a situação de vulnerabilidade psíquica com a qual a criança chega ao abrigo. Situação essa que exige cuidados especializados e uma estrutura de acolhimento que vai além do acolhimento físico institucional, mas perpassa questões mais delicadas de disponibilidade psíquica daqueles que assumem a necessidade de cuidado.

Ao observar a rotina da casa e o quadro de recursos humanos do abrigo, ficou claro o quanto ainda há de ser melhorado para que o ambiente de abrigamento deixe de ser uma casa de passagem, que dispensa um cuidado com as questões físicas de higiene, hospedagem e alimentação, para que se torne um local de acolhimento de traumas emocionais, problemas de aprendizagem e de estabelecimento de vínculos que possibilitem a maturação emocional.

Uma citação de Justo (1997) reflete, de forma clara, aquilo que podemos observar no espaço de abrigamento:

É necessário assinalar também que o espaço institucional, da maneira como é edificado, não oferece à criança um porto seguro onde possa permanecer ou, até mesmo, refugiar-se para se proteger. Nele a criança não encontra um abrigo invulnerável, uma sólida trincheira onde possa sentir-se amparada incondicionalmente. Ao contrário, tanto o espaço físico dessas instituições como o “espaço psicológico” construídos no seu interior, não trazem delimitações claras e precisas entre o “interior” e o “exterior” impossibilitando a existência de recantos pessoais mínimos e sua tomada como lugar da intimidade (JUSTO, 1997, p.84).

Quanto ao cuidar das crianças, ficou claro que o excesso de atribuições do trabalho interfere significativamente na qualidade do tempo gasto exclusivamente com as crianças. Por serem “auxiliares de serviços gerais”, as cuidadoras passam o tempo se revezando na tarefa de serem “mães” e empregadas domésticas.

Percebemos que a capacitação dos profissionais que atendem as crianças é algo emergencial no abrigo pesquisado, para que a forma como as crianças são cuidadas não seja segundo a compreensão e histórico familiar de cada cuidadora, mas que esteja de acordo com as premissas legais e possa atender as crianças de maneira mais acolhedora e psiquicamente saudável.

Silva e Aquino (2005) afirmam que os estudos realizados a respeito de atendimentos massificados a crianças e adolescentes em instituições de abrigo, revelam que os custos pessoais dessa situação são geralmente a carência afetiva, a dificuldade de estabelecimento de vínculos, a baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e até mesmo pouca familiaridade com rotinas familiares, o que pode deixar marcas irreversíveis na vida das crianças.

Para que isso não ocorra, as entidades devem se aproximar o máximo possível de um ambiente familiar, sem manter faixas externas que a identifiquem como abrigo e possuir uma estrutura que aparente uma residência comum. Quanto a esses aspectos, constatamos que o abrigo em questão é bastante parecido com uma casa familiar e ainda, no discurso e atitude dos funcionários, é visível o esforço em proporcionar às crianças uma rotina familiar.

Além disso, segundo Silva e Aquino (2005), o atendimento em pequenos grupos é essencial para que possa-se olhar para as crianças de uma maneira individualizada, considerando as especificidades de suas histórias de vida. Quanto a esse aspecto, em parte podemos considerar como ponto positivo do abrigo, uma vez que o mesmo não possui capacidade e não atende mais que 25 a 27 crianças; e em partes como ponto negativo, questionando a capacidade de atendimento individualizado quando há um déficit de profissionais disponíveis para o atendimento exclusivo aos abrigados.

Vimos que, apesar das muitas falhas no ambiente e a sua necessidade de readequação à legislação vigente, as crianças abrigadas ainda recebem experiências boas, mesmo que escassas, como por exemplo, uma rotina muito parecida com a familiar, o que contribui para sua organização psíquica e emocional; e também cuidados físicos suficientes para uma organização pessoal e corporal.

Entretanto, nos questionamos, inicialmente, se o ambiente de abrigo pode ser suficientemente bom para o desenvolvimento saudável da criança. Observamos que algumas das características desse abrigo podem ser consideradas parcialmente suficientes para a criança. Porém, é evidente que qualquer lugar além do seio da família, ainda que seja uma família má (como vimos em Bowlby, 1981), não será completamente suficiente para a criança vítima de violência.

Uma criança vítima de privação está doente, e será simplismo imaginar que um reajustamento ambiental provocará uma reviravolta na criança, que deixará de ser doente para ser saudável. Na melhor das hipóteses, a criança que poderá se beneficiar com o simples provimento de um ambiente começará a melhorar e, quando passar de doente a menos doente tornar-se-á cada vez mais capaz de enfurecer-se com as privações passadas (WINNICOTT, 1950, p. 198).

Abandonando a ilusão de que o abrigo poderá ser suficiente, contentar-nos-emos com a possibilidade de que um ambiente com boas características pode, pelo menos, amenizar a “doença” da criança que sofreu privações, seja pela violência, ou por outros motivos.

Foi pensando nisso que resolvemos formular algumas sugestões ao abrigo que poderiam redimensionar, de forma bastante simples, o cuidado com as crianças. As duas primeiras já foram feitas na análise das entrevistas quanto à segurança do abrigo e a necessidade de acolhimento psicológico das cuidadoras. Elas foram apresentadas na análise, porque diferentemente das que se seguem, as propostas anteriores envolvem um investimento financeiro que foge da alçada do abrigo. Já as demais serão discutidas a seguir.

6. 1 Sugestões ao abrigo

Já não cabe mais nos delongarmos em exposições teóricas, o que já muito foi feito no decorrer do trabalho. Gostaríamos de, nesse momento, sermos breves em três sugestões psicanaliticamente fundamentadas:

(1) Informações sobre a criança

Winnicott (1950) nos diz que para sermos capazes de compensar a falta das relações familiares da criança que foi desapossada, o tratamento envolve necessariamente seres humanos, que para ele, são do “tipo certo”. O tipo certo são pessoas disponíveis para a função específica de cuidar das crianças.

Como pressupõe o ECA, auxiliares de serviços gerais não são suficientes para exercer essa função. O abrigo precisa de pessoas disponíveis somente para o cuidado com as crianças e outras somente para os cuidados com a casa. É da alçada do órgão responsável legal essa efetivação.

Mas não se resume a isso nossa sugestão. Winnicott (1950, p. 202) afirma que

é necessário ter em mente o diagnóstico psiquiátrico de cada criança a quem se trata de atender. Como já sublinhei, esse diagnóstico só pode ser feito depois de um levantamento cuidadoso da história da criança ou talvez após um período de observação.

De nada adianta entregarmos um diagnóstico da criança recém abrigada nas mãos de funcionários que não possuem capacitação alguma para lidar com o histórico daquela criança. Por isso, nossa sugestão vem em duplicidade, pois para que seja efetiva, estamos supondo uma equipe de trabalho que conte pelo menos com uma psicóloga e uma assistente social.

Tendo tal equipe, a mesma precisa ser informada do histórico da criança e dos motivos do seu abrigamento. O que observamos no abrigo pesquisado é que as cuidadoras reproduzem e repetem cuidados com as diferentes crianças, sem individualizá-las em suas histórias de vida, justamente por não possuírem informação formal, somente aquela proveniente de fofocas.

Dessa forma, não há como prover um ambiente de cuidados relativamente bom, pois, ao não sabermos o que a criança passou, não saberemos também a forma de agir. Portanto, como primeira sugestão, indicamos uma equipe bem informada da história de vida e abrigamento das crianças pelas quais são responsáveis, a fim de proporcioná-las cuidados específicos em suas condições atuais.

(2) Visitação dos pais

Começemos com uma citação de Bowlby (1981, p. 130):

Talvez não exista outra prática de assistência à criança mais comum, e mais prejudicial, do que a das organizações assistenciais que aceitam filhos de “maus” pais, “temporariamente”, sem nenhum plano para seu futuro. Este sistema de assistência indefinida e responsabilidade incerta, desencoraja o relacionamento entre pais e filhos e ignora a necessidade da criança de ser profundamente amada e de possuir vínculos profundamente enraizados numa família.

Estamos cientes de que o ambiente de abrigamento certamente não é o melhor lugar no qual a criança poderia estar. Entretanto, a concepção que se tem dentro do abrigo é que o mesmo tem a possibilidade de dar à criança a provisão necessária, considerando que seus lares de origem, são em sua grande maioria, muito frágeis financeiramente.

Porém, desconsideramos o fato de que o abrigo não tem sido capaz de acolher psicologicamente a violência sofrida pela criança. Por isso, recorremos a Bowlby (1981) que nos fala a respeito das consequências da privação materna para o desenvolvimento infantil.

A princípio, quanto menor for a criança, mais graves são as consequências de sua separação da mãe. Spitz (1979) afirma que a criança privada dos cuidados maternos pode vir até mesmo a adoecer, precisando ser hospitalizada.

Em contrapartida, alguns estudos de Bowlby (1981) demonstraram que os efeitos da privação materna quando há um período de institucionalização indeterminado, porém com a possibilidade de retorno da criança ao lar, é significativamente menor quando é permitida a visita da mãe à criança abrigada.

No abrigo em questão, sabemos que o horário de visita dos pais é das 16 às 17 horas no domingo. Consideramos muito curto esse espaço de tempo, além de ser um momento de sofrimento para as crianças que, arrumadas no sofá, não recebem a visita dos pais ou familiares.

A provisão de cuidados maternos não pode ser considerada em termos do número de horas por dia, e sim, em termos do prazer que a mãe e criança obtêm da companhia do outro (BOWLBY, 1981, p.73).

A sugestão que se faz é que sejam abertos novos horários de visita aos pais, porém, sem a formalidade inerente ao domingo de visitas. Tal sugestão parte da compreensão de que “não se pode efetuar uma ruptura total entre a criança e seu lar” (Bowlby, 1981, p. 129), além

de considerar os pressupostos do ECA que garantem a criança o direito à convivência familiar e comunitária.

(3) Objeto transicional

Partindo da análise de crianças normais, que mesmo diante de períodos de privação materna (como um internamento), não adoeceram, é que Winnicott (1950) observou que alguns objetos nos quais a criança se apega, auxiliam nesse processo de separação temporária.

A esse objeto, ele chamou de “objeto transicional”. Para o autor, da vigília para o sono, a criança salta de um mundo percebido para um mundo autocriado, para o sonho. Entre um e outro, encontramos a necessidade dos fenômenos transicionais – ou seja, de um território neutro.

Eu descreveria esse objeto precioso dizendo que existe um entendimento tácito de que ninguém afirmará que essa coisa real é uma parte do mundo ou é criada pelo bebê. Entende-se que as duas coisas são verdadeiras: o bebê a criou e o mundo a forneceu (WINNICOTT, 1950, p. 211).

Os objetos transicionais tornam a criança capaz de suportar frustrações e privações, além de situações novas. Se for prestada atenção ao apego de uma criança prestes a ser abrigada com algum objeto circundante, este fato poderá influenciar na adaptação dela à instituição. A não observação de algo tão simples pode, segundo Winnicott (1950) levar a cisão da personalidade da criança.

Como sugestão final, consideramos importante que, diante da necessidade de abrigo da criança, não só o conselheiro responsável pela aplicação da medida, mas também os que recebem a criança no abrigo, observem se a mesma não traz consigo algum objeto ao qual é apegada. Seria interessante também, que o conselheiro investigasse junto aos pais, ou junto à criança quando a mesma tiver uma idade capaz de verbalizar, se a criança possui esse objeto que Winnicott (1950) chama de transicional.

Desse modo,

Aqueles que estão cuidando de crianças que sofreram privação podem ser ajudados pelo reconhecimento de que cada criança traz consigo, em certa medida, a capacidade para aceitar um território neutro, localizado de um modo ou de outro na masturbação, ou no uso de uma boneca, ou no prazer de uma cantiga de ninar, ou alguma coisa do tipo (WINNICOTT, 1950, p. 213).

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. A entrevista inicial com os pais. In: _____. **Psicanálise da criança. Teoria e Técnica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992, p. 81- 96.
- ABRÁPIA. **Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil**. Relatório Paraná. Denúncias de Abuso e Exploração Sexual 2002. Brasil: 2002.
- ANDRADE, C. D. **A cor de cada um**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. Políticas sociais e violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: _____. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 228- 304.
- BAPTISTA, M. L. A. O método psicanalítico e o objeto da psicanálise. **Rev. Bras. Psicanál.**, vol. 34 (1), p. 111-130, 2000.
- BETTELHEIM, B. **Uma vida para seu filho. Pais bons o bastante**. Trad. Maura Sardinha e Maria Helena Geordane. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- BIDDULPH, S. **Criando meninos**. São Paulo: Editora Fundamento, 2002.
- BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- BRASIL. **Constituição**. Brasília: 1988.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.
- CARETA, D. S. **Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida: encontros e divergências sob a perspectiva winnicottiana**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Clínica) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2006, 249p.
- CONANDA. **Diretrizes nacionais para a política de atenção integral à infância e à adolescência**. Disponível em: http://www.oei.es/inicial/politica/diretrizes_atencion_infantil_brasil.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2009.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução 196/96 – Pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasil: 10 de outubro de 1996. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>. Acesso em: 15 mar. 2009.
- CRUZ, L. R. Infância abrigada: negligência e riscos no campo das políticas públicas. **Psicol. Am. Lat.**, n.9, México, abr. 2007. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 8 out 2010.

DAY, Vivian Peres et al . Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 16 Fev. 2009.

DIGIÁCOMO, M. J. **Conselho tutelar e a medida de abrigo**. Ministério Público do Estado da Bahia, sem data. Disponível em: <<http://www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/artigos.asp>>. Acesso em: 24 nov 2010.

_____. **O necessário asseguramento do direito fundamental à convivência familiar**. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, sem data. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id143.htm>>. Acesso em: 02 dez 2010.

FACHINETTO, N. J. **Medida protetiva de abrigo: análise dialética e sua transformação social**. Monografia (Pós-graduação em Direito da Criança e do Adolescente) Fundação Escola Superior do Ministério Público. Porto Alegre: 2004.

FREUD, S. Dois verbetes de enciclopédia – (A) Psicanálise (1922) In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1980, vol. XVIII.

_____. A sexualidade na etiologia das neuroses (1924). In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Imago, CD-ROM.

_____. Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais (1919). In: **Edição Eletrônica Brasileira das Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Imago, CD-ROM.

GOUVEIA, A. J. A escola, objeto de controvérsia. In: PATO, Maria Helena Souza (org.). **Introdução à psicologia escolar**. 2.ed. São Paulo: T.A.Queiroz, 1993, p. 17- 24.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

GUIRADO, M. **Instituição e Relações Afetivas**. São Paulo: Summus, 1986.

GREEN, André. **O desligamento: psicanálise, antropologia e literatura**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1994.

HERMANN, F. Pesquisando com o método psicanalítico. In: HERRMANN, F.; LOWERKRON, T. (Org.) **Pesquisando com o método psicanalítico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 43-83.

JUSTO, J. S. A institucionalização vivida pela criança de orfanato. In: MERISSE, A.; JUSTO, J. S; ROCHA, L.C; VASCONCELOS, M. S. **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997, p. 71-92.

MATTIOLI, O. C. Violência e Contemporaneidade: alguns aspectos da violência doméstica e da violência na escola. In: OLIVEIRA, M.L.(Org.) **O acolhimento do desejo na educação – um desafio para educadores** . São Paulo, Cultura Acadêmica, 2008, p. 191-211.

MANZINI-COVRE, M. de L. Educadores de abrigo: violência invisível e precariedade da figura parental. In: ROSA, J. T.; MOTTA, I. F. **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winnicottiana**. Aparecida, SP: Idéias e Letras; São Paulo: FAPESP, 2008, p. 69- 82.

MARTINEZ, Viviana Velasco. **A figura do herói: por uma ruptura de campo em três tempos**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2003.

MARTINS, C. S. **A institucionalização de crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica: o cuidar na visão das instituições e das famílias envolvidas**. 2009. 186f. Tese (Doutorado em Sociedade, Saúde e Enfermagem, Ribeirão Preto, USP, 2009).

MELLO, S. G. de; SILVA, E. R. A. da. Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In: _____. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p.99 – 132.

MERISSE, A. Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches. In: MERISSE, A; JUSTO, J. S.; ROCHA, L. C.; VASCONCELOS, M. S. **Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997, p. 25- 51.

MEZAN, R. (rmezan@uol.com.br). **Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões**. 1999. Mensagem enviada para Vera da Rocha Resende (verapsic7@hotmail.com).

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 9-29.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Impacto da violência na saúde de crianças e adolescentes**. Prevenção de violências e promoção da cultura de paz. Brasília- DF, 2008.

MOTTA, I. F. da; ROSA, J. T. Violência no relacionamento pais e filhos. In: ROSA, J. T; MOTTA, I. F. da (Orgs.). **Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winnicottiana**. Aparecida: Idéias e Letras; São Paulo: Fapesp, 2008, p. 17-44.

NOGUEIRA, Luiz Carlos. A pesquisa em psicanálise. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 1-2, June 2004 . Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 23 Dez. 2009.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 347- 375.

PAZIAN, R. T.; MATTIOLI, O. C. A pesquisa científica e o método psicanalítico. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Percursos da pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007, p. 103-115.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estudo global sobre violência contra a criança**. Assembléia Geral das Nações Unidas. 23 de agosto de 2006. Disponível em: <http://www.fundabrinq.org.br/portal/alias__Abrinq/lang_pt/tabid__644/default.aspx> Acesso em: 15 mar. 2009.

RAMOS, G. A. **O ardil da criança**. O pensamento adulto sobre a criança sob um enfoque psicanalítico. Maringá: EDUEM, 1994.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios**. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ; São Paulo: Editora Loyola, 2004.

SILVA, M. E. L. da. Pensar em Psicanálise. In: SILVA, M. E. L. da (Org.). **Investigação e Psicanálise**. Campinas: Papyrus, 1993, p. 11- 25.

SILVA, M. E. L. da. Uma aventura: a tese psicanalítica (Entrevista com Fábio Herrmann). In: _____. (Org.). **Investigação e Psicanálise**. Campinas: Papyrus, 1993, p. 133-158.

SILVA, E. R. A da. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, E. R. A da. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In: _____. (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 41-70.

SILVA, E. R. A da; MELLO, S. G; AQUINO, L. M. C de. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito a convivência familiar e comunitária. In: SILVA, E. R. A da (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p 209 -242.

SILVA, E. R. A da; AQUINO, L. M. C de. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito a convivência familiar e comunitária. **Políticas Sociais – acompanhamento e análise**. Brasília, n.11, ago 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_11/ENSAIO3_Enid.pdf> Acesso em: 14 Jul 2010.

SILVA, E. R. A da; MELLO, S. G. Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados. In: SILVA, E. R. A da (Org.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004, p. 71 – 98.

SPITZ, R. A. Distúrbios psicotóxicos. In: _____. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1979, p. 181-232.

_____. Doenças de carência afetiva do bebê. . In: _____. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 1979, p.233-255.

TELLES, L. F. Natal na Barca. In: _____. **Antes do baile verde**. Rio de Janeiro: Rocco, 199, p.105-10.

WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A. N.; BRANDENBURG, O. J.; ZOCHE, C. R. E. Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. **Revista Psico- USF**. Bragança Paulista, v.7, n. 2, p.163-173. Jul/Dez 2002.

WINNICOTT, D. Evacuação de crianças pequenas (1939-1940). In: _____. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.9-18.

_____. Agressão e suas raízes (1939). In: _____. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 93-110.

_____. Correspondência com um magistrado (1943-44). In: _____. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.185-190.

_____. Alguns aspectos psicológicos da delinquência juvenil (1946). In: _____. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 127-134.

_____. O ódio na contratransferência (1947). In: _____. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 277-287.

_____. A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta de vida familiar (1950). In: _____. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 195-213.

_____. Influências de grupo e a criança desajustada: o aspecto escolar (1955). In: _____. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.215-226.

_____. A preocupação materna primária (1956). In: _____. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 399-405.

_____. A tendência anti-social (1956). In: _____. **Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p.406-416.

_____. Ansiedade associada à insegurança (1952). In: _____. **Textos selecionados: da pediatria a psicanálise**. Rio de Janeiro: F. Alvez, 1988, p. 205-210.

_____. Teoria do relacionamento paterno infantil (1960). In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 38-54.

_____. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self (1960). In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 128- 139.

_____. A integração do ego no desenvolvimento da criança (1962a). In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 55-61.

_____. Provisão para a criança na saúde e na crise (1962b). In: _____. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 62-69.

_____. **O brincar e a realidade**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu e Vane de Nobre. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

_____. Tratamento em regime residencial para crianças difíceis (1947). In: _____.
Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 59- 80.

_____. **Os bebês e suas mães**. Trad. Jefferson Luiz Camargo, 3ª edição. São Paulo:
Martins Fontes, 2006.

WORCMAN, R. B. A violência de todos nós. In: ROSA, J. T; MOTTA, I. F. da (Orgs.).
Violência e sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva winnicottiana.
Aparecida: Idéias e Letras; São Paulo: Fapesp, 2008, p. 221-232.

APÊNDICE A

ENTREVISTA COM O CUIDADOR

1. Qual seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Qual sua formação?
4. Há quanto tempo trabalha aqui no abrigo?
5. Porque você escolheu trabalhar com crianças?
6. Como é o dia-a-dia das crianças do abrigo. Descreva a rotina de um dia.
7. Como você vê seu trabalho no abrigo?
8. Você pode falar do que reconhece como mais difícil em seu trabalho?
9. O que mais o preocupa em relação às crianças?
10. Como você vê as crianças pelas quais é responsável?
11. Como você definiria seu relacionamento com as crianças?
12. Como estas crianças são tratadas por você?
13. Como você se sente tratado por estas crianças?
14. Quando as crianças não obedecem às regras do abrigo, como elas são corrigidas?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (CUIDADOR)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista pelo telefone (18) 3302-5740.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: O AMBIENTE DE ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Pesquisador Responsável: LAÍSSA MUNIZ DA SILVA, ORIENTADA PELA PROF^a DOUTORA VERA DA ROCHA RESENDE

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (44) 3224-8297; (44) 9937-0144

O objetivo deste projeto de pesquisa é analisar o cuidado institucional dispensado as crianças de um abrigo de um município no interior do Paraná, a fim de compreender se o ambiente supre as necessidades para um bom desenvolvimento da criança em risco social devido a violência doméstica.

O estudo é qualitativo, por isso, a metodologia adotada será uma entrevista realizada com os cuidadores da criança ou aquelas pessoas que assistem a criança,

A análise das entrevistas será feita à luz das teorias psicanalíticas, privilegiando autores como Winnicott, que destaca a importância das influências pessoais e ambientais no desenvolvimento do indivíduo.

A identidade de todos os sujeitos participantes será mantida em total sigilo. Para a publicação dos resultados da pesquisa em forma de dissertação de mestrado serão utilizados nomes fictícios.

O participante, caso se sinta incomodado a responder as perguntas feitas pela pesquisadora, pode retirar seu consentimento de participação a qualquer tempo. A pesquisa não implica em prejuízos físicos e emocionais ao participante e também não se trata de um tratamento ou intervenção terapêutica.

◆ Nome e Assinatura do pesquisador _____

◆ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/

_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo :

O AMBIENTE DE ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora **Laíssa Muniz da Silva** sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Observações complementares:

